

**CARLA VILLAMAINA CENTENO**

**A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NOS ERVAIS  
DE MATO GROSSO (1870 –1930):  
crítica da historiografia regional,  
de suas concepções de trabalho, história e cultura**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Campo Grande/MS**

**2000**

**CARLA VILLAMAINA CENTENO**

**A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NOS ERVAIS DE  
MATO GROSSO (1870-1930):  
crítica da historiografia regional,  
de suas concepções de história, trabalho e cultura**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Eduardo Farah Valente.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CAMPO GRANDE**

**2000**

Criança que nasce em ranchada ervateira  
fica com cheiro de mate para o resto da  
vida

Hélio Serejo

# DEDICATÓRIA

Às minhas filhas Paula e Carolina,  
vidas que dão sentido à minha existência

Aos meus pais Juarez e Ercy,  
vidas que fizeram a minha existência

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi resultado da colaboração de muitos amigos. Deixo a todos eles meus agradecimentos e, em especial:

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, pela amizade, pela seriedade e competência com que conduziu a orientação, por ter contribuído para que pudesse enxergar a realidade de forma mais abrangente e, sobretudo, por acreditar que sempre vale a pena enfrentar barreiras, romper preconceitos e avançar no tempo.

Ao Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, pelos ensinamentos transmitidos, por sua contribuição teórica que permitiu grandes avanços nas discussões abordadas, pelo exemplo de dedicação e produção no campo da educação e, sobretudo, por seu interesse por esse trabalho.

Ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, por sua especial contribuição, exercendo um papel extremamente educativo no exame de qualificação, que permitiu que a crítica fosse aprofundada.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Élcia Esnarriaga de Arruda, pelas indicações teóricas e discussões extremamente proveitosas nas aulas sobre trabalho e educação.

Ao Prof. Dr. Sandino Hoff, por ter contribuído nas discussões teórico-metodológicas.

Aos professores do curso de mestrado, pelos ensinamentos que resultaram em constantes pontos de interrogação.

À Ana Argüelho, pelas sugestões e revisão paciente da redação deste trabalho.

Aos funcionários do curso de Mestrado em Educação, em especial, à Jaqueline.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Ao Sr. Hélio Serejo e Ramão Lopes, poetas da escrita e da pintura, pelos depoimentos concedidos.

Aos diretores e funcionários dos Arquivos Públicos Estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que me disponibilizaram, com muito préstimo, o acesso aos documentos.

À Kátia Figueira e Cláudia Brito, pela amizade, pelo constante incentivo e pelas contribuições na fase de elaboração do projeto inicial.

Às colegas de curso Fátima, Iara e Sônia pelos momentos partilhados.

Às minhas “irmãs cajazeiras” Samira e Celeida, pelas alegrias e angústias divididas e, principalmente, pelo ombro amigo.

Ao Marcus, Paula e Carolina, pelo apoio emocional e porque souberam compreender a importância desse momento, respeitando a minha ausência, nas longas horas de estudo.

À Cida Perrelli, pela amizade e experiência transmitida.

Aos meus irmãos, Marcello, Stella e Luciana pelos “colos” nas horas mais difíceis

À Claudia Rayol, amiga de todas as horas.

Aos meus pais mineiros Sr. Inácio e D. Olga, pelo carinho com que sempre me acolhem.

Aos meus pais Juarez e Ercy, por seus ensinamentos, que me fazem caminhar sempre.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto a educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso, no período correspondente aos anos de 1870-1930. O objetivo principal é compreender de que forma os ervateiros se educavam em seu trabalho. Parte-se do pressuposto que nesse trabalho havia uma ação educativa. Compõe-se de duas partes. A parte I, trata de uma revisão da historiografia regional, procurando captar a concepção de história, trabalho e cultura através de uma análise crítica que articula a relação entre singular e universal. Nos capítulos primeiro e segundo, descrevemos as principais obras que abordam esse trabalhador, ressaltando divergências encontradas, ponto de partida para a crítica, construída com base nas investigações realizadas na segunda parte do trabalho. O primeiro capítulo da segunda parte trata da educação do trabalhador ervateiro. A partir do conceito do trabalho como princípio educativo, tenta-se compreender como se dava a educação desse trabalhador. No capítulo segundo, caracterizamos o processo de ocupação na fronteira, bem como o de formação de uma classe de proletários que vinha atender às necessidades de mão-de-obra do mate. No terceiro e último capítulo, buscamos alguns antecedentes históricos que provocaram a exploração da erva-mate em Mato Grosso, procurando evidenciar que por trás desse movimento existia uma nova composição do capital.

Palavras Chaves:

História regional   Educação e trabalho nos ervais   Diversidade cultural

## **ABSTRACT**

The purpose of this work is the worker's education in the erva forests of Mato Grosso, in the period 1870-1930. The main objective is understand how the workers were educated in their work. It is based on the idea that there was an educative action in that work. It has two parts. The first one treats of a regional historiography review, trying to capture the history conception, work and culture throughout critique analysis that articulates the relationship between singular and universal. At the chapters first and second, described the main works that lean on this worker, standing out divergent found, starting point to the critique, built based on investigations realized on the second part of this work. The first chapter on the second part treats of erva forests worker's education . From the concept of work as educative principle, tries to understand how happened the worker's education. On the second chapter, characterized the process of occupation in border, as well as the formation of a proletarian class that came to attend to the necessities of manual labor of mate. On the third and last chapter, searched some historic antecedents that caused the exploration of erva mate in Mato Grosso, trying to make evident that behind this movement there was a new composition of capital.

### Key Words:

Regional history

Education and work in the erva forests

Cultural diversity

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Francisco Mendes Gonçalves – Campanário, déc. de 20 .....	60
Figura 2 – Procedendo à poda.....	64
Figura 3 – Transportando o raído .....	66
Figura 4 – Transportando o raído .....	66
Figura 5 – Mineiros com o pequeno guaino à frente .....	69
Figura 6 – Plantilhas e polainas .....	70
Figura 7 – Secagem da erva no barbaquá .....	73
Figura 8 – Ensacando o mate .....	74
Figura 9 – Carreta-cora .....	75
Figura 10 – Tambora.....	87
Figura 11 – Moinho .....	88
Figura 12 – Trabalhadores .....	107
Figura 13 – Logotipo da Empresa Matte Larangeira.....	129
Figura 14 – Sede da Companhia Matte Larangeira em Buenos Aires.....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População dos municípios do sul de Mato Grosso, segundo o grau de instrução e nacionalidade, em 1920 .....	61
Tabela 2 – Média dos salários pagos pela Industrial Paraguaia nos anos de 1907-1908 em moeda paraguaia .....	94
Tabela 3 – Valor das mercadorias nos armazéns da Industrial Paraguaia em moeda paraguaia .....	94
Tabela 4 – Valor das mercadorias em outras localidades do país .....	95
Tabela 5 – População do Estado de Mato Grosso segundo a nacionalidade – 1872-1920 .....	103
Tabela 6 – Estado de Mato Grosso: população dos municípios segundo a nacionalidade em 1920 .....	111
Tabela 7 – Títulos provisórios expedidos pela Repartição de Terras no município de Ponta Porã nos anos de 1919 a 1924 .....	122
Tabela 8 – Brasil : índice dos principais produtos de exportação .....	143

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1 – Controvérsias Históricas sobre a Guerra da Tríplice Aliança.....	155
--	-----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I - O TRABALHADOR ERVATEIRO NA HISTORIOGRAFIA REGIONAL.....10	
Introdução .....	11
CAPÍTULO 1 – A HISTORIOGRAFIA AUTODIDATA.....	23
Compêndios .....	23
Monografias .....	24
CAPÍTULO 2- A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA.....	33
Monografias.....	33
Controvérsias .....	50
PARTE II – A EDUCAÇÃO NOS ERVAIS DE MATO GROSSO.....52	
CAPÍTULO 1- O SABER-FAZER DO TRABALHADOR PARAGUAIO NOS ERVAIS DE MATO GROSSO .....	53
O trabalho como princípio educativo.....	53
Eram as escolas responsáveis pela educação do trabalhador ervateiro?.....	55
A escola do trabalhador ervateiro : os alunos da sobrevivência.....	62
A organização manufatureira nos ervais de Mato Grosso .....	79
A importância do saber para o trabalhador ervateiro.....	85
As modificações no processo de trabalho : as tendências à expropriação do saber.....	87
As relações de trabalho nos ervais : a escravidão por dívidas .....	92
CAPÍTULO 2 – OS TRABALHADORES DOS ERVAIS MATO-GROSSENSES .....	102
Os filhos do clima : os primeiros trabalhadores da fronteira.....	102
A chegada dos imigrantes paraguaios e gaúchos.....	107
A imigração gaúcha : ameaça ao monopólio ? .....	117
CAPÍTULO 3 – O MONOPÓLIO DO MATE EM MATO GROSSO: A COMPANHIA MATTE LARANGEIRA .....	126

O monopólio em disputa.....	130
A formação do monopólio : a criação da Companhia Matte Larangeira.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146
A) O saber-fazer do trabalhador paraguaio.....	146
B) As alterações no processo de trabalho .....	148
C) A adoção do sistema de dívidas e as possíveis modificações ocorridas nas relações de trabalho nos ervais .....	149
D) A relação entre diversidade cultural e trabalho .....	153
ANEXOS .....	155
GLOSSÁRIO.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	164



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a educação dos trabalhadores dos ervais em Mato Grosso, no período correspondente aos anos de 1870 a 1930. Visa compreender de que forma esses trabalhadores se educavam a partir de seu trabalho, pois o pressuposto é o de que nesse trabalho havia uma ação educativa.

Este estudo se realiza, pois, dentro de uma abordagem mais ampla sobre a educação, concebendo-a como todo o processo que visa à formação do homem. Entendemos que a educação se constrói, se modifica ou se determina a partir das relações humanas, é marcada pelas necessidades impostas pelo próprio homem, no processo de transformação da natureza. Assim o homem, ser social, ao se relacionar com outros homens, transforma a sua realidade, se adapta, cria e recria e através dessa troca ele se expressa, transmite conhecimento. Isto significa que o homem se educa a partir de suas necessidades e que estas também vão se modificando e se ampliando conforme o grau de amadurecimento da sociedade na qual ele está inserido. O processo educativo é, portanto, histórico.

Essa concepção não ignora a história e a realidade dos homens e, por esse motivo reivindica a universalidade, pois torna-se impossível compreender a educação se não se conhece a sociedade que a produz. Assim, este trabalho procura realizar um estudo sobre o regional, ou seja, sobre a educação em Mato Grosso, tentando articulá-lo às transformações produzidas universalmente pelo capitalismo. Isso não quer dizer que o regional, o local, receba reflexos imediatos do universal. O singular pode assumir formas diferenciadas mas, necessariamente, estas são expressões da mesma realidade, comum a todos os homens, mesmo contendo as suas especificidades.

É a partir desse entendimento que tratamos de questões como o trabalho e a diversidade cultural. O trabalho, assim como a cultura de uma região ou de um grupo, não podem estar desvinculados da realidade humana de uma forma mais geral. Como categorias, expressam uma determinada relação, dada pela forma como se organiza a sociedade.

Pretendemos, então, a partir desses pressupostos, analisar de que forma o homem, trabalhando na região dos ervais mato-grossenses, se adaptou a esse meio, transformou a sua realidade, compartilhando com os seus membros os ensinamentos que permitiam a sua sobrevivência.

Esses trabalhadores, em sua maioria de nacionalidade paraguaia, por dominarem o processo técnico de produção da erva-mate, herdada da secular

tradição guarani, acabaram se tornando insubstituíveis nessa atividade. Antes mesmo da colonização da América pelos europeus, os índios guaranis vinham acumulando essa técnica pois já utilizavam a erva-mate para consumo próprio. Mais tarde, por força da colonização espanhola, passaram a produzi-la em escala maior, para o mercado, sob o regime das *encomiendas* e também nas antigas missões jesuíticas. Se esse trabalho implicava um conhecimento, tinha um princípio educativo, nada mais natural que houvesse a necessidade de transmitir às novas gerações o domínio sobre ele. Era através do fazer, da prática sociabilizada na troca com os adultos, que os meninos ervateiros aprendiam os processos de elaboração da erva-mate.

Mas, o trabalho nos ervais passou por modificações que acabaram se refletindo no domínio que esse trabalhador tinha do processo de trabalho. A primeira dessas modificações foi a fragmentação desse conhecimento com a implementação da divisão do trabalho, baseada no modelo das manufaturas. Perdeu-se a noção do processo como um todo, mas especializaram-se determinadas tarefas que ainda dependiam de um saber parcial. Mesmo considerando que o *saber*, depois da introdução da divisão do trabalho, não fosse mais total, a relação de aprendizagem entre o grupo ainda se mantinha. Por esse motivo, estaremos denominando essa relação de aprendizagem no trabalho de *saber-fazer*.

Na década de 1920, outras modificações ocorreram, como a substituição de algumas tarefas por equipamentos que visavam à racionalização da produção. O esforço, aqui, é o de verificar como, a partir de então, essas mudanças nas relações de trabalho poderiam ter interferido ou afetado o controle do processo produtivo pelos trabalhadores, observando de que forma isso repercutiu entre eles.

O saber do trabalhador paraguaio, então, tornou-se imprescindível no processo de elaboração da erva-mate em Mato Grosso. Por esse motivo, os empresários do mate, na região, apressaram-se em buscar essa necessária mão-de-obra, no Paraguai. O contexto em que se deu essa busca só pode ser melhor compreendido se nos remetermos à situação vivida pelos paraguaios ao final da guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870). Os trabalhadores, sobretudo os camponeses, vivendo em seu país os horrores de um final de guerra, tentavam buscar meios para sua sobrevivência. Perdendo suas terras pela exploração do capital, eram empregados pelas empresas da região, principalmente as ervateiras, num sistema conhecido por *escravidão por dívidas*.

Esse mesmo sistema de exploração da mão-de-obra paraguaia foi utilizada em Mato Grosso pela Companhia Matte Larangeira<sup>1</sup>, que obteve a concessão de explorar

---

<sup>1</sup> Larangeira é grafado com “g” por se tratar do nome de um de seus fundadores, Thomáz Larangeira.

ervais nativos. A Companhia Matte Larangeira teve uma importante atuação na economia mato-grossense, pois explorou os ervais por mais de cinco décadas, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Através de contratos de arrendamento, essa empresa monopolizou a exploração até a década de 1940. Embora a exploração da erva-mate também fosse realizada por pequenos produtores, estes acabavam ficando na dependência da Companhia já que esta empresa tinha o controle do transporte e, por este motivo, ditava os preços na comercialização. A década de 1930 apresentou-se desfavorável para a Matte e para o trabalho ervateiro. Enfrentou uma crise econômica e política que a afetou profundamente, tendo como resultado a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção.

Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia que monopolizava grandes extensões. Embora a análise dos resultados das políticas implementadas pelo governo Vargas extrapole os limites desse trabalho, é preciso esclarecer a ação desse governo contra os latifúndios, que se estendia também a Mato Grosso.

Em última instância, o que mobilizava essa ação contra a grande propriedade era a crise no modo de produção capitalista, desencadeada já nos anos 1920, claramente observada com os acontecimentos de 1929 e aprofundada nos anos subseqüentes. As políticas nacionalistas e reformistas, a centralização do poder, a interferência do Estado na economia podem ser entendidas como medidas necessárias visando conter os reflexos dessa crise na economia brasileira que dependia, basicamente, das exportações do café. Nesse período novas forças emergentes, como a burguesia industrial e as classes médias urbanas, conclamavam mudanças e reivindicavam políticas protecionistas e reformistas. As agitações dos movimentos ligados à classe trabalhadora ameaçavam o regime, provocando novas tensões sociais<sup>2</sup>. Sujeito às pressões desses novos grupos e procurando fazer

---

<sup>2</sup> Em pronunciamento aos trabalhadores nos festejos de 1º de Maio de 1941, Vargas indica claramente suas reais preocupações com o problema: “Não terminou a nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de conseqüências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como

alianças com objetivo de ampliar sua sustentação, o governo passa a propalar medidas reformistas, dentre elas, o combate aos latifúndios. Contudo, é preciso ressaltar que essas políticas tinham um alcance limitado, isto é, esbarravam em resistências das elites mais conservadoras.

Além dessas novas orientações reformistas que poderiam influenciar a perda da concessão da Companhia Matte, outros motivos de cunho nacionalista pareciam interferir na decisão do cerco à essa empresa, pois grande parte das terras fronteiriças, consideradas de segurança nacional, eram por ela ocupadas. Além disso, empregava grande parte de trabalhadores estrangeiros, medida considerada ilegal. Sem descartar que as pressões desses novos grupos e que os interesses das elites locais, pudessem influenciar na perda da concessão da Companhia, não podemos ignorar que, nesse período, essa empresa já vivia uma crise econômica provocada pela maior oferta de erva-mate no mercado. Enfraquecida economicamente, sua ruína foi fatal.

Em suma, foi a crise econômica por ela enfrentada e a perda da concessão devido à política getulista que levaram à sua derrocada e ao fim de sua exploração. A primeira afetou, de um modo geral, as exportações brasileiras (inclusive no Estado do Paraná) e a segunda teve relação direta com a política de concessão de terras em Mato Grosso, atingindo os privilégios obtidos pela empresa no arrendamento dos ervais. A Companhia respondeu com inúmeros cortes de despesas e tentou, ao mesmo tempo, investir em propaganda; contudo, em 1947 não conseguiu mais resistir e perdeu a concessão de exploração. A partir de então, a erva-mate passou a ser explorada no Estado por pequenos produtores que se reuniam em cooperativas; porém, a atividade não tinha mais importância para a economia regional.

Apresenta, então, a exploração da erva-mate duas fases mais marcantes, uma que representou a fase áurea, de crescimento, período marcado até o ano de 1930, e outra que representou a fase crítica, de estagnação e de perda de poder econômico, que se iniciou nessa década, até a total perda da importância dessa atividade em Mato Grosso.

Esse outro momento histórico também aponta para um novo contexto na história da educação na fronteira. A crise mundial, à qual já nos referimos, nesse período, produz reações em todo o mundo. O desemprego e a super exploração do trabalho começam a desencadear movimentos organizados, temidos pelas classes

---

a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso(...)" (VARGAS, 1941 *apud* LENHARO, 1985 : 19).

conservadoras. Como forma de desviar a atenção do problema maior da crise, surgem como forte reação da burguesia, movimentos de ordem nacionalista, cujos alvos principais são os estrangeiros, negros, judeus, etc.

Nesse contexto, a população da fronteira, sobretudo a paraguaia, começa a ser um problema para a nova ordem, tendo sua cultura sido apontada como responsável pelo atraso da região. Como não foi possível eliminar a população estrangeira da fronteira, elegeu-se a escola como instituição ideal, capaz de transformar os hábitos e costumes, bem como influenciar a introdução da língua portuguesa na região. A escola, então, teria uma importante tarefa: nacionalizar a fronteira, impregnada por costumes da nação guarani.

A partir de 1930, então, elegem-se outras funções para a educação. Observamos que na região dos ervais a escola, até a década de 1930, não exercera nenhuma influência na educação dos trabalhadores ali instalados. Nesse local, as escolas não alcançavam o meio rural: a educação se dava no trabalho. Somente após esse período é que a educação formal começou a ser questionada, passando a merecer uma maior atenção dos governantes preocupados em “nacionalizar” a fronteira. Assim, percebe-se que após esse período, tem início uma outra fase na história da educação brasileira, que passa a afetar toda a fronteira e, sobretudo, a população trabalhadora. Todavia, os acontecimentos dessa época não vão ser objeto de preocupação neste estudo.

Os limites deste trabalho, então, são dados pelas distintas características da educação desse trabalhador, no período. Inicia-se no ano de 1870, logo após a guerra do Paraguai, e finaliza com o ano de 1930.

A discussão sobre a relação que existe entre educação, trabalho e diversidade cultural emergiu à medida que se tornou necessária a realização de um levantamento da produção historiográfica regional. Ao longo do processo de pesquisa, fomos percebendo que a forma pela qual a historiografia discutia os três temas, em alguns momentos, divergia da nossa proposta inicial de realizar uma abordagem mais abrangente.

Pudemos observar dois momentos de destaque na historiografia regional. Um desses momentos foi marcado pela influência dos autodidatas. Embora não seja desprezível a contribuição desses autores no registro de informações sobre o assunto, verificamos que, na maior parte das obras, as análises sobre os ervais acabam resultando em estudos superficiais, – no sentido da falta de um maior

aprofundamento – em fragmentos da realidade e, conseqüentemente, numa visão parcial da história.

O outro momento pode ser identificado pela crescente profissionalização da área, quando procurou romper com as limitações dos historiadores autodidatas, que marcaram os estudos anteriores sobre a história regional. Apesar de reconhecermos o avanço que a pesquisa acadêmica realizou, ao tentar abordar a história a partir de uma perspectiva que leva em conta as relações humanas no processo de transformação da natureza<sup>3</sup>, nem sempre a historiografia captou a *totalidade*, comprometendo o entendimento da dimensão educativa desta relação.

Percebe-se essa deficiência quando se trata, por exemplo, de analisar o processo de trabalho. A historiografia, normalmente, resiste em aceitar as mudanças nas relações de trabalho como necessidades históricas. Passa a interpretá-las como impróprias, negativas, numa atitude ahistórica, chegando até mesmo a entendê-las como ardis do sistema. Logo, torna-se importante o entendimento dessa sociedade, o conhecimento científico desse sistema, de suas leis, sem o qual toda e qualquer forma de crítica pode ficar na superfície ou tornar-se vazia.

O estudo sobre a educação nos ervais também caminha no sentido de captar esse processo que é universal mas, também, singular. Em outras palavras: é preciso inserir o regional no processo global da história humana, compreender que a história de Mato Grosso possui as suas especificidades, sem ignorar que estas fazem parte de um processo que é também universal.

Assim, ao propormos a realização de uma investigação mais aprofundada, consideramos que essa produção e suas contribuições são referências importantes para a historiografia regional.

Por essa razão, a primeira parte desse estudo trata da historiografia regional, da forma como tem sido abordada a história e, em especial, da maneira como foi discutido nosso objeto. Organiza-se em dois capítulos. No primeiro, são apresentadas as principais obras historiográficas dos autores autodidatas, subdivididas em duas categorias: compêndios e monografias. No segundo capítulo descrevemos as

---

<sup>3</sup> Essa concepção de história se fundamenta nos preceitos teórico-metodológicos desenvolvidos por Marx e Engels na obra “Ideologia Alemã”. Os autores tecem uma crítica à concepção de história que se “esquece” dos verdadeiros motivos que movimentam a humanidade : “A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado (...)” (Marx - Engels, 1989 : 57 )

monografias acadêmicas. Nesse último capítulo, não houve preocupação em registrar todas as obras acadêmicas referentes ao tema e, sim, optamos pela escolha das que têm como objeto ou que abordam mais exaustivamente o trabalho nos ervais. Finalizando a primeira parte, tratamos das questões referentes à educação nos ervais, discutidas na parte conclusiva deste estudo, com base nas análises apresentadas na segunda parte.

A segunda parte do trabalho compõe-se de três capítulos.

O primeiro capítulo trata da educação do trabalhador ervateiro. Num primeiro momento expomos o que entendemos por educação a partir do conceito do trabalho como princípio educativo. Num segundo momento, realizamos uma análise a respeito do ensino na fronteira com base nos relatos das autoridades sobre os problemas enfrentados com a educação formal na fronteira com o Paraguai. Buscamos, com isso, demonstrar que a educação do trabalhador ervateiro era realizada no trabalho. Em seguida, evidenciando o aspecto educativo do trabalho nos ervais, descrevemos o processo de trabalho nos ranchos ervateiros e as mudanças nas relações de trabalho, que podem ter interferido ou afetado o controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Nesse capítulo é discutido o saber do trabalhador paraguaio e a importância que representava essa mão-de-obra para a produção da erva-mate.

No capítulo segundo, caracterizamos o processo de ocupação na fronteira, bem como o de formação de uma classe de proletários que vinha atender às necessidades de mão-de-obra do mate.

No terceiro e último capítulo, buscamos alguns antecedentes históricos que provocaram a exploração da erva-mate em Mato Grosso e que podem ser entendidos como a transição do capitalismo mundial que caminhava para uma nova fase, conhecida como a fase imperialista ou monopolista. Procuramos evidenciar que foi nesse contexto de mudanças que se deu a entrada do capital financeiro na exploração da erva-mate em Mato Grosso, consubstanciando na constituição da Companhia Matte Larangeira.

Considerando que a Guerra da Tríplice Aliança foi também expressão desse contexto de mudanças, agregamos, ainda, ao trabalho, na forma de Anexo, uma discussão sobre as controvérsias históricas a respeito dos motivos que geraram esse conflito.

É importante esclarecer que a forma de exposição e de ordenação dos capítulos, adotados neste trabalho, segue o princípio metodológico definido por Marx no Posfácio do Capital :

*É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 19820 : 16 ).*

Assim, o domínio de certas categorias só pode se dar a partir de uma pesquisa antecedente, evidenciando todas as conexões entre elas. Dessa maneira, na perspectiva adotada, o estudo sobre a educação do trabalhador ervateiro só foi possível depois de analisada uma série de circunstâncias históricas que explicam o trabalho nos ervais. Essas circunstâncias, como pode ser observado pela seqüência dos capítulos, serão analisadas depois, no decorrer do trabalho.

No processo da investigação, foram utilizados vários tipos de fontes documentais.

As obras de história foram consultadas em bibliotecas públicas e privadas nas cidades de Campo Grande e Cuiabá. Não podemos deixar de ressaltar a importância que tiveram nesse trabalho as obras da historiografia regional, em especial, as que trazem informações sobre o objeto de estudo em questão e sobre a fronteira. Revestem-se, de significativa importância, também, aquelas que trazem informações sobre a história de Mato Grosso, inúmeras delas esgotadas, engrossando a lista de raridades das publicações mato-grossenses. Igualmente, possuem imenso valor as obras da literatura que forneceram informações preciosas sobre o trabalhador dos ervais, sobretudo os contos de Hélio Serejo, fonte imprescindível para o estudo da educação desses homens.

As fontes primárias como ofícios, relatórios, correspondências, atas, fotografias, etc. foram consultadas nos arquivos públicos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Importantes fontes de pesquisa sobre a Companhia Matte Larangeira e a exploração da erva-mate, como fotografias, recortes de jornais e revistas, correspondências, etc., bem como obras especializadas sobre o assunto, foram encontradas no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul.

As conclusões que apresentamos, embora marcadas pela crítica aos trabalhos anteriores, têm por principal finalidade, também, repensar os caminhos que a historiografia tem tomado nesses últimos anos.

É partindo dessa crítica que procuramos conceber o processo de socialização nos ervais, buscando a totalidade das relações sociais, apreendendo a realidade na sua unicidade, como um “bloco histórico”<sup>4</sup>. Nesse sentido é que a perspectiva adotada neste trabalho permitiu uma nova compreensão da educação nos ervais de Mato Grosso.

---

<sup>4</sup> Gramsci reforça, com o conceito de “bloco histórico”, tudo aquilo que Marx desenvolveu em seus estudos histórico-filosóficos sobre as relações entre a estrutura e a superestrutura. Entende a realidade como complexa, contraditória, discordante e não determinista ou mecânica. Esse “bloco” é a interpretação de como a realidade pode ser compreendida, ou seja, analisando os movimentos da estrutura e da superestrutura dialeticamente, em toda a sua complexidade, afirmando que se há uma separação entre elas é puro didatismo. Nesse sentido, o homem não pode ser pensado a partir de sua essência, isolado de suas relações sociais. O autor se utiliza também do conceito de “bloco histórico” para conceber o homem em toda a sua complexidade: “O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais – com os quais o indivíduo está em relação ativa” ( 1995 : 47 ).

**PARTE I**  
**O TRABALHADOR ERVATEIRO NA**  
**HISTORIOGRAFIA REGIONAL**

## Introdução

*(...) a escolha e a crítica de uma  
concepção de mundo são,  
também elas, fatos políticos.  
Antonio Gramsci*

De um modo geral, foram poucos os historiadores que deram importância ao trabalho nos ervais. A historiografia, quando trata da exploração da erva-mate em Mato Grosso, procura fazer menção à atuação da Companhia Matte Larangeira e às querelas políticas locais. Porém, a respeito do ervateiro, pouco ou nada fala.

Podemos dizer que este fato não se constitui num caso isolado. Os trabalhadores, de uma forma geral, índios, escravos, foram praticamente ignorados; quando há alguma menção ao trabalhador, ao homem mais simples, este, normalmente, é visto de forma estigmatizada, com tendências muito próximas à folclorização<sup>5</sup>. Os elementos que determinam o modo de vida dos homens e que expressam sua cultura como um todo costumam não ter relevância, nessa perspectiva. Dessa forma, a relação do homem com o seu meio costuma ser, quando não totalmente ignorada, completamente descaracterizada.

O silêncio da historiografia pode ser melhor explicado se compreendermos em que circunstâncias e a partir de quais pressupostos a história tem sido abordada.

Outrora, a historiografia regional era representada por historiadores autodidatas que, com espírito de aventura e em “empreitadas” solitárias, descreviam fatos da história local dando maior importância às questões administrativas e políticas. Esse diletantismo desencadeou alguns problemas. Observamos que não há nesses autores uma preocupação com um estudo mais sistematizado; a maior parte das obras mantêm-se no campo do senso comum. Em que pese a contribuição desses estudiosos no sentido de recolher registros de suma importância, não há, na maioria

---

<sup>5</sup> Certos autores costumam folclorizar o modo de vida de determinados grupos e ressaltá-lo como eterno, curioso, pitoresco, etc. Isto é muito comum quando falam da fronteira e de seus povos como, por exemplo, os paraguaios.

das obras, rigor científico. Sobre esse aspecto se pronuncia a historiadora Lúcia Salsa Corrêa :

*Apesar da existência de uma produção historiográfica considerável em ambos os Estados [Mato Grosso e Mato Grosso do Sul], esta caracteriza-se pela carência de tratamento científico das fontes e na interpretação das variáveis que, em geral, dão lugar tão somente a posicionamentos pessoais e apaixonados (CORRÊA, 1980 : 10)*

Na opinião de Valmir Batista Corrêa, outro importante representante da historiografia regional, faz-se necessária a realização de uma revisão crítica da historiografia mato-grossense, no entanto, é preciso ter certos cuidados :

*Esse posicionamento [crítico], entretanto, não pode levar a uma xenofobia com relação aos historiadores tradicionais que procuraram “descrever” a história regional, mas buscar uma compreensão maior de seu papel dentro da vasta historiografia mato-grossense (CORRÊA, 1980 : 4).*

De fato, é preciso reconhecer a importância dessa produção, tendo cuidado para não se realizar uma crítica que desconsidere o momento histórico desses autores. Não fosse o pioneirismo desses estudiosos, na busca da documentação e no registro de dados de sua época, seria mais difícil, atualmente, o acesso a algumas informações que teriam, talvez, sido levadas pelos “ventos” do passado.

Todavia, a revisão se faz necessária e sem ela a crítica subsequente pouco acrescentaria ao desenvolvimento da pesquisa. Na verdade, o papel que cabe ao pesquisador é o de compreender qual função esses intelectuais exerceram em determinado momento histórico e, a partir de então, entender a opção que fizeram por determinada perspectiva.

Nesse caso, podemos afirmar que realizar uma crítica à concepção de história desses autores é, sobretudo, tentar demonstrar uma ligação entre essa concepção e as relações estabelecidas pelo poder hegemônico em Mato Grosso.

A chegada de imigrantes e a luta pela posse das terras em Mato Grosso sempre se constituíram em constantes ameaças à hegemonia da burguesia local e provocaram lutas pelo poder. Assim, nota-se uma reação da historiografia às mudanças, um certo conservadorismo, uma tentativa de se reforçar o “status quo” da burguesia local, difundindo uma ideologia capaz de justificar a diferença entre as

classes. Por este motivo, tanta importância davam aos heróis mato-grossenses, aos atos administrativos e políticos da elite dominante<sup>6</sup> e pouca atenção se dispensava às contradições existentes na sociedade. Assim, na disputa pelo controle econômico e político de Mato Grosso, grupos burgueses antagônicos defendem suas idéias de acordo com os interesses momentâneos. Suas posições acabam se refletindo na historiografia que passa a servir de instrumento ideológico desses grupos.

A compreensão da história fica limitada, então, aos grandes feitos de personagens que são responsáveis pelas mudanças em curso. Essas mudanças, contudo, são realizadas de forma previsível, sem grandes contradições, baseadas nas leis naturais, evolucionistas. São elaboradas pelos homens do poder – dentro de certa ordem – e deles se esperam importantes resoluções acerca do futuro da sociedade.

Embora não seja possível identificar essa historiografia com uma produção científica sistematizada, há como fazer uma aproximação das origens do pensamento desses autores com posturas positivistas que acabaram, de alguma maneira, norteando as análises. Ou seja, a concepção desses estudiosos pode ser associada a uma tendência, na historiografia, que se denominou de positivismo histórico, marca de um conhecimento que tem como método o registro puro e simples dos fatos, isto é, de registros empíricos, que privilegia o campo da história narrativa, factual, política, dos feitos de grandes administradores como explicação de toda a história. O positivismo, ao limitar o conhecimento ao domínio dos fatos que são puramente observáveis através da experiência, permanece somente naquilo que é aparente, superficial, pois não indaga para além dos próprios fatos. Considera a realidade como um dado, um fato empírico e não como um processo que depende das relações sociais, isto é, do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza, sendo capazes e responsáveis pelas mudanças. Por esse motivo, essa historiografia fica no campo do senso comum, no sentido de não avançar para além do que possa ser observável e por não considerar que são os homens que produzem e reproduzem

---

<sup>6</sup> Citamos aqui trechos de duas obras para demonstrar o destaque que dão os autores aos feitos de certos homens públicos ou heróis : “(...) Foram essas administrações [de Mato Grosso] que modelaram e conscientizaram nossa vida política e, gerindo a coisa pública fizeram despertar a extraordinária potencialidade econômica do Estado, no complexo da nacionalidade”. Mais adiante, o autor copia um pensamento de Carlyle “(...) Copiando Carlyle, ‘na biografia dos homens está a história da terra’. Porisso (sic) focalizamos aqui as personalidades atuantes de Mato Grosso, para levar a bom termo a tarefa a que nos lançamos. ( MARTINS, s.d. : 7 )

Já Rodrigues ( 1993 ) em História de Mato Grosso do Sul, ao tratar da exploração ervaiteira, enaltece o pioneirismo de Tomáz Laranjeira, comparando-o aos bandeirantes. O autor reclama a sua lembrança: (...) hoje em dia o seu nome é lembrado apenas nas referências históricas ligadas à Cia. Mate Laranjeira ”( RODRIGUES, 1993 : 121 ).

contínua e contraditoriamente sua forma de existência, podendo, por isso, transformar as relações sociais.

Gramsci identificou essa tendência com a perspectiva sociológica – entendida como a ciência positivista de caráter experimental - que tem como fundamento o evolucionismo vulgar :

*A sociologia foi uma tentativa de criar um método para a ciência histórico-política, tentativa subordinada a um sistema filosófico já elaborado, o positivismo evolucionista, sobre o qual a sociologia reagiu, mas apenas parcialmente. Por isto, a sociologia se tornou uma tendência em si, tornou-se a filosofia dos não-filósofos, uma tentativa de descrever e classificar esquematicamente fatos históricos e políticos, a partir de critérios construídos sobre o modelo das ciências naturais. A sociologia é, portanto, uma tentativa de extrair 'experimentalmente' as leis de evolução da sociedade humana, de maneira a 'prever' o futuro com a mesma certeza com que se prevê que de uma semente nascerá uma árvore (1995 : 151).*

As leis sociológicas foram caracterizadas por Gramsci como simples tautologias, repetições puramente mecânicas, sendo assim, impossíveis de avançar para além do simples registro do fato:

*As chamadas leis sociológicas, que são utilizadas como causa - tal fato ocorre graças a tal lei, etc – não têm a menor importância causal; elas são, quase sempre, tautologias e paralogismos. Frequentemente, elas não passam de uma duplicata do próprio fato observado. Descreve-se o fato ou uma série de fatos, através de um processo mecânico de generalização abstrata, extrai-se uma relação de semelhança e chama-se esta relação de lei, atribuindo-lhe a função de causa. Mas, na realidade o que se encontrou de novo ?( 1995 : 154).*

Para o autor, é possível entender o porquê de a sociologia não admitir o princípio dialético, já que está ligada à idéia do evolucionismo, sob continuidade da ordem social, ou seja, uma ordem que não admite mudanças na estrutura da sociedade :

*O evolucionismo vulgar está na base da sociologia, que não pode conhecer o princípio dialético da passagem da quantidade à qualidade, passagem que perturba toda a evolução e toda a lei de uniformidade, entendida em sentido vulgarmente evolucionista (1995 : 151).*

Embora os historiadores autodidatas não deixem ainda de exercer influência através de obras reeditadas ou escritas mais recentemente, nos últimos anos, há uma reversão desse quadro. Alguns historiadores começam a se preocupar com a forma como tem sido abordada a história regional e passam a dar-lhe um tratamento diferenciado.

Referimo-nos aos historiadores profissionais que, através da pesquisa científica, aos poucos, vêm contribuindo para sistematizar e enriquecer o estudo sobre a história regional. Isso foi possível graças ao crescimento econômico verificado nos últimos anos no Estado de Mato Grosso do Sul, que se refletiu, também, nas áreas diversas da pesquisa acadêmica<sup>7</sup>.

Em geral, a preocupação dos historiadores profissionais em relação à história que tem sido construída pelos autodidatas têm duplo aspecto. Um desses aspectos pode ser detectado nas tentativas de superação das limitações da historiografia autodidata, quanto à consistência da investigação e ao tratamento mais científico das fontes e técnicas utilizadas. O outro é de origem teórico-metodológica. Defendem que é preciso desviar o foco da análise também para a sociedade, verificando seus aspectos contraditórios.

No entanto, percebe-se, ainda, que muitos estudos não buscam as raízes do processo histórico analisado. No que se refere, por exemplo, ao estudo da exploração ervateira em Mato Grosso, notamos que a historiografia, em sua maior parte, não procura inserir essa atividade em um contexto mais amplo, tentando entendê-la sem maior aprofundamento e numa relação mais ou menos distanciada do movimento da sociedade capitalista. Assim, de forma isolada ou específica, torna-se difícil compreender o sistema de exploração dos ervais mato-grossenses (incluída aí a relação humana) sem relacioná-lo às mudanças que se processavam não apenas no Brasil, como na região do Prata, estas influenciadas - nem sempre de forma direta e imediata - pelas transformações ditadas pelo capitalismo.

É possível identificar, pelo menos duas grandes tendências que orientaram o trabalho dos historiadores na academia. As maiores influências na produção desses autores foram as que se originaram do marxismo e da escola francesa, a chamada

---

<sup>7</sup> Os cursos de pós-graduação em História, de acordo com Fico e Polito (1996), surgiram a partir da década de 1970 e só foram se consolidar a partir dos anos de 1980. Já os cursos de história foram criados em 1934, (Universidade de São Paulo) a partir da reforma universitária da década de 1930. Em Mato Grosso do Sul, só a partir dos anos 1970 são criados os cursos de História na UEMT, transformada depois em UFMS.

“Escola dos Annales”. Contudo, segundo Fico e Polito (1996:76) nos anos 1970 e 1980 as correntes ligadas ao marxismo vão predominar. Conforme ainda esses autores, o referencial marxista já podia ser notado nos anos 1950 e 1960 em estudos ligados às áreas da sociologia e economia. Já a incorporação, pela historiografia, das novas temáticas geradas pelos Annales, sobretudo a Nova História, se dá na década 1980, e tende a expandir-se nos anos seguintes.

Se uma aproximação pode ser feita entre as perspectivas marxistas e a dos Annales é que ambas procuraram não se restringir apenas à história dos bastidores da política, tendo, por isso, uma preocupação maior com as questões sociais e econômicas. Além disso, combatiam duramente o que se denominou de “história historicizante”, isto é, factual<sup>8</sup>.

Se, por um lado, os Annales contribuíram com uma maior abrangência de enfoques, ampliando os temas abordados e superando os limites do factual, por outro, muitos de seus membros ficaram presos a um estruturalismo geoeconômico asfíxiante ou, até mesmo, num sentido oposto, se negaram a aceitar as macroexplicações e se dirigiram ao estudo do cotidiano, das identidades, das subjetividades ou das “micro-realidades”.

A tendência que se verifica é que inúmeros dos historiadores da terceira fase - convencionalmente chamada de “Nova História” - rejeitam uma análise ligada às estruturas da sociedade, optam pela especificidade, pela subjetividade e muitas vezes embarcam na história descritiva. A história construída por esses estudiosos foi denominada por François Dosse (1994) de uma “história em migalhas”, ou seja, uma história que passa a negar a totalidade pois não admite uma e sim, várias realidades. Na crítica a essa tendência, Dosse chega a afirmar que o método praticado por esses historiadores não passa de mera “ilusão neopositivista”:

---

<sup>8</sup> Aliás, essa foi uma preocupação central na “Escola dos Annales” e que inclusive reuniu em torno de si vários estudiosos. Contudo, não seria correto apontar uma unidade no que diz respeito ao método adotada por esses intelectuais. Na realidade, alguns estudiosos sobre os Annales, como Peter Burke por exemplo, afirmam que não é possível falar em coesão e uniformidade nesse grupo, e que o termo mais correto para designá-lo, seria, propriamente, *movimento* e não *escola* (BURKE, 1990 : 12). Esse movimento, pode ser dividido em três fases, a saber : a primeira na qual se destacam seus fundadores, Febvre e Bloch, teve como característica a radicalização contra o que se chamou de “historiografia tradicional”, ou seja, a historiografia preocupada com a história política, factual, etc. A segunda com Fernand Braudel à frente, que mais se aproxima de uma “escola”, marcadamente estruturalista e, finalmente, a terceira é mais fragmentada pois reuniu estudiosos que ora passaram a privilegiar a história sócio-cultural, ora optaram pelo retorno à história política incluindo a narrativa (Burke, 1990 : 12).

*A fragmentação do campo do real duplica-se algumas vezes com a pretensão à globalidade em certos historiadores que decompõem a prática em dois tempos : o primeiro é o da explosão, depois vem o da integração e justaposição dos elementos fragmentados em uma totalidade fictícia. Essa ilusão neopositivista do percurso globalizante esquece um nível essencial, o da análise estrutural, da hipótese causal, sem a qual não pode existir história total(DOSSE, 1994 : 257).*

Por este motivo, os historiadores que acabam se limitando ao entendimento de realidades essencialmente particulares, enxergando apenas uma determinada ótica, tendem a fragmentar a compreensão do real e, em consequência disso, não buscam o entendimento das leis que regem o sistema capitalista.

É importante frisar que o problema que se aponta aqui não é tanto a busca pelo factual ou pelo singular, pois é também no singular que a realidade se manifesta. Contudo, como assinala Ana Lúcia Valente, é preciso inseri-lo num contexto mais abrangente com as devidas mediações :

*(...) o cerne do problema são as mediações entre esse nível de análise[universal] e o singular que nem sempre podem ser percebidas, captadas e discutidas em sua complexidade numa primeira aproximação com o objeto de reflexão. Disso decorre que o singular jamais será abandonado como ponto de partida das investigações científicas, máxima universalmente aceita por todos os campos do conhecimento(VALENTE, 1997 : 68).*

Essa tendência tem influenciado a historiografia, com mais intensidade nessa última década. Pode ser explicada, historicamente, como um movimento que tenta resistir culturalmente a um processo globalizador. O resultado é que ao tentar dar “voz” a um determinado grupo, ou seja, ao buscar a compreensão do grupo enquanto grupo e não enquanto coletividade, num contexto mais amplo, comete-se o erro de discriminá-lo ainda mais. Isto não quer dizer que a realidade de determinados grupos, em alguns momentos, possa assumir manifestações singulares mas, necessariamente, ela é expressão de uma realidade universal.

As palavras de Hobsbawn podem nos auxiliar, sobremaneira, nessa constatação :

*Os historiadores, conquanto microcósmicos, devem se posicionar em favor do universalismo, não por fidelidade a um ideal ao qual muitos de nós permanecemos vinculados, mas porque essa é a condição necessária para o entendimento da história da humanidade. Pois todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e mais complexo.*

*Uma história que seja destinada ‘apenas’ para judeus (ou afro-americanos, ou gregos, ou mulheres, ou proletários, ou homossexuais) não pode ser boa história, embora possa ser uma história confortadora para aqueles que a praticam (1998 : 292).*

Gilberto Luiz Alves também discute essa tendência, ao se referir à forma como tem sido abordada a história regional, que acaba por admitir diversas realidades sem procurar ter como parâmetro o universal. O autor não nega as especificidades, mas estas são expressão, mesmo que de maneira diferenciada, do universal, ou seja, do capitalismo. Alves aponta as conseqüências dessa visão:

*Essa orientação tem-se revelado extremamente prejudicial porque ao buscar o entendimento do que somos, ao buscar a nossa especificidade, tem enfatizado exclusivamente o que nos diferencia. Assim, o universal deixa de ser parâmetro. O critério excludente, por esse motivo, termina por revelar-se cientificamente insuficiente, por fundamentar, tão somente, formulações preconceituosas e pseudocientíficas (1995 : 2).*

Nos últimos anos percebe-se que a historiografia regional tem sido fortemente influenciada pela Nova História, o que pode ser observado na necessidade de alguns autores em ressaltar as diferenças dos objetos de estudo, em prejuízo de uma análise mais universal, embora ainda haja quem se proponha a produzir estudos com propostas mais abrangentes.

Não se trata aqui de fazer acusações a este ou aquele autor ou de assumir uma atitude inquisitorial, mesmo porque os historiadores nem sempre expressam um total singularismo mas, sim, de apontar uma tendência que vai tomando corpo na historiografia, de se fazer uma história de “encomenda”, destinada a certos grupos ou “guetos”.

Assim, observa-se que, na busca pelo “novo”, a historiografia tende a abandonar a perspectiva marxista e a adotar as novas metodologias geradas pelos Annales. Por outro lado, nota-se também que algumas elaborações tentam conjugar o referencial marxista e as interpretações e teorias oriundas da Nova História.

É possível que essas combinações no interior da historiografia tenham suas raízes no revisionismo, formado dentro do marxismo, já em fins do século passado, que acabaram desembocando em duas correntes principais. Esse movimento foi percebido por Gramsci que o identificou como

*(...)uma dupla revisão,isto é, foi submetida a uma dupla combinação filosófica. Por um lado, alguns de seus elementos, de um modo explícito ou implícito, foram absorvidos e incorporados por algumas correntes idealistas(basta citar Croce,Gentile, Sorel, o próprio Bergson, o pragmatismo); por outro, os chamados ortodoxos – preocupados em encontrar uma filosofia que fosse, segundo o seu ponto de vista muito estreito, mais compreensiva do que uma “simples” interpretação da história – acreditaram ser ortodoxos identificando a filosofia da praxis[marxismo]<sup>9</sup>, fundamentalmente com o materialismo tradicional(GRAMSCI,1995:100-101).*

Em geral, a conjugação do marxismo com as correntes idealistas, para Gramsci, poderia ser observada nos intelectuais “puros”, isto é, naqueles ligados às classes dominantes que

*não podiam deixar de utilizar pelo menos alguns dos elementos da filosofia da praxis, a fim de fortalecer suas concepções e atenuar o decrépito filosofismo especulativo com o realismo historicista da nova teoria, a fim de fornecer novas armas ao arsenal do grupo social ao qual estavam ligados(GRAMSCI, 1995 : 101).*

Os idealistas, como Croce, máxima expressão dessa corrente, na Itália, atacavam duramente o marxismo por ele destacar a estrutura das superestruturas, dando a esta uma máxima importância, endeusando-a. A interpretação economicista, que é a compreensão da realidade pelo aspecto puramente econômico, estrutural, para Croce, seria o “deus oculto” do marxismo (GRAMSCI, 1995:263). Gramsci rebate as críticas, afirmando ter a impressão de que Croce parecia desconsiderar a totalidade em Marx. Segundo ele, era preciso ter um entendimento melhor das obras de Marx para chegar ao conceito de “bloco histórico” que apreende a realidade como um todo e não exclui desta a superestrutura<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Gramsci tomou o cuidado de preservar sua obra, desviando a atenção da censura, ao se utilizar de metáforas substituindo termos e nomes como : materialismo histórico, Lênin, Marx, Engels, O capital ,etc. A filosofia da práxis era a expressão utilizada para substituir o materialismo histórico.

<sup>10</sup> Extraímos um trecho da Ideologia Alemã, onde Marx desenvolve mais claramente sua concepção de história: “Esta concepção de história consiste, pois em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião moral etc – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua **totalidade** (e também , por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos) (1993:55)”. Essa totalidade de Marx jamais poderia ser chamada de economicista. Hobsbawm discute também essa polêmica de ser ou não o materialismo histórico essencialmente economicista: “Também está perfeitamente claro desde o início que, uma vez que os seres humanos possuem consciência, a concepção materialista da história é a base da explicação histórica mas não a explicação histórica em si (...) o materialismo histórico não era determinismo econômico : nem todos

A outra tendência dentro do marxismo, que Gramsci identifica como pretensamente ortodoxa, também mereceu deste duras críticas<sup>11</sup>.

Gramsci aproveita-se dos equívocos dessa corrente, para fazer um alerta para os erros teórico-metodológicos que podem ser cometidos na apreensão do real. Na crítica dirigida ao Ensaio Popular<sup>12</sup>, que ele considera sintomático do pensamento materialista vulgar, a chamada “ortodoxia”, ele aponta os erros grosseiros que o autor deste manual, Bukharin, comete ao se referir ao materialismo histórico. No Ensaio, o materialismo histórico é concebido como sociologia. E não é só este o problema: Bukharin comete o equívoco de dividir a “filosofia da práxis” em dois elementos, ou seja, uma sociologia (positivista) e uma filosofia. Gramsci alerta para o perigo que isso possa representar, já que historicamente a sociologia foi a tentativa de explicar a ciência histórica-política em uma concepção positivista. Já a filosofia, nesse caso, só pode ser entendida como metafísica se ela estiver, como entendeu Bukharin, desvinculada da história. Para Gramsci, essa era a origem do erro, que levou a uma falsa interpretação do marxismo. Ou seja, em poucas palavras : reduziu-se a filosofia da práxis a uma sociologia e a uma filosofia especulativa. Essa separação, para Gramsci, dificulta a própria compreensão do marxismo, conduzindo ao caminho do pensamento vulgar, comum<sup>13</sup>.

Gramsci afirma que essa tendência se deveu a uma necessidade de combater o senso comum das massas, suas ideologias. Ao se proceder à educação das massas, tentou-se equivocadamente aproximar-se do pensamento popular, “falar a língua do povo”, empobrecendo ainda mais as concepções, tornando-as vulgares<sup>14</sup>.

Essa tendência que acabou influenciando grande parte dos teóricos marxistas, assim como preocupou o pensador italiano, ainda é objeto de preocupação de

---

os fenômenos não econômicos na história podem ser derivados de fenômenos econômicos específicos, e determinados eventos ou datas não são determinados nesse sentido(1998 : 177-176 )”.

<sup>11</sup> Essa tendência se tornou dominante à época, dando orientação aos partidos socialistas e comunistas, bem como à política adotada na antiga URSS.

<sup>12</sup> Manual popular de sociologia marxista de N. Bukarin, in Gramsci (1995)

<sup>13</sup> O materialismo vulgar passou a contaminar o pensamento de inúmeros pensadores marxistas que foram alvos dos alertas de Gramsci. Ainda podemos encontrar resquícios do materialismo vulgar que paralisa cérebros e limita o pensamento crítico.

<sup>14</sup> O próprio termo materialismo, que vem sido utilizado para designar a teoria de Marx, de certa forma, também pode induzir a uma interpretação equivocada. Alguns marxistas o rejeitam e preferem falar de uma ciência da história. Gramsci se preocupou com a interpretação que se pode fazer do termo. Ele entende essa expressão como sendo uma “herança do passado”, negando-a em certos momentos : “Esqueceu-se, em uma expressão muito comum [materialismo histórico], que se deveria colocar o acento sobre o segundo termo, “histórico”, e não sobre o primeiro, de origem metafísica. A filosofia da práxis é o “historicismo” absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do

diversos intelectuais marxistas. Exemplo disso é a crítica que Alves (1998) faz ao materialismo vulgar. Em estudo sobre a escola pública contemporânea, o autor aborda a problemática no que se refere a erros metodológicos que aparecem nos trabalhos de estudiosos marxistas sobre a escola pública. Alves alerta para as possíveis distorções nas interpretações, que podem ocorrer, comprometendo o fazer científico e que acabam resultando no *materialismo vulgar*. As formas como são tratadas a origem e a expansão da escola pública burguesa, por esta tendência, acabam por realizar uma interpretação distanciada e equivocada do momento histórico analisado, chegando a ser ahistórica<sup>15</sup>. É comum, acrescenta Alves, cobrarem antecipadamente da burguesia, contrariando a própria história, as reivindicações que acabariam ocorrendo naturalmente mais tarde, quando o proletariado surge como classe mais organizada<sup>16</sup>.

Essa visão da história acaba distorcendo os próprios fatos e uma história tendenciosa, acaba se impondo. Portanto, a crítica do autor torna-se extremamente importante, já que essas interpretações ainda são muito comuns nos trabalhos de estudiosos. A historiografia<sup>17</sup>, por exemplo, está repleta delas. Assim, o

---

pensamento, um humanismo absoluto da história. Nesta linha é que deve ser buscado o filão da nova concepção do mundo”(1995 : 189).

<sup>15</sup> O autor toma como modelo a obra “Educação e luta de classes” de Aníbal Ponce para exemplificar aquilo que acaba chamando de interpretação conspiracionista da história, decorrente do já referido materialismo vulgar. Ponce acaba acusando a burguesia de traidora por não ter cumprido suas promessas à classe trabalhadora. Demonstra este autor que em alguns momentos da história quando a classe trabalhadora apoiou a burguesia na Revolução Francesa (1789), na conquista do poder, esta acenou com a possibilidade de oferecer escola para todos, o que não ocorreu. Ponce acaba tomando essa questão como uma “armação”, um plano da burguesia contra os trabalhadores, sem avaliar historicamente a situação efetiva das classes após a revolução. Diz Alves : “Essas questões ligadas à origem da escola pública são tratadas de forma impropriedade, quando levam à condenação de pensadores e de pedagogos burgueses, bem como à da própria burguesia. Assim postas, elas revelam um conteúdo moralista, logo ahistórico. Historicamente, no caso, não há homens pérfidos, oportunistas, traidores e farsantes realizando tarefas políticas com a intenção primeira de prejudicar os trabalhadores; há homens propondo soluções para os problemas humanos de seu tempo sob a perspectiva burguesa. Especialmente para o historiador que se coloca no campo do fazer científico, tal como entendeu Marx, os papéis históricos de pensadores e de pedagogos não podem ser traduzidos a traços de caráter nem interpretados a partir de exigências extemporâneas” (1998 : 22).

<sup>16</sup> “O proletariado moderno, por exemplo, com o qual Ponce se identifica ideologicamente, não estava suficientemente constituído na época analisada nem havia elevado ao plano da consciência a necessidade de educação para todos. Como decorrência, essa classe ainda não havia eleito tal bandeira como essencial aos seus interesses, em especial à formação de seus quadros. Logo, a conquista da escola ainda não se lhe apresentava como um valor nem a movia a lutar pela sua realização. Essa consideração é decisiva quando a história é concebida fundamentalmente como luta” (ALVES,1998 : 23).

<sup>17</sup> O materialismo vulgar não foi apenas uma forma de se interpretar a história. Foi muito mais do que isso. Ele orientou inúmeros ideólogos, políticos, governantes que conduziram povos inteiros, que tentaram, como diz Gramsci (1995 : 152), reduzir “uma concepção de mundo a um formulário mecânico, que dá a impressão de poder colocar toda a história no bolso”.

encaminhamento desse tipo de discussão acaba se tornando imprescindível no meio científico, no sentido de tentar superá-las.

Dessa forma, se é possível falar de um avanço que a academia realizou em relação aos autodidatas, podemos dizer que ele foi limitado pelas características que assumiu e pelos caminhos que traçou.

Portanto, o propósito aqui é anunciar os problemas levantados pela historiografia, tomá-los como ponto de partida para, em seguida, a partir da perspectiva utilizada, tentar realizar uma crítica de suas concepções.

## CAPÍTULO I – A HISTORIOGRAFIA AUTODIDATA

### Compêndios

Os compêndios sobre a história de Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, quase na sua totalidade, pouca referência fazem ao trabalhador ervateiro. Se existe algum comentário sobre a exploração ervateira, o trabalhador costuma ser colocado em segundo plano, ou seja, o ervateiro não chega a merecer maiores considerações dos autores dos compêndios.

A título de exemplo, podemos citar dois compêndios – talvez os mais consultados dentro dessa categoria – que não fazem nenhuma menção ao trabalhador ervateiro. São as obras História de Mato Grosso, de Rubens de Mendonça (1982) e História de Mato Grosso, de Virgílio Corrêa Filho (1994).

Os compêndios História de Mato Grosso do Sul, de J. Barbosa Rodrigues (1993), História de Mato Grosso, de Demóstenes Martins (s/d); História de Mato Grosso do Sul, de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães (1991), História dos Municípios, de Acyr Vaz Guimarães (1992) e Isto é Mato Grosso do Sul, de J. Barbosa Rodrigues (1978), somente citam em algumas passagens, aspectos do trabalho ou do trabalhador, como exemplificamos a seguir :

*aos poucos Tomás Laranjeira construíra um verdadeiro império de trabalho onde o paraguaio derrotado e necessitado de sobreviver, encontrava graças a seu sistema frugal de vida ( ? ), meios de subsistência (...)(RODRIGUES, 1993 : 120 )*

Um outro exemplo pode ser dado nessa passagem :

*em 1874, Tomás Laranjeira, com pequeno recurso à mão, trouxe do Rio Grande do Sul, gente afeita ao preparo da erva-mate e iniciou a exploração das matas ( lindeiras com o Paraguai ), empregando o braço paraguaio, especializado e barato. (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 1991: 93)*

Há casos, por exemplo, de interpretações equivocadas como na obra de Rodrigues (1993), em que o autor, para falar da mão-de-obra empregada nos ervais, se utiliza de uma afirmação do antropólogo Darcy Ribeiro, esquecendo-se que eram os paraguaios, também, aliciados para o trabalho nos ervais :

*A exploração dos ervais de Mato Grosso foi realizada principalmente por paraguaios que, falando também o guarani, mais facilmente puderam aliciar os índios para o trabalho. (RIBEIRO, apud RODRIGUES, 1993 : 119-120).*

Há uma obra, no entanto, que se diferencia um pouco das demais. Intitulada Matto Grosso: seus recursos naturaes, seu futuro economico , de A. Marques ( 1923 ), é a que mais se refere não só ao trabalhador paraguaio, como a outras categorias profissionais - seringueiro e “caçador de onças” - , dedicando, inclusive, parte dela para descrever essas atividades. Assim traduz a situação do seringueiro :

*O seringueiro é um produto essencial do meio. É quasi um escravo pela fôrma por que é exercido este mister. O commerciante adianta-lhe o vestuário e os víveres para determinado período de tempo, findo o qual o seringueiro volta a entregar-lhe o resultado de seu trabalho. (...) Alguns debandam para outras terras com o producto da colheita, mas são aventureiros que vêm de outros pontos nessa época. Não conhecem outra profissão. A lavoura não os seduz. É a prisão (MARQUES, 1923 : 87-88).*

Outro detalhe importante : dentre todos os compêndios analisados sobre Mato Grosso, é o que mais comenta sobre a população paraguaia na fronteira<sup>18</sup> :

*(...)a população dedica-se também à criação de gado bovino; mas o elemento preponderante, o Paraguayo, a que se juntam Argentinos de Corrientes e Uruguayos, obedece à jurisdição da Matte Larangeira, cujos domínios só estão aparentemente sujeitos ás leis do paiz.(. ) mantém, [ a Companhia ] dentro de seus domínios, a mais severa autoridade, a despeito da indole independente do Paraguayo, herança de seus antepassados aborigenes(...)” (MARQUES, 1923 : 201).*

## **Monografias**

Dentre as monografias produzidas pelos historiadores autodidatas, há especificamente três que merecem maior atenção por destacarem o homem ervateiro. São elas : À sombra dos hervais mattogrossenses (1925), Ervais do Brasil e ervateiros(1957), ambas de Virgílio Corrêa Filho, e Canaã do Oeste (1947) de autoria de José de Mello e Silva . Há, também, as que fazem parte da coletânea Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul( 1986 ), que não poderiam deixar de ser

---

<sup>18</sup> Muitos autores, ao se referirem à população que habita o Estado de Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, costumam não incluir os paraguaios ou seus descendentes no cômputo geral. No entanto, sabe-se que esta população era e ainda é representativa, sobretudo na região da fronteira.

comentadas: Tereré de Rubens de Aquino, Dom Thomaz de Otávio Gonçalves Gomes e Capataz Caati de Athamaril Saldanha.<sup>19</sup>

Virgílio Corrêa Filho, o primeiro autor a ser descrito, se destaca entre os historiadores autodidatas pelo grande volume de obras publicadas. Escreveu inúmeros trabalhos sobre o Estado de Mato Grosso, entre os quais se destacam História de Mato Grosso (1994), Matto Grosso (1922), Pedro Celestino(1945), Pantanaís mato-grossenses (devassamento e ocupação) e As raias de Mato Grosso (1925).

Em Á sombra dos hervaes mattogrossenses, Corrêa Filho aborda a exploração da erva-mate mato-grossense com atenção especial às concessões dos ervais e aos conflitos políticos que derivaram do monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira.

Ao se referir à importância do saber paraguaio, assim se pronuncia o autor : “sem o braço guarany, seria impossível a exploração dos hervaes” (1925 : 11). Quando o autor aborda questões ligadas ao trabalho, procura, algumas vezes, fazer menção aos “abusos” cometidos contra os trabalhadores. No entanto, para ele “(...) o trabalho não seria tão árduo para os hervateiros como excessivos os abusos de que eram vítimas” (1925 : 12). Cita inúmeras denúncias de administradores e viajantes que visitavam os ervais no Paraguai, nos séculos XVII e XVIII, relatando a exploração do trabalho, como a de um “observador arguto”, o “geographo” Azara, no final do século XVIII, na região do Prata:

*El principal giro de estos vecinos es conchavar se, para los beneficios de la yerba, á los que empreenden estas faenas, las cuales son lucrativas en ciertos casos á los amos, y nunca á los peones, que trabajando barbaramente ningún adelanto consiguen : porque pagarles la yerba que trabajan com generos, dan estos tan subidos de precio que aseguran todos que es un asombro. (AZARA, apud CORRÊA FILHO, 1925 : 12-13).*

Em outra época, ou seja, no final do século passado, outro importante estudioso, Rafael Barret , segundo Corrêa Filho, teria feito críticas ao regime adotado na “Industrial Paraguaya”, empresa situada em Concepción, Paraguai :

---

<sup>19</sup> Essa coletânea sobre a exploração ervateira, compõe-se de cinco monografias. Ao lado das já citadas, há mais duas : a de Hélio Serejo, Caraf e a de Gilmar Arruda, Heródoto. Não utilizaremos a obra de Serejo nesse momento, por considerarmos que a mesma deva ser utilizada como fonte primária. Serejo relata através de lembranças, fatos vividos por ele nos ervais. Relata contos, costumes, casos. Quanto à monografia de Gilmar Arruda será referida, quando se tratar das monografias acadêmicas.

*Tomemos el mejor de los casos : el de un mineiro guapo, que acarrea trescientas arrobas al mes. Ganará ciento ochenta pesos. Quitad lo que gasta en nutrirse malamente y en cubrir su desnudez, y que le queda ? treinta e cuarenta pesos a lo sumo, con los que tardará años y más años en saldar al anticipo de un mil a dos mil pesos con que há encadenado. La suerte de los demás peónes es incomparablemente peor. Muchos se reducen a alimentarse de agua, porotos y sal com esperanza de salvarse algún dia. Medio desnudo, desamparado, el obrero del yerbal es un perpetuo vagabundo de su propia carcel (BARRET apud CORRÊA FILHO, 1925 : 13-14).*

Porém, parece admitir que haveria uma mudança à época em que fez o estudo, ou seja, em 1925, sem no entanto esclarecer quais seriam essas alterações: “hoje o regimen está um tanto modificado” (CORRÊA FILHO, 1925 : 37).

É interessante observar que as denúncias sobre a exploração do trabalho em Corrêa Filho, transparecem através da “fala” dos viajantes. Isto é, Corrêa Filho não faz a denúncia de uma forma clara, direta; apenas registra-a através das informações dos viajantes do século passado. Na obra *Ervais do Brasil e ervateiros*, por exemplo, cita trechos de cartas e relatos de administradores e de viajantes que, ao fazerem suas observações sobre o trabalho, dão pistas do regime adotado, apontando para um possível trabalho compulsório. As impressões de D. Manuel Antonio, bispo do Paraguai, numa carta ao rei da Espanha (1761), assim nos revelam : “Com esta erva deixam os paraguaios de ser homens, quando outros com ela se fazem homens” (1957 : 3). O bispo em outra ocasião, segundo Corrêa Filho, esclareceria melhor esta afirmação :

*A pena de galé com que na Espanha se castigavam os malfeitores, é uma delícia, em comparação com esta faina que torna os infelizes paraguaios, ainda mais infelizes do que forçados das galés e os reduz ao número daqueles de quem DAVID disse que não trabalhavam como homens (CORRÊA FILHO : 1957 : 3).*

Todavia, à medida que o autor vai tratando da exploração mais recente, incluindo a de Mato Grosso, sua análise quanto ao regime de trabalho vai ficando ambígua. Isso fica claro quando se refere ao “*Mate como fator de povoamento*”, título de um dos capítulos de sua obra :

*Ao contrário do que se deu nos ervais paraguaios, onde se consumiram milhares de nativos, pela sobrecarga desumana das tarefas, a que eram obrigados, em condições precárias de nutrição e assistência, conforme registram os cronistas, de que se fez eco o Padre Teschauer, em outras paragens a planta preciosa contribuiu para o seu povoamento (CORRÊA FILHO, 1957 : 48).*

Mais adiante, no mesmo capítulo, ao se referir à significativa presença da população paraguaia e gaúcha, que se refletia no aumento da população de Mato Grosso, reproduz citação de um estudo do viajante Kuhlmann (s/d) sobre a vegetação de Mato Grosso, na qual faz um comentário a respeito do trabalho :

*Na área do mate, quase todo o trabalho de coleta e preparo da erva é feito por paraguaios (...) Sujeita-se o ervateiro ou mineiro aos processos de trabalho mais primitivos e brutais. O transporte do fardo do mate, o “raio” ( sic ), pesando algumas vezes mais de 150 quilos, é feito hoje pelo ervateiro, que o carrega às costas; tal peso produz um entumescimento no pescoço do mineiro, muito semelhante ao produzido pelo bócio. (...) O salário do empregado, muito baixo, é a base das arrôbas transportadas. Daí, o interesse do mineiro em transportar o máximo possível (KUHLMANN apud CORRÊA FILHO, 1957 : 54)*

Embora seja correta a constatação do autor quanto ao aumento da população, ele não nos dá indicações precisas sobre o regime de trabalho adotado nos ervais, no período mais recente de exploração. Por outro lado, se observarmos as fontes citadas por ele, nos depoimentos de Azara, do Bispo do Paraguai, de Barret e de Kuhlman, em épocas diversas, que vão desde o século XVIII até o início deste, podemos averiguar que foram poucas as mudanças nas formas de exploração do trabalho ervateiro, pelo menos até o começo deste século.

A outra obra a ser examinada, de José de Melo e Silva<sup>20</sup>, denominada Canaã do Oeste, é um estudo sobre o sul de Mato Grosso na década de 1940. Silva aborda, especialmente, a região da fronteira no período em que lá foi juiz de direito, nas cidades de Bela Vista e Ponta Porã (décadas de 1930 e 1940). O autor presenciou inúmeros fatos na região e, em vários momentos, se refere ao trabalhador dos ervais, aos gaúchos e à Companhia Matte Larangeira.

Silva traduz o pensamento de alguns autores que, após a década de 1930, ressaltavam com mais ênfase a questão do nacionalismo, muitas vezes mesclado por influências eugênicas. Por este motivo, é notório em sua obra o preconceito etnocêntrico contra os paraguaios e gaúchos situados na fronteira sul do Estado.

---

<sup>20</sup> José de Mello e Silva escreveu outra obra sobre a região da fronteira denominada Fronteiras guaranis (1939). Optou-se por comentar apenas a obra “Canaã do Oeste” (1947) por ser uma obra mais sintética do pensamento do autor. Nela, inclusive, o autor transcreve os trechos mais importantes da obra anterior, não se fazendo necessário repeti-las.

Inconformado com o abandono da fronteira, onde a violência era imperante, Silva parece culpar o “homem fronteiriço” pelo atraso local. Acusa também o governo de não ter dado a devida atenção à colonização daquela região :

*Mas, os interesses nacionais estariam melhor amparados e mais sabiamente protegidos nessa região, se os governos mato-grossenses, despindo-se de idéias estreitas e de preconceitos políticos, tivessem aproveitado as facilidades trazidas pelo caminho da Noroeste para uma colonização sistemática e intensa nesse prodigioso setor do solo brasileiro, que continua carecido de homens, enquanto milhões de patrícios se esbatem Brasil afora (...)* (SILVA, 1989 : 72).

A região citada é a da fronteira sul com o Paraguai que, desde final do século passado, estava sendo ocupada principalmente pelos gaúchos e paraguaios. Mas, segundo Silva, seria impossível a instalação do colono nas terras, já que este não teria condições de explorar erva-mate como produtor independente :

*Em que aproveitaria a colonos a propriedade dos mais ricos ervais, sem as vias de comunicação e sem os meios de transportes para conduzir a erva aos mercados do Prata, os únicos em que tinha aceitação ?* (SILVA, 1989 : 67).

Sai em defesa da Companhia Mate Larangeira, a única que poderia realizar esse empreendimento, já que construiu rodovias, pontes, estradas de ferro, fez a navegação de todos os rios, enfim, desenvolveu todos os meios para realizar todo o escoamento da produção. Tal empreendimento seria impossível para o governo :

*Abstraímos, já se vê, da hipótese de uma iniciativa por parte do Poder Público, coisa inconcebível naquela época. Já teria sido alguma coisa a sua assistência policial. Nem isso foi possível.* (SILVA, 1989 : 67).

O autor parece admitir que o governo não dispunha dos meios materiais, à época, para apoiar o colono mas, ainda assim, culpa-o por não ter cuidado dos interesses nacionais no que diz respeito à ocupação da fronteira :

*Não faz jus, porém a qualquer defesa, o Gôverno Estadual, que não deixou a salvo os interêsses nacionais, impondo a localização de colonos brasileiros em grande escala, naquela região, e limitando pretensões que redundavam em prejuízo das nossas fronteiras* (SILVA, 1989 : 68).

Silva atribui o atraso da fronteira, mais ao “tipo” de homem ali instalado do que propriamente ao modelo de ocupação de terras empreendido pelo governo estadual, que privilegiava a grande propriedade. Para o autor, bastava, à época, apenas ter contido alguns elementos que povoavam a região:

*(...) aos Governos cumpria ter acompanhado, desde o primeiro momento, todos os passos daquele elemento estranho, que se infiltrava em uma das nossas fronteiras (...)* (SILVA, 1989 : 70).

Assim, para Silva, o homem que habitava a fronteira com o Paraguai era um grande problema. Isso fica claro quando se refere aos paraguaios, atribuindo a estes uma tendência herdada de seus ancestrais, os índios guaranis :

*Atividades agrícolas quase nulas. Preconceitos de toda ordem, abusões, credices, prejuízos morais de natureza profunda, pretextos inesgotáveis para o emperramento da marcha de qualquer trabalho, que não seja dos ervais ou da vaqueirice. E o abastardamento de nossa civilização, em um tal meio, é fato incontestável, porque os guaranis que estão de nosso lado, quase na sua generalidade, mantêm-se irredutíveis nos seus hábitos, trazem os filhos acorrentados às suas tradições, não se interessando, sequer, que eles aprendam a língua de seu País.* (SILVA, 1989 : 70).

No entanto, Silva parece negar o que afirmara anteriormente, concordando que o braço paraguaio era imprescindível ao trabalho de elaboração do mate. Esse trabalho, entretanto, se tratava de uma “predestinação” do paraguaio pois, “era aquele um dos trabalhos de sua preferência, um dos seus pendores(...)”(1989 : 64).

Pensava Silva que o colono rio-grandense, ali situado, pudesse modificar hábitos e “mentalidades”:

*Algo, porém, já teríamos obtido de melhor, se do encontro do nosso colono riograndense com os mestiços guaranis [paraguaios] tivessem resultado reações que determinassem uma certa modificação no sistema de vida dos últimos, decorrendo disso nova forma de organização da sociedade rural fronteira(...)* *dissimetria e antagonismos dessa ordem é que explicam grandes transformações que se operam em sentido benéfico (...)*(SILVA, 1947 : 71).

Porém, nem mesmo os gaúchos poderiam garantir a colonização nos moldes pretendidos pelo autor :

*O sul riograndense é portador de excelentes qualidades, sobrepujando entre estas a da sua coragem e a do seu ardente amor patriótico. Encarado, porém como colono, êle não é, em nosso ver, o melhor indicado para provocar a eclosão de antagonismos em nossa fronteira paraguaia. Porque, ali, êle se encontra, sob vários aspectos, como em seu meio de origem. Semelhança de solo, relativa identidade de clima, a mesma paisagem, a coincidência de muitos hábitos. Diferenciado pela linguagem e pelo padrão de moral, confundiu-se com o guarani em vários pontos do mesmo plano (...)(SILVA, 1989 : 71).*

Os elementos ideais para o autor seriam aqueles que se diferenciavam dos já existentes :

*Continua, destarte, sendo imprescindível também na linha da fronteira a presença de elementos que conflitem e diferenciem. Indivíduos de meios e costumes diferentes, que dêem preferência ao amanhã da terra, e que até certo ponto reajam contra tudo que seja nocivo ao regime do trabalho( SILVA, 1989: 71).*

A concepção de trabalho em Silva aparece de forma clara quando compara outros povos com aqueles situados na fronteira. Os mecanismos de resistência utilizados pelos trabalhadores paraguaios também aparecem com frequência em sua obra:

*Pode-se afirmar com segurança que o trabalho que o caboclo nordestino ou paulista executa em uma semana, com o uso da foice, e aproveitando bem, como é de seu costume, as horas menos quentes do dia, o nativo referido [paraguaio] fará em um mês, usando o seu machête, e interrompendo o seu serviço, a cada passo, com o seu pernicioso tereré(SILVA, 1989 : 126).*

A seu ver, o “pernicioso” costume dos paraguaios traria prejuízos a qualquer sistema de produção. Além do costume do tereré, haveria outros para Silva que impregnavam toda a região da fronteira, pois “(...) a despeito de parecerem de civilização inferior, muitos dos nossos [brasileiros] são por êles absorvidos (...) talvez porque dominem pelo número.” (1947 : 72).

Silva destaca a música e as danças como principais costumes dos “mestiços guaranis” e acrescenta que somente um trabalho “sistematizado” poderia dominar essa cultura :

*O seu gênio alegre empresta uma feição original aos seus costumes. A maior parte de seu tempo se escoa em diversões – danças, passeios e musicatas, salvo se por qualquer circunstância submetem-se a um trabalho sistematizado, cuja empresa ou patrão exerça sôbre êles disciplina severa. Ainda assim tenha-se por*

*certo que logo se emancipam, subtraindo-se a qualquer jugo que não seja alegre ou suave. Mesmo porque o descendente do guarani, até no trabalho exterioriza a festa do coração, cantarolando, gritando, chalaceando(1947 : 74).*

Os hábitos e costumes dos trabalhadores eram um problema para o autor, que via neles um impedimento à racionalização do trabalho : “o produto que resulta de semelhante forma de trabalho é sempre caríssima (sic). É produção marginal, no sentido econômico da expressão”(1989 : 126).

Silva, em vários momentos de sua obra, como foi demonstrado, culpa a cultura guarani pelo atraso na região. Justifica, também, que o “tipo de trabalho” a que eram submetidos os paraguaios era necessário pois, sem este, seria impossível dominá-los. No entanto, há um momento em que o autor não atribui o atraso ao homem ou simplesmente à cultura que lhes era inerente e, sim, somente aos hábitos contraídos no trabalho :

*E será que o nativo é sempre um elemento mau, indesejável ? Não. Há entre êsses homens bons elementos. Os hábitos inconvenientes que contraíram em seu regime de trabalho é que precisam ser integralmente modificados(SILVA, 1947 : 126).*

À luz de outro momento histórico, as monografias mais recentes dos autodidatas parecem querer justificar ou denunciar o duro regime de trabalho imposto aos trabalhadores ervateiros. É o que ocorre na obra “Capataz Caati”, de Athamaril Saldanha :

*Esclareça-se que os métodos eram e foram considerados bárbaros, tendo sempre sido combatidos, desde o início da produção no Paraguai, por índios guaranis e, continuando pelos tempos a fora; Mato Grosso não poderia deixar de também condenar tais métodos, e foram eles muito condenados, tanto pela Assembléia, como ainda pela imprensa, e mesmo romancistas, atribuindo-os às violências da Mate Laranjeira à sua utilização(SALDANHA, 1986 : 475).*

Todavia, Saldanha, ao explicar uma tentativa de mudança planejada pelo INM (Instituto Nacional do Mate), criado no ano de 1938, que visava facilitar e racionalizar o trabalho nos ervais e que teria sido rejeitada pelos trabalhadores, considera que a cultura desse trabalhador exigia o penoso regime, não percebendo que essa exigência se tratava da resistência do trabalhador às mudanças que pudessem afetar o controle sobre o processo de trabalho :

*De fato, a Mate Laranjeira utilizou os métodos, como também, os produtores de mate fora dela os utilizaram e continuam utilizando, posto que o paraguaio, dado a essas lides, impõe seu uso, pois, sendo descendentes da nação guarani, que assim procedia os seus trabalhos, também assim deveriam continuar a proceder (SALDANHA, 1986 : 475).*

Rubens de Aquino (1996), embora dedique sua obra “a estes trabalhadores e àqueles que hoje fazem a história oculta e os ciclos áureos do país”(1986 : 316), não demonstra ao leitor o que significava esse trabalho, pois pouco a ele se dedica. Seu estudo acaba tratando de questões relacionadas com a Companhia ou com Thomáz Larangeira.

Já Otávio Gonçalves Gomes descreve alguns aspectos do trabalho nos ervais ressaltando a dura vida dos trabalhadores, contudo comete o equívoco de estereotipar seu modo de vida apresentando vantagens e desvantagens da cultura guarani:

*Vantagens da introdução do elemento guarani : peões inigualáveis, no corte, elaboração e demais serviços nos ervais.(...)  
Desvantagem : o ervateiro nômade em geral, não se dedicava a agricultura e continuava arraigado aos usos e costumes do índio guarani.(...) o ervateiro não se interessava em servir ao exército brasileiro e quando o faziam(sic) era para receber soldo, ou para tornar-se eleitor por interesse, e vantagens monetárias(GOMES, 1986 : 427).*

## CAPÍTULO 2 – A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA:

### Monografias

São diversas as produções acadêmicas que poderiam ser utilizadas e descritas neste trabalho. Há, nos últimos anos, uma profusão de estudos históricos que acabam fazendo comentários ao trabalho ervateiro. No entanto, por não ser esse tema a preocupação central na maioria desses estudos, acabam fazendo referência a aspectos mais gerais do trabalho nos ervais sem entrar em maiores detalhes de seu desenvolvimento. Por este motivo, não iremos analisar essas obras, neste momento. Serão considerados os trabalhos que têm como foco de interesse ou que se referem, mais exaustivamente, ao objeto dessa pesquisa. Os estudos selecionados, descritos cronológica e detalhadamente, são as monografias de Gilmar Arruda (1989), Isabel Cristina Guillen (1991) e Odaléa da Conceição Bianchini(1994).

A dissertação de mestrado de Gilmar Arruda, intitulada Frutos da Terra : os trabalhadores da Companhia Matte Larangeira, portanto, será a primeira a merecer atenção<sup>21</sup>.

Arruda inicia seu trabalho tecendo uma crítica à historiografia, pois segundo ele, grande parte dos historiadores não teria conseguido chegar até os trabalhadores, “ limitando-se às discussões de gabinetes”. Outros, segundo ele, até conseguiram enxergar os trabalhadores, mas não se libertaram “(...)das ‘insígnias do poder’, por não enxergarem ou não admitirem que os trabalhadores poderiam possuir uma identidade própria.” (1989 : 7). O autor acredita que é preciso captar o mundo dos trabalhadores, entender sua cultura e perceber que estes não eram meros escravos ou homens passivos mas possuíam “identidade”.

Os marcos cronológicos que o autor delimita em seu trabalho não são muito precisos pois se iniciam com a exploração dos ervais após “a guerra contra o Paraguai (...) até a década de 30 quando a exportação [da erva-mate] entrou em declínio e o Estado Novo pretendeu organizar aquele espaço”( 1989 : 6 ).

---

<sup>21</sup> Arruda foi o primeiro historiador acadêmico a dar um tratamento mais sistemático à história dos ervais mato-grossenses. Seu primeiro trabalho sobre o tema foi nessa direção, quando em 1986, juntamente com mais quatro autores, foi vencedor de um concurso de monografias sobre o ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. Mas é especificamente em sua dissertação de mestrado (1989 ) que Arruda vai dar maior destaque ao trabalhador ervateiro. Por esse motivo, a análise empreendida recairá em seu segundo trabalho.

Embora se proponha a tratar da exploração, no final da guerra, e a se dedicar aos trabalhadores, Arruda não busca os antecedentes do trabalho ervateiro e acaba dando atenção demasiada às implicações da “Marcha para o Oeste”. Nessa análise, procura mostrar que o sertão de Mato Grosso tido como “vazio” no discurso do Novo, na verdade era, devidamente, “um espaço tomado de determinadas relações de poder”(1989 : 21). No sul do Estado, o espaço era ocupado pela Companhia Matte Larangeira que monopolizava a exploração dos ervais. Seu poder se estendera durante décadas e, segundo Arruda, retardara o acesso às terras da região. Para ele, a empresa era, portanto, um empecilho à política de Vargas que visava promover um cerco aos latifúndios. A posse das terras, os grandes latifúndios e o monopólio exercido pela Matte, empresa de capital estrangeiro, não se enquadravam na política nacionalista de Vargas, que visava à pequena propriedade (ARRUDA, 1989 : 19 –28).

Além do mais, segundo afirma, a Companhia era acusada de empregar grande parte de mão-de-obra estrangeira. A lei de nacionalização de mão-de-obra, no começo dos anos 30, exigia que 2/3 dela fosse nacional. De acordo com o autor, a Matte contratou alguns operários desempregados em São Paulo e no Rio de Janeiro para cumprimento da lei, no entanto, segundo a empresa, estes não conseguiram se adaptar. Arruda assim explica o motivo da preferência pela mão-de-obra paraguaia: “o custo mais baixo”(ARRUDA, 1989 : 23). Segundo o autor, um dos ideais do Estado Novo, através da campanha de nacionalização, era formar uma “unidade étnico-cultural” e a presença de estrangeiros na região destoava dessa ordem. Arruda afirma que a Companhia, ao se defender, procurou se utilizar de uma estratégia comum ao Novo : a propaganda. Tentou demonstrar que, outrora, fora a grande desbravadora do sertão, não poupando esforços por nacionalizar a região (1989 : 24-30). Quanto aos “reticentes” paraguaios, não tendo como substituí-los optou-se por sua disciplinarização e nacionalização, através da escola (1989 : 31-32).

Para entender como a Companhia chegou até a década de 1930 assumindo essas funções, o autor demonstra a íntima ligação entre ela e o Estado, que resultou no monopólio de exploração dos ervais. Essa ligação possibilitou permissão para que a empresa estendesse sua dominação a toda a região, se constituindo num “ Estado dentro do Estado”<sup>22</sup> (ARRUDA, 1989 : 37). O controle exercido pela Matte, para

---

<sup>22</sup> A expressão “Estado dentro do Estado ” foi utilizada, inicialmente, em 1907, por um grupo de deputados contrários à renovação do arrendamento da Companhia, para expressar o poder da empresa

Arruda, tinha uma pretensão: “(...) evitar a possibilidade dos trabalhadores se tornarem produtores independentes e, para isso, a melhor estratégia foi monopolizar legalmente os ervais”(1989 : 66).

Porém, de acordo com o autor, a partir do final do século passado, a Companhia passou a ter seu espaço ameaçado pelos imigrantes gaúchos, que reivindicavam a exploração dos ervais e a posse de terras, pois “(...) não desejavam tornar-se empregados da Matte, mas sim proprietários independentes”(1989 : 66-67).

Essa disputa desembocou na chamada “questão do mate”, que teve como resultado a cedência de parte das terras, diminuindo a área de arrendamento da Companhia (1989 : 72 –73).

Quanto ao trabalho nos ervais, Arruda faz um estudo detalhado sobre o processo de trabalho, descrevendo cada uma das etapas da elaboração da erva-mate nos ranchos ervateiros. Menciona também as condições de trabalho, as alterações no processo e o saber-fazer paraguaio.

Embora o autor tenha buscado em Marx referências para entender o sistema de organização do trabalho nos ervais (1989 : 119), comparando-o ao sistema de manufatura, parece se confundir ao denominá-lo, também, de “sistema de fábrica”. Por sistema de fábrica o autor entende “(...) a reunião de vários trabalhadores num mesmo local de trabalho, trabalhando simultaneamente e para um mesmo capitalista (...)”(ARRUDA, 1989 : 121). Em sua interpretação, esse sistema deve ser entendido “antes como uma forma de organização do trabalho do que uma questão tecnológica”(ARRUDA, 1989 : 121). Para o autor, a divisão do trabalho introduzida no processo de elaboração da erva-mate, juntamente com o monopólio que se estabeleceu nos ervais, impediram que o trabalhador pudesse ter acesso à terra tornando-se um produtor independente. Citando Marglin (s/d), assim entende as razões da introdução da divisão do trabalho no sistema capitalista:

*A divisão capitalista do trabalho(...) foi adotada não por causa da sua superioridade tecnológica, mas porque ela garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção : o de coordenador que combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercantil(MARGLIN, s/d apud ARRUDA, 1989 : 120) (grifos do autor).*

---

dentro do Estado. Esse grupo era ligado aos comerciantes que tiveram seu poder econômico reduzido devido ao predomínio dos empresários ligados ao capital financeiro. Estaremos tratando dessa questão no capítulo 2 e 3 da Parte II.

Arruda reconhece que o trabalho de elaboração da erva-mate requeria uma certa prática, uma habilidade. Embora já tivesse apontado como razão da preferência pela mão-de-obra paraguaia o “custo mais baixo”, afirma haver, entre os paraguaios, um saber : “o saber-fazer dos paraguaios, herança guarani, se mostrou indispensável, insubstituível.” (1989 : 125). No entanto, Arruda segue afirmando que, com as alterações ocorridas no processo de elaboração da erva-mate, a Companhia tentava aos poucos expropriar o saber-fazer do trabalhador (1989 : 197).

O autor especifica duas mudanças no processo : a introdução do moinho dentado, substituindo a fragmentação manual da erva e a tambora, equipamento que passa a substituir a queima de folhas feita no campo manualmente, processo denominado, muitas vezes, de sapeco. Em alguns momentos de sua obra, Arruda parece admitir que a introdução desses equipamentos poderia oferecer maior produtividade. Todavia, o autor parece negar essa tecnologia, derivando dessas alterações uma questão problemática. Essas mudanças teriam:

*(...) um significado específico, o aumento de controle sobre o processo de trabalho por parte dos capitalistas ( ...) mais uma tentativa dos ‘patrons’ de aumentar a disciplina e o controle sobre o processo de trabalho, do que uma necessidade técnica de aumento da produção (ARRUDA, 1989 : 121).*

O aumento da disciplina, de acordo com o autor, garantiria maior produção.

O controle do processo do trabalho, a seu ver, dava certo poder para o trabalhador. Isto porque,

*quem em última instância irá definir a quantidade de trabalho despendida no ‘período contratado’, será o próprio trabalhador. Esta possibilidade deve-se a uma particularidade do trabalho humano (1989 : 122).*

Arruda ainda se refere a outras tentativas de mudanças nas atividades que eram feitas, no campo, pelo mineiro. Citando dados de Saldanha (1986), o autor relata que o Instituto Nacional do Mate, criado na década de 1930, tentou substituir o facão, chamado de machete pelos trabalhadores, pela tesoura que possibilitava uma poda mais racional, visando maior recuperação da planta. Outra proposta teria por objetivo a substituição do transporte da erva, feita pelo próprio trabalhador (cujos fardos iam às costas), pelo uso de um carrinho de mão e de cargueiros. Arruda diz que os trabalhadores não aceitaram estas mudanças usando como pretexto o “peso da

tradição” (1989 : 130). Para ele, o uso do facão possibilitaria maior rapidez na poda, além do que “(...) o facão era também uma arma, que bem manejada podia ser muito eficiente.” (1989 : 130). Sugere, com isso, a utilização do facão em atos de resistência contra a opressão do capitalista, que poderia ser liquidado fisicamente.

O autor aponta, também, outros mecanismos que seriam utilizados para promover o controle do processo de trabalho nos ervais. Cita o exemplo de uma tentativa de cooptação, utilizada pelos administradores dos ranchos, que se constituía em atribuir certa ‘dignidade’ a alguns trabalhadores. Era o caso do uru, responsável pela torrefação da erva-mate, considerado o trabalhador mais especializado dos ervais, conhecido dignamente como o “rei” da ranchada. (1989 : 131) Além da estratégia de cooptação, Arruda relaciona tentativas de se retirar do uru o controle sobre seu processo de trabalho impedindo que ele tomasse

*a decisão do momento em que a erva estaria pronta para descer do barbacué, submetendo-o a autoridade do comissário ou do “patron” (ARRUDA, 1989 : 132).*

Quanto à utilização de menores no processo de trabalho, Arruda se refere apenas ao “ajudante” do uru, o “huyano”, “rapaz ao qual ele passava seu conhecimento sobre o barbaquá<sup>23</sup>” (1989 : 108).

Ao expor os sistemas de controle encontrados pela Companhia para manter os trabalhadores nos ervais, o autor parece apontar algumas mudanças, a partir dos anos 1920 e 1930.

Ao se referir ao sistema de *conchavo*<sup>24</sup>, por exemplo, afirma tratar-se “(...) de uma prática antiga, do século passado, que se manteve até a década de 30” (1989 : 151).

Os trabalhadores, segundo o autor, eram contratados no Paraguai, através do sistema de *conchavo*, que consistia em “adiantar” o pagamento, endividando-os antes de começar o trabalho. Atraía-se o paraguaio para os bailes, acertava-se sua conta, para num momento posterior obrigá-lo a ir para os ervais. Outro tipo de *conchavo* também muito comum, apontado por Arruda, consistia em uma “divulgação do antecipo<sup>25</sup>” (1989 : 152).

<sup>23</sup> Forno construído nos ranchos ervateiros utilizados na torrefação do mate.

<sup>24</sup> Sistema de contratação que consistia em “adiantar” o pagamento para o trabalhador, endividando-o antes mesmo de começar a trabalhar. O *conchavo* era feito na cidade de Concepción, no Paraguai, local em que se encontrava grande número de trabalhadores ervateiros. Esse termo, “*conchavo*”, parece ter sido empregado à época, nessa região, para designar tal método de recrutamento.

<sup>25</sup> Valor pago em dinheiro aos trabalhadores, que recebiam por adiantamento ao trabalho

Arruda diz que os paraguaios nem sempre se submetiam às contas efetuadas junto à administração, pois “uma vez que ele julgasse quitada a dívida, procurava evadir-se ou trocar de emprego (...)”(1989 : 174). Mas a “lei” nos ervais era dura. O peão que fugisse era perseguido pelos comitiveiros, guardas armados da Companhia, que o castigavam, muitas vezes até a morte (ARRUDA, 1989 : 156- 157).

As mulheres, segundo o autor, ampliariam os mecanismos de controle exercido pela empresa, pois teriam a função de “aumentar a despesa do mineiro [ trabalhador ervateiro] junto à comissaria (...)” ou “(...)aliviar o ambiente do rancho quando se tornava muito tenso” ou, ainda, seriam utilizadas como repasse de dívida já que “(...) tornavam-se mercadoria para negócio, ‘barganha’(1989 : 156)”. Segundo Arruda, quando o trabalhador estava muito endividado e tinha como pretensão abandonar o trabalho, transferia sua dívida para outro trabalhador em troca da própria mulher. Esse “negócio” era realizado, obviamente, com a conivência da administração que precisaria fazer a transferência da dívida (ARRUDA, 1989 : 156). Arruda aponta outros mecanismos de controle “mais abrangentes e sutis” (1989 : 158), que parecem surgir a partir dos anos 1920, numa tentativa de se resolver a evasão de pessoal. Refere-se a uma tentativa de “humanização do local de trabalho” , citando um caso de administração de um rancho ervateiro (1989 : 160). No entendimento do autor, essa tentativa não deveria ser isolada, já que esse tipo de administração, a que o autor se refere, era diretamente controlado pela Companhia. Ademais, essas mudanças, segundo ele, evidenciavam “uma enorme proximidade com as novas formas de controle social e reorganização no espaço urbano no mesmo período” (1989 : 162). Arruda se refere ao modelo da “fábrica higiênica” que, segundo Margareth Rago, citada pelo autor, teria como objetivo, nessa época, não só no Brasil mas mundialmente, propor novas estratégias de disciplinarização, criar um espaço “agradável” e “limpo” para o trabalhador (1989 : 162).

Outras estratégias de controle, segundo o autor, iam além daquelas que se circunscreviam ao local de trabalho. Visavam moldar o trabalhador à ordem da Companhia e do capital, controlando hábitos, costumes, impondo “(...)novas normas de conduta moral, eliminando, ou pelo menos tentando eliminar, o álcool, o jogo e as armas(...)” (ARRUDA, 1989 : 149). Não só os vícios foram considerados perniciosos. Arruda também se refere à língua, assim como à cultura dos trabalhadores paraguaios, verdadeiros entraves ao trabalho disciplinado :

*não era em última instância apenas o idioma o obstáculo, mas a cultura da qual fazia parte [ o paraguaio ] no caso marcadamente popular, a cultura das “massas”(...) (1989 : 178).*

Certos hábitos nem sempre a Matte conseguiu eliminar, como por exemplo o “(...) hábito de tomar tereré (mate frio) dos trabalhadores, tendo [a Companhia] que abrir um espaço diário para isso” ( Arruda, 1989 : 176 ). Mas, para o autor, é no modo de os trabalhadores se relacionarem com o trabalho que “se encontra a mais visível resistência à imposição da disciplina de trabalho capitalista”(1989 : 177). Arruda se refere à maneira de encarar o trabalho, entre os trabalhadores da fronteira, que tanto assustava os viajantes que por lá passavam: “essa forma de encarar o trabalho não é exclusiva dos trabalhadores dos ervais, mas também daqueles que alguns autores chamam de ‘guaranis modernos’, ‘descendentes dos guaranis’ ”(1989 : 177). Os trabalhadores paraguaios tinham, para o autor, uma “diferente” concepção e utilização de tempo de trabalho: “o critério de separação entre dias úteis e não úteis, quando se deve trabalhar ou folgar, parecia não fazer sentido para os trabalhadores paraguaios”(1989 : 182). Assim as festas, bailes, dias santos seriam formas de reelaborarem a imposição do tempo útil (1989 : 182).

Embora Arruda reconheça o poder da Companhia e demonstre o controle que essa empresa exerceu na fronteira, permanece a idéia, em seu texto, de que as resistências por parte da população conseguiram limitar sua ação. Houve, segundo ele, uma resistência muito grande que se opôs à ordem da Matte. Em sua opinião, os trabalhadores paraguaios conseguiram resistir à Matte mantendo o controle sobre o processo de trabalho, apesar de haver por parte da empresa “diversos mecanismos de controle e expropriação do saber-fazer”(1989 : 196). Essa resistência se deu não só por parte dos trabalhadores como da população da fronteira, em especial dos gaúchos que conseguiram, ao menos, limitar a área do arrendamento (ARRUDA, 1989 : 195).

A nosso ver, Arruda parece desconsiderar os limites dessa resistência. Até que ponto pode-se afirmar que as resistências puderam conter as intenções e a ação da empresa nos ervais? Teria a Matte diminuído seus lucros diante da resistência ao seu domínio? Além disso, a limitação do arrendamento, que não foi tão extensa, não significou prejuízo para a empresa. Como teremos oportunidade de demonstrar, esta possuía, ainda, toda a infra-estrutura para o escoamento da produção e se aproveitava dessa situação que lhe dava total controle sobre a produção ervateira.

Ao discutir a resistência do trabalhador à disciplina nos ervais, Arruda parece dar demasiada autonomia à cultura paraguaia, desvinculando-a do processo de transformação a que poderia estar submetida. Para o autor, às tentativas de disciplinarização do trabalhador paraguaio, que visavam modificar a sua cultura, respondeu o trabalhador mantendo sua língua, seus costumes e, principalmente, lutando para manter seu saber-fazer, apesar de todo o esforço da Companhia para expropriá-lo. Segundo Arruda, os trabalhadores paraguaios afrontavam, a todo instante, o tempo do capital com suas diversões, bailes, rodas de tereré, já que preferiam o tempo de lazer ao de trabalho (1989 : 193- 199).

A segunda monografia a ser descrita é a dissertação de mestrado de Izabel Cristina Martins Guillen, denominada O imaginário do sertão : lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Larangeira ( Mato Grosso: 1890 – 1945 ).

Assim como Arruda, Guillen trata da formação da Companhia Matte Larangeira, dos favorecimentos políticos, de seu poder, de suas cidades e de sua derrocada, quando perde a concessão de exploração dos ervais, devido à política da “Marcha para o Oeste”. Dedicase, também, a fazer uma análise sobre a luta pela terra no sul de Mato Grosso com a chegada dos gaúchos.

No entanto, a preocupação de Guillen centra-se no resgate das resistências opostas ao poder da Companhia Matte Larangeira pelos “insubmissos da fronteira” (1989 : 84), se referindo à população paraguaia nos ervais.

Para fazer esse resgate, Guillen defende que é preciso ir além do discurso que “desqualifica” os trabalhadores e “procurá-los no erval, envoltos no processo de elaboração da erva-mate” (1991 : 84). Guillen critica autores que escreveram sobre os ervais, os quais “em sua grande maioria, fizeram discursos que engrandeceram a Companhia Matte Larangeira”. A literatura, afirma, descreve os ervais como um “lugar exótico”, onde reina a violência; local onde somente se encontram trabalhadores bebendo, jogando, se divertindo (1991 : 84).

Guillen se propõe, então, a analisar “o mundo do erval” (1991 : 87) englobando: o sistema de recrutamento da mão-de-obra, o processo de trabalho, a região da fronteira e as resistências a esse processo.

As relações de trabalho nos ervais, diz a autora, “eram infernais”(1991:14). Mas também essas relações de trabalho vigoravam em todo o Estado de Mato Grosso, nas usinas, nos seringais, etc. (1991 : 14). Afirma que só foi possível obter

um mercado de trabalho nos ervais, devido ao controle rigoroso que se efetuou na propriedade sobre as terras (1991 : 88).

Quanto ao sistema de recrutamento de mão-de-obra, o “conchavo”, a autora desconfia dos relatos que apresentam um trabalhador ingênuo, como se este desconhecesse as condições de trabalho nos ervais (1991 : 88), pois estas “(...)eram as mesmas desde o início do século XIX (...)” (1991: 89).

Esse tipo de recrutamento e o atrelamento do trabalhador à dívida, segundo ela, foi adotado devido à necessidade de manter o trabalhador nos ervais, que primava pela inconstância e não devido a uma “pretensa” escassez de mão-de-obra (1991 : 89). Contudo, ficamos sem entender quais foram os verdadeiros motivos que fizeram com que a Companhia adotasse o sistema de dívidas. Ora, a própria autora aponta que o controle sobre as terras era rigoroso, concluindo que esse trabalhador não poderia se manter sem esse trabalho. Se ele fugia era porque haveria outras maneiras de garantir a sobrevivência, daí a necessidade de exigir-se a adoção desse sistema.

Todavia, a autora aponta um dado que pode ser importante. Afirma que “(...)a medida em que o acesso à terra se tornava mais difícil ficava mais fácil recrutar trabalhadores para os ervais”(GUILLEN, 1991 : 92), alterando-se, assim, algumas formas na contratação de ervateiros que passavam a procurar, por conta própria, as agências de conchavo e a aceitar a antecipação do salário. Guillen parece agora afirmar que o controle sobre as terras não era, ainda, efetivo.

Para a autora, a inconstância no trabalho se devia à particularidade da cultura paraguaia :

*este é um ponto crucial, pois estamos diante de uma cultura que não se identifica no e pelo trabalho. O trabalhador paraguaio da fronteira ervateira nega sistematicamente que o homem se realiza no e através do trabalho(GUILLEN, 1991 : 89).*

As afirmações de Guillen são discutíveis pois permanece a idéia de que a cultura possa ser compreendida de forma desvinculada do trabalho. Além do mais, questionamos se a negação ao trabalho pode ser apenas atribuído a uma cultura. A nosso ver, por autonomizar a cultura, a autora não consegue explicar porque esse trabalhador permanecia preso ao sistema de dívidas.

Guillen afirma que o sistema de manutenção de mão-de-obra, através da antecipação do salário, define o terreno no qual se travava a luta de classes : “a

monetarização das relações sociais”(1991 : 94). O trabalhador, para a autora, “(...) não reconhecia nem no trabalho, nem no dinheiro (salário) valores que norteassem as relações sociais ou pessoais”(1991 : 94). Para ela, tratava-se de uma luta entre o trabalho e o capital, cujo desenlace seria a “derrota” deste último :

*apesar do capitalismo tentar planejar todas as variáveis e incorporar a classe operária simplesmente como força de trabalho, esta escapa ao planejamento capitalista, na medida em que se afirma enquanto classe através das lutas, que rompem a auto-reprodução do capital(1991 : 94).*

Os mecanismos de controle e preservação da mão-de-obra são os mesmos já descritos por Arruda como os castigos, as dívidas, a vigilância etc. Registra também a preocupação de algumas administrações em “humanizar as relações de trabalho” (1991 : 97).

Somente depois de analisar os mecanismos de controle é que a autora passa a descrever o processo de trabalho nos ervais. Concorde, também, que havia um saber-fazer, embora às vezes interprete-o erroneamente afirmando não se tratar de uma “técnica” ou de um “trabalho especializado” (1991 : 100-101). Assim como Arruda, também acha que o rancho ervateiro funcionaria como um “sistema fabril” (1991 : 100).

Embora perceba as vantagens da introdução da tambora, ao se referir às mudanças no processo de elaboração da erva-mate, também reafirma o caráter negativo destas para os trabalhadores :

*( ...)através da introdução da tambôra e do moinho, a Companhia procurava se apropriar do conhecimento do processo produtivo, expropriando o trabalhador de seu saber fazer, ao mesmo tempo em que o especializava em determinadas funções (1991 : 109).*

Porém, cautelosamente, põe em dúvida o controle sobre tempo de trabalho pelos trabalhadores :

*ficaria a critério do trabalhador o tempo necessário para se produzir o mínimo diário ? A presença de capatazes que acompanhavam todo o processo produtivo é um indicativo de que não(1991 : 93).*

No entanto, admite que “(...) apesar de trabalhar sem descanso semanal, o trabalhador ervateiro cumpria cotidianamente um ritual que envolvia o controle sobre o tempo : as rodas de tereré”(1991 : 93).

As resistências ao processo de trabalho apontadas pela autora foram várias. A fuga figura como uma delas : “o trabalhador foge porque não concorda com o regime de trabalho, ou porque acha que já trabalhou o suficiente para pagar a dívida (...)” (1991 : 97). Outra forma diz respeito à falsificação da erva-mate ao se misturar outras ervas ao raído.

A manutenção da tradição foi uma maneira que os trabalhadores encontraram para resistir às mudanças no processo de trabalho. Para conter a resistência e a indisciplina, a Matte impôs sua lei nos ervais: a proibição do álcool, jogos e porte de arma. No entanto, esse código era constantemente desrespeitado (1991 : 114).

Seu estudo termina com a análise das estratégias disciplinares que se estendiam além dos domínios da Companhia, ou seja, na fronteira. Segundo a autora,

*no contexto da Marcha para o Oeste os trabalhadores paraguaios foram apresentados como inimigos da Nação por serem estrangeiros, não adotarem os costumes dos brasileiros e por falarem o guarani (1991 : 122).*

Guillen, se contrapõe novamente à visão da literatura que tenta fazer uma ligação da cultura com o crime na fronteira, como se as manifestações culturais como as festas, os bailes fossem o motivo da desordem, das brigas ou dos assassinatos (1991 : 144 - 145). A autora tem outra versão para a necessidade das festas : “(...)eram os momentos essenciais da negação do trabalho (...)” (1991 : 137). A festa poderia ser vista, também, “(...) como o momento de transgressão da disciplina imperante nos ervais, principalmente a lei seca (...)” (1991 : 137). Acrescenta ainda outro sentido: “uma determinada fruição de vida” (1991 : 140).

A respeito da legislação sobre a nacionalização da mão-de-obra, a autora, ao contrário de Arruda, afirma que “a lei dos 2/3 não exigia uma maioria de trabalhadores nacionais empregados na lavoura, pecuária ou indústria extrativa” (1991: 153). A exigência da nacionalização, segundo ela, era cobrada mais para os trabalhadores empregados na área administrativa, portuária, de transportes, em hospitais. Reforça ainda que, em 1940, a legislação foi “(...)abrandada permitindo-se a entrada de latino-americanos originários dos países limítrofes ao Brasil(...)” (1991

: 153). Concordando com Lenharo, afirma que a razão dessa mudança na lei ocorreria devido ao “custo mais baixo da mão-de-obra” . Todavia, a autora não especifica de que mão-de-obra se fala (1991 : 153).

De acordo com Guillen, o objetivo da Campanha de Nacionalização da Fronteira seria “desterritorializar a cultura paraguaio-guaraníca, sem que, no entanto, houvesse uma expulsão física dos trabalhadores paraguaios”(1991 : 155). A escola, nesse momento, é defendida como instituição ideal capaz de disciplinar o povo da fronteira (1991 :155).

Mesmo não exigindo, como aponta a autora, maioria de trabalhadores brasileiros nas atividades extrativas, segundo ela, a Campanha de Nacionalização da Fronteira começou a surtir efeitos apenas em 1945. A partir dessa época, os proprietários dos ervais começavam a reclamar da falta de mão-de-obra. Os paraguaios “diante das exigências da lei de estrangeiros, preferiram voltar para seu país de origem, mesmo porque o governo paraguaio tinha criado incentivos para trazê-los de volta”(1991 : 155).

Quanto à violência na fronteira, a autora reconhece existir mas esta “não foi distinção nem privilégio de apenas uma classe; (...) os crimes não foram só cometidos por paraguaios (...) seria um sério deslize aceitar a imputação de criminosa a uma única cultura”(1991 : 157).

O banditismo pode ser entendido, também, como forma de recusa ao trabalho “pois agregava fugitivos trabalhadores”, além dos grupos criminosos que “viviam do roubo de gado ou da extorsão de pequenos comerciantes” (1991 : 148).

Para Guillen, portanto, todas essas manifestações, podem ser “(...) pensadas como ações pertinentes à resistência oposta às autoridades e, ao mesmo tempo, como componentes da identidade cultural da classe trabalhadora da fronteira”(1989 : 155 – 156). A autora defende ser preciso reconhecer que

*as classes trabalhadoras não são apenas objetos passivos dos processos históricos, nem apenas agem determinadas exclusivamente por condições históricas que passam por fora de sua ação. Os trabalhadores foram participantes ativos e expressaram suas lutas, seus desejos e anseios(1991 : 156).*

A última monografia descrita, na seqüência, trata-se da tese de doutoramento de Odaléa Bianchini, intitulada A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880 –1940).

Bianchini faz um estudo sobre a ocupação de terras no cone sul de Mato Grosso que, segundo ela, teve uma forma distinta de ocupação em relação ao norte : “lá foi o ouro amarelo, no cone sul foi o ouro verde”. Procura a autora descobrir qual foi o impacto que teve, na região, a exploração dos ervais e a importância da Companhia Matte Larangeira nesse processo.

O trabalho da autora é muito rico em dados e fontes, onde são analisadas, pela primeira vez, as atas da diretoria da Companhia Matte no Brasil. Ressalta a autora que procura fugir dos “maniqueísmos” e enxergar também a Companhia por dentro (1994 : 23). As transformações apontadas na região da fronteira são outra contribuição de Bianchini, nos possibilitando o acesso a dados sobre o crescimento populacional e econômico.

Num primeiro momento, a autora faz um estudo sobre os recursos naturais da região, sobre a ocupação do solo anterior à exploração ervateira e população nativa (indígena). Bianchini, nessa análise, procura saber, de uma forma geral, como se encontrava o estado, a fim de verificar se houve ou não mudanças após a exploração. Num segundo momento, aborda o desenvolvimento da exploração da erva-mate em Mato Grosso, a constituição da empresa, as crises a partir da década de 1930 e o trabalho nos ervais para, depois, finalizar confrontando dados que apontam se houve ou não crescimento na região.

Adentrando à política de terras na região fronteira vai analisar as concessões desde a década de 1880, que privilegiaram Tomás Larangeira e a Companhia Matte Larangeira, formada pelos irmãos Murinho. As concessões continuam e passam posteriormente à empresa argentina, constatando assim, “(...)a penetração do capital estrangeiro na indústria ervateira mato-grossense(...)”(1994 : 88). Para a autora, esse fato teria influenciado a falta de interesse em investimentos no desenvolvimento da indústria de beneficiamento em Mato Grosso, já que o mate produzido no Estado era o cancheado<sup>26</sup>. Bianchini parece afirmar que por ser o capital “estrangeiro”, isto é, de origem argentina, não haveria interesses em desenvolver a indústria em Mato Grosso. Consideramos, porém, que os interesses dessa indústria iam além dos

---

<sup>26</sup> O processo de fabricação do mate se divide em duas etapas : cancheamento e beneficiamento. O cancheamento é feito no campo, obedecendo a vários processos como a poda, a secagem e moagem inicial. O processo de beneficiamento consiste na classificação da erva, na mistura, novo processo de moagem e, finalmente, a embalagem do produto para ser destinado ao mercado. No caso da Companhia, o cancheamento era realizado em Mato Grosso, nos próprios locais onde se encontravam os ervais nativos. O processo de beneficiamento era feito na Argentina, assim como sua distribuição.

apontados pela autora. Essa afirmação, a nosso ver, se torna questionável se não se compreende que o capital investido na indústria do mate não tinha origem específica.

Discorda a autora da historiografia que afirma ter a Matte exorbitado de suas atribuições : “(...) deve-se lembrar que o próprio Estado lhe facultou meios legais para agir (...)” (1994 : 105). O Estado, em sua opinião, acabou sempre beneficiando a Empresa e deixou a população abandonada (1994 : 108).

Tem razão a autora ao considerar a expressão “Estado dentro do Estado” citada por diversos autores, inclusive por Gilmar Arruda, “conceitualmente descabível” (1994 : 118). O Estado, segundo ela, deve estar “assentado sobre o tripé: poder político, território e povo” (1994 : 118). Esse entendimento, faz com que a autora não concorde que a Matte tivesse beneficiado o Estado ou pudesse controlar o povo, embora reconheça que a mesma tenha possuído o poder político e território (1994 : 118). Todavia, apesar de perceber os benefícios concedidos pelo Estado à Matte, a autora não explicita qual era a origem desse Estado que beneficiava a Matte e não o povo.

A partir da década de 1930, a autora verifica, através das atas da diretoria da empresa, a preocupação com a possibilidade de a Argentina tornar-se auto-suficiente na exploração da erva-mate (1994 : 143). Mas não era apenas com a exportação que se levantavam problemas. Segundo Bianchini, viria a empresa a enfrentar a oposição do governo de Vargas que a encampou em 1944, “(...) substituindo-a pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata” (1994 : 160). Medidas para conter despesas foram sendo tomadas através de vários cortes, inclusive a redução dos salários dos empregados e peões de Mato Grosso e Paraná, a partir de 1933. Cogitava-se até a desistência do restante do prazo de arrendamento de 1928 (Bianchini, 1994 : 145). A leitura das atas vai demonstrando à autora que a Companhia procurava reagir e enfrentar a situação de crise com propaganda a seu favor. Em 1937, diante da exigência da Constituição Brasileira em nacionalizar o capital, a Matte vendia 80.000 ações (1994 : 156). Bianchini analisa uma série de decretos, a partir da década de 1930, que expõe a política de nacionalização de Vargas. São as leis que restringiam a utilização de mão-de-obra estrangeira. Havia realmente uma séria preocupação da empresa com a substituição de sua mão-de-obra, na medida em que era exigido, legalmente, que 2/3 dela fosse nacional. A correspondência de um dos diretores da empresa, no ano 1941, levantada pela autora, é reveladora sob esse aspecto. Na carta, esse diretor propõe uma nacionalização gradual da mão-de-obra, a partir de

uma “nova geração”. Porém reforça que essa “nova geração” deveria ser proveniente da própria região, já que os seus integrantes poderiam ser os únicos a adaptar-se a esse trabalho (1994 : 170). Confirma, portanto, a necessidade de se passar de geração a geração as técnicas empregadas no trabalho ervateiro, a necessidade do saber-fazer. A autora afirma que a dependência da Matte em relação aos trabalhadores paraguaios se explicava, sobretudo, pela especialidade de sua mão-de-obra. Refuta a versão de Virgílio Corrêa Filho que justifica a preferência pelo trabalhador paraguaio devido ao custo que sua mão-de-obra representava (1994 : 169). Segundo Bianchini, pode-se explicar essa questão através de fontes orais levantadas com antigos trabalhadores, verificando :

*em primeiro lugar a familiaridade com tal tipo de trabalho. Em segundo lugar, por estar mais próxima dos ervais (...), em terceiro lugar, era muito mais difícil dado as enormes distâncias e a população rarefeita de Mato Grosso, contratar a mão-de-obra nacional para os ervais. Em quarto lugar, e segundo essas fontes orais, muitas vezes eram presidiários paraguaios soltos sob a condição de prestarem serviços nos ervais. Naturalmente, isto já envolvia um aspecto político, uma vez que deveria haver entendimentos por parte da Matte com as autoridades paraguaias (1994 : 169).*

Para a autora, a política de imigração e colonização “atingia em cheio a Matte”(1994 : 168) mas verifica que essa política só veio se efetivar no final da ditadura Vargas, já que resultou no fim do arrendamento.

Quanto ao regime de trabalho empregado nos ervais, a “servidão” por dívidas, Bianchini começa discutindo as causas que poderiam justificar sua utilização. A autora tenta compreender esse regime através de uma afirmação de Ester Boserup, concluindo, ao contrário do que afirmam Guillen e Arruda, que as terras na região eram livres :

*onde a população é esparsa e a terra fértil é abundante e livre, uma hierarquia social só pode ser mantida através do controle direto pessoal, sobre os membros das classes mais baixas. Nessas comunidades as populações subjugadas(...) são mantidas em estado de servidão(Boserup, apud Bianchini, 1994: 30).*

Em relação ao número de trabalhadores empregados nos ervais, Bianchini acha difícil precisar, pois a historiografia traz “números sem nenhuma comprovação”(1994 : 164).

Referindo-se ao sistema de recrutamento de mão-de-obra, comprova, através de cartas enviadas por “conchavadores”, ser este sistema utilizado também pela Matte, que “ainda persistia num velho e ultrapassado sistema de recrutamento de mão-de-obra, que por certo lhe era vantajoso” (1994 : 167). Porém, numa das cartas citadas, a autora talvez não tivesse percebido indícios que apontam estar havendo, na década de 1920, algumas mudanças no sistema de conchavo. Citamos um trecho da carta datada de 23/09/1925, para maior esclarecimento :

*pelos arredores daquela jurisdição haviam muitas pessoas que se podiam conchavar, sem o perigo de causar prejuízos, já que tudo depende da forma e procedimento que deve empregar-se com eles, renunciando naturalmente às práticas inescrupulosas empregadas anteriormente (1994 : 165).*

Esse cidadão se dirigia a Heitor Mendes Gonçalves, gerente da Companhia em Mato Grosso, solicitando que o indicasse ao cargo de Agente em Concepción. O Agente era responsável, nessa época, pelos conchavos no Paraguai. As “práticas inescrupulosas” às quais se refere o autor da carta, deveriam ser as utilizadas para conter as fugas após o adiantamento. Significa que para contar-se com a ajuda das autoridades locais no deslocamento dos trabalhadores, era preciso suborná-las. Se a forma de se tratar com os paraguaios estava se modificando, sem a necessidade de utilizar meios coercitivos para dirigi-los aos ervais, o conchavo tornava-se mais fácil e menos dispendioso. É preciso verificar, no entanto, quais foram as razões dessa mudança.

Ao descrever o processo de trabalho e as “categorias sociais”, ressalta o trabalho do uru, trabalhador responsável pela torrefação da erva. Esse processo era considerado o mais importante da ranchada, pois dele dependia o gosto da erva; por este motivo, era o uru considerado o “rei” da ranchada, gozando de grande prestígio entre os trabalhadores e a administração. Bianchini, porém, não concorda com o termo “rei” para designar o uru. Seria impossível ser rei trabalhando 48 horas ininterruptas, aspirando fumaça e calor e tendo vida curta: “a meu ver, ao invés de rei, o uru mais se assemelha a um escravo (...). E interroga : “(...) só porque bebe na companhia do administrador será rei ?”(1994 : 179). Nesse termos, definitivamente, não se pode negar que o uru era mais um escravo do que rei. Mas, parece-nos que o sentido de sua realeza não se devia a um maior “privilégio” que os outros

trabalhadores. O uru era o trabalhador mais especializado no processo de elaboração da erva-mate.

Quanto às alterações e técnicas empregadas na produção, afirma que foram pequenas, citando a introdução do moinho dentado. Não faz nenhuma referência à introdução da tambora (1994 : 185).

Em relação aos costumes e influências dos trabalhadores paraguaios, como os feriados e as festas, a autora acha que “suavizavam a prisão na qual viviam” (1994 : 196). Descreve alguns deles, apontando os motivos das manifestações culturais paraguaias :

*aparentemente era como se o paraguaio, subjugado pelo trabalho ervateiro, quisesse se sobrepor, com seus costumes aos costumes encontrados no sul de Mato Grosso (1994 : 193).*

No que diz respeito às transformações ocorridas, comparando dados entre os anos de 1900, 1920 e 1940, Bianchini constata um progresso material em toda região, que resultou num aumento populacional, criação de novos municípios, diminuição progressiva do número de analfabetos, aumento do número de edificações, etc.

No entanto, a concentração de terras, já comum no início do século, permaneceu nas décadas seguintes. Constatou, também, ser baixa a utilização de tecnologia na região até a época pesquisada. O desmatamento ocorrido “limpou o sertão”(1994 : 238), contribuindo para que a pecuária se desenvolvesse, atividade que utiliza pouca tecnologia.

Conclusivamente, Bianchini verifica que houve, na região do cone sul de Mato Grosso, transformações significativas, após a exploração da erva-mate, “e a Matte muito tivera a ver com isso” (1994 : 238). Verificou também que, após 1930, com a campanha de nacionalização da fronteira, “(...) o tratamento dispensado à Companhia passava por alterações (...)”. A política de imigração, colonização e fiscalização teriam impedido ou dificultado “a entrada de mão-de-obra estrangeira”(1994 : 234).

O mesmo não ocorreu com os métodos empregados no preparo da erva-mate que,“(...)seguia sua trajetória secular, com pequenas alterações aqui e ali. Mantiveram-se assim, as continuidades e a longa duração (...)”(1994 : 236).

Quanto ao trabalhador paraguaio, que trabalhou duramente nos ervais, desbravando sertões, influenciando com a sua cultura o sul de Mato Grosso, a autora entende que não foi devidamente reconhecido. Existe, desde então, uma “dívida histórica” para com o paraguaio da fronteira (1994 : 236).

### **Controvérsias**

Como foi dito no início da primeira parte deste estudo, o objetivo final com a descrição dessas obras, era o de levantar as questões mais divergentes e que, a nosso ver, devem merecer uma discussão mais aprofundada, à luz do referencial definido, colocando-as em novo patamar de análise.

A primeira questão, que estabelece uma maior consonância entre os autores, é de que havia um “saber-fazer”, uma técnica, que viabilizava a produção da ervamate. No entanto, como foi demonstrado, há algumas incoerências no exame dessa questão que precisam ser melhor verificadas. Uma delas é a que afirma que a mão-de-obra paraguaia foi utilizada devido a seu baixo custo. Outras, se referem mais precisamente às modificações no processo de trabalho nos ervais, todas, de uma forma ou de outra, ligadas ao controle do processo de trabalho.

Há, também, a necessidade de se examinar algumas mudanças nas relações de trabalho, apontadas pela historiografia, ocorridas nas décadas de 1920 e de 1930. Corrêa Filho parece admitir que o regime de trabalho nos ervais teria sido modificado no período mais recente da exploração. Arruda e Guillen apontam algumas modificações no sistema de contratação e levantam possibilidades de ter havido mudanças nas relações de trabalho em alguns ranchos ervateiros. É preciso discutir, também, porque haveria necessidade de se manter essa mão-de-obra através do sistema de dívidas e até que momento esse sistema se manteve. Guillen parece ainda duvidar do controle efetivo sobre as terras na região e afirma que a adoção do sistema de endividamento se deveu a uma dificuldade em manter o trabalhador nos ervais devido a uma “particularidade” de sua cultura ( paraguaia). Assim, contesta o fato de haver registros que apontam uma escassez de mão-de-obra. Já Bianchini aponta a necessidade de se adotar o regime de dívidas devido a fatores como : população esparsa, terra fértil, abundante e livre. Como foi visto, ainda, existem algumas alterações econômicas e políticas referidas pelos autores, que teriam

interferido na região da fronteira e no trabalho dos ervais, havendo, outrossim, necessidade de reexaminá-las

Por fim, outra questão que necessita um exame mais aprofundado é a da diversidade cultural. Dos autores que descrevem o trabalho nos ervais, todos a destacam, mas de diferentes maneiras. Notamos que essa questão sempre aparece quando há uma referência à cultura paraguaia. Apontam-na como “diferente”. Atribuem aos paraguaios determinadas atitudes, comportamentos ou formas de resistências da sua cultura. A maneira como ela é discutida é sempre problemática, principalmente se percebermos que carece de maiores determinações. Há referências que relacionam a questão da diversidade com o trabalho e com a disputa pela posse de terras. Esse fato leva-nos a fazer uma investigação sobre a relação que existe, neste caso, entre diversidade cultural e trabalho.

Assim, acreditamos já poder relacionar esquematicamente, as questões que deverão ser abordadas na segunda parte desse trabalho :

- 1) o saber-fazer;
- 2) as alterações no processo de trabalho;
- 3) a adoção do sistema de dívidas e as possíveis modificações ocorridas nas relações do trabalho;
- 4) a relação entre diversidade cultural e trabalho.

## **PARTE II - A EDUCAÇÃO NOS ERVAIS DE MATO GROSSO**

## CAPÍTULO 1 – O SABER-FAZER DO TRABALHADOR PARAGUAIO NOS ERVAIS DE MATO GROSSO

### O trabalho como princípio educativo

Em todos os tipos de sociedade o homem aprende, interagindo com a natureza que quer dominar. É através das relações que ele estabelece com os outros homens, tendo como mediação o trabalho, que o homem educa, aprende, se adapta, reage, se universaliza e se transforma:

*(...) a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – até à relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana” (Gramsci, 1995, p.48).*

O trabalho, nesse sentido, assume significado importante na vida do homem. Com o poder criativo e transformador de sua ação sobre a natureza, este a modifica e, ao mesmo tempo, modifica o seu ser<sup>27</sup>. Atuando como ser individual/genérico, o homem também reflete sobre a sua ação. Sua consciência sofre, pois, determinações da realidade coletiva, universal, humana:

*O homem – por mais que seja um indivíduo **particular**, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social **individual** efetivo – é, na mesma medida, a **totalidade**, a totalidade ideal, o modo subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana. Pensar e ser são pois, na verdade, **diferentes**, mas ao mesmo tempo, formam em conjunto uma **unidade**(grifos do autor)(Marx, 1978,p.176).*

O homem, então, com o seu trabalho, num ato consciente e voluntário transforma o meio em que vive. E por ser histórica a atividade humana, ela vai assumindo, socialmente, conteúdos diferentes, isto é, o homem ao ampliar a

---

<sup>27</sup> “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a [ O homem], ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1982 : 202).

dominação sobre o seu meio, ao modificá-lo vai impondo e acrescentando novas necessidades:

*(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material (...) satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (Marx, 1993: 39-40).*

Como afirma Marx, o homem começa a construir sua história através de uma atividade bem elementar sem a qual não poderia sobreviver, ou seja, criando meios para garantir sua própria vida. Mas, como ser histórico, o homem não se restringe apenas a produzir, de maneira elementar, sua vida material. Ao se relacionar com outros homens também vai criando necessidades mais complexas. Vai descobrindo novas formas de sobreviver, de se educar, de se comunicar, de estabelecer trocas culturais; vai ampliando o domínio sobre a natureza, enfim. Essa relação se torna educativa no momento em que os homens legam o conhecimento aos seus descendentes, processo inerente às formas sociais estabelecidas.

Sendo assim, pode-se concluir que o processo educativo é histórico, pois a educação é produto das relações humanas. A discussão que realizamos sobre a educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso procura assentar-se nesse princípio.

Nesse sentido, procuramos neste capítulo compreender que necessidades históricas foram forjadas pelos homens na região referida, utilizando, inicialmente, alguns dados e observações de autoridades e estudiosos sobre a educação na fronteira. Cabe esclarecer que tomamos como ponto de partida as dificuldades diagnosticadas para o pleno desenvolvimento do ensino na fronteira, levando em consideração que o discurso sobre a problemática educacional aparece com mais frequência nos documentos quando se trata da educação formal. Pretende-se, com isso, num segundo momento, demonstrar onde se dava a educação do trabalhador dos ervais.

**Eram as escolas responsáveis pela educação do trabalhador ervateiro?**

Embora estivesse preocupado com a nacionalização da fronteira e se referisse a um momento histórico peculiar aos anos pós 1930, Mello e Silva traz uma discussão interessante sobre os problemas educacionais da fronteira. Este autor levanta alguns aspectos relevantes que indicam que tipo de necessidades se colocavam naquela região, no que se refere à educação do trabalhador:

*(...) hoje é lugar comum afirmar-se que as escolas modernas vivem em função do meio, ou que o ensino deve ser ministrado de conformidade com as tendências regionais, ou seja, ainda, de acôrdo com o interêsse que possa o aluno demonstrar, isoladamente, pelas cousas da sua terra.*

*E é precisamente aí que reside a dificuldade para a política do ensino na fronteira paraguaia.*

*É que nenhuma conveniência existe para nossa civilização em que o filho daquela fronteira se eduque em função das suas tendências viciosas.*

*Meio mal formado, desajustado, onde imperam hábitos destoantes do padrão de moral adotado em média nos demais recantos nacionais, seria um grande absurdo o permitir-se que tais costumes tivessem influência na vida das escolas que lá se forem instalando.*

*(..)*

*Sabemos, ainda que uma das preocupações mais sadias e fundamentais do sistema educativo moderno é estabelecer um vínculo, uma íntima relação entre o educando e o trabalho, de preferência aquêlê gênero de atividade mais preferido na região onde se instalem as escolas.*

*É esta portanto, a grande dificuldade que se apresenta para harmonizar o ensino na fronteira, onde a idéia do trabalho é quase sistematicamente repelida(...)(1989 : 133-134).*

Como se observa, o autor defende um ensino que esteja voltado para a educação moral do trabalhador, um ensino tendente a despertar no “filho da fronteira” o amor pelo trabalho. Sob o ponto de vista de Melo e Silva, as atividades do pastoreiro e dos ervais, de que se ocupava grande parte dos trabalhadores na fronteira, consideradas “viciosas” pelo autor, não poderiam operar mudanças na mentalidade do trabalhador. Na verdade, a grande dificuldade revelada pelo autor em instalar o ensino na fronteira se atribui ao fato de que a escola não era necessária em uma região em que grande parte dos trabalhadores estava preocupada em assegurar a sua subsistência nas atividades do campo. Ou seja, para além do discurso do autor, o que fica demonstrado é que o homem se educava em seu trabalho, mesmo que, para Silva, idealmente, essa atividade não fosse a mais adequada para desenvolver o homem da fronteira.

Essa preocupação em relação às escolas foi muito debatida entre as autoridades responsáveis pela administração de Mato Grosso. É o que pode ser

claramente observado nas avaliações dos relatórios oficiais sobre as dificuldades para implementar as leis que determinavam a obrigatoriedade do ensino: impunha-se a obrigatoriedade, mas as autoridades não achavam meios para cumpri-la, sobretudo no interior.

É o que observava, por exemplo, o presidente de província General Barão de Batovy, em 1884, em visita às escolas de Cuiabá. Ao elogiar a frequência dos alunos nas escolas desta localidade, resultado, a seu ver, da abnegação e do esforço dos pais que “compreendem a suprema necessidade de instrução primária, sem a qual o homem pouco differe dos irracionais”(MATO GROSSO, 1884 : 87), o Barão observava que a situação não era das melhores no interior “cujas escolas são, pela maior parte, pouco freqüentadas, principalmente as das simples povoações.” A explicação para essa ocorrência, segundo ele, era de fácil entendimento:

*Homens que vivem de pequena lavoura, trabalhando com seus próprios braços, porque em geral não os podem ter pagos, aproveitam aquelles habitantes o serviço dos filhos, desde que estes attingem a idade escolar, fazendo-lhes partilhar os rudes labores a que vivem entregues, pouco se lhes dando de commeter a gravissima falta de os deixarem crescer na ignorancia a mais completa (MATO GROSSO, 1884 : 88).*

Na mesma linha de pensamento do Barão, o vice-presidente de província Dr. José Joaquim R. Ferreira, discutindo sobre a lei do ensino primário obrigatório também observava essa ocorrência e perguntava-se em 1887 :

*E será exequível entre nós semelhante disposição? Os filhos do proletário, como sabeis, começam bem cedo a auxiliar seus pais em suas fainas diarias, e quando mesmo estes possam dispensar o seu auxilio, poderão fazer a necessaria despeza com vestuario, calçado, livros, papel, etc? E por ventura poderá a Provincia supprir gratuitamente de calçado, livros, etc, os meninos que estiverem nas condições de receber a instrução primária, e não puderem fazel-o pela extrema pobreza de seus pais? Não; a disposição do artigo 27 será por muito tempo letra morta entre nós. (MATO GROSSO, 1887: 45 –46).*

As observações que fazem os presidentes de província merecem um profundo questionamento acerca da realidade de Mato Grosso e de sua população. Que necessidades e possibilidades tinha ainda uma população exclusivamente rural de educar-se através da escola? De que modo Mato Grosso, com a economia ancorada em produtos primários e atrelada ao mercado externo, poderia disseminar e financiar

a instrução para toda a população? A partir desses questionamentos poderíamos começar a buscar uma melhor compreensão a respeito do papel que exercia a educação na região da fronteira.

Para iniciarmos, traçamos um quadro geral da situação das escolas da fronteira e do acesso da população à escolarização.

As escolas criadas na fronteira tinham duração efêmera, eram distantes dos campos, dificultando a frequência regular e eram logo fechadas. Muitas não chegavam sequer a funcionar. Nota-se, pelo discurso dos presidentes, que a falta de recursos para manter as escolas, provendo-as de um mínimo de estrutura que pudesse atender as crianças pobres, aliada à necessidade dos pais em manter seus filhos no trabalho, eram as principais causas que contribuía para que o ensino não progredisse, no interior da província.

Na região da fronteira, as reivindicações para instalação de escolas no começo do século e nos anos seguintes, partiam de alguns fazendeiros, de pequenos proprietários de terras ou das nascentes camadas médias urbanas como comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, etc., que começavam a se instalar nas cidades e que não possuíam recursos para enviar seus filhos a internatos fora da região. Isso foi ficando mais evidente à medida que as cidades cresciam e as populações aumentavam.

Assim, as poucas escolas que surgiam nessa região partiam, muitas vezes, da iniciativa particular, geralmente de fazendeiros da região. É o que afirma Hélio Serejo, quando se refere às escolas na região da fronteira:

*As escolas existentes ao longo da fronteira (difícil recordar a localização), todas elas eram ‘particulares’, recebendo, porém, ajuda da municipalidade, o que é justiça salientar. Não se pode desprezar a preciosa ajuda de fazendeiros, comerciantes, ervateiros, bolicheiros, agricultores e... até mascates que muito contribuíram para manutenção da maioria dessas escolas. Na época longeva padecia, em matéria de educação, o governo estadual, tão rara era a sua colaboração, mormente, na **pouca povoada região fronteiriça** (SEREJO, 1999) (grifo nosso).*

*Sob o título “A escola que acabou à bala”, Astúrio Monteiro de Lima conta, em seu livro de memórias, o caso de uma dessas escolas, criada por um fazendeiro, coronel sulista da região de Nioaque, que tinha uma vocação extraordinária para comandar as iniciativas, uma vez que estas o impeliam sempre para as posições de vanguarda, mormente nos movimentos da atribulada vida política*

e administrativa do município de Nioaque (...)”(LIMA, 1978 : 130). Montou a escola em sua fazenda e enviou cartas a amigos que possuíam filhos em idade escolar, informando-lhes a respeito de sua iniciativa. A carta, segundo Lima, apesar de “muito amistosa e fraternal, não deixava de representar, no fundo, uma advertência e uma intimação, pois era de seu desejo ver os meninos da região freqüentando a sua escola, gratuitamente (...)”(LIMA, 1978 : 130). A escola em questão teve seus dias contados, tendo sido abandonada em meio a um tiroteio, num dos ataques que o coronel revolucionário Bento Xavier promovia na fazenda do inimigo (LIMA, 1978 : 131 ).

Além das dificuldades da total falta de estrutura de que dispunham as escolas na região, como prédios inadequados, inexistência de material didático<sup>28</sup>, móveis, etc., o ensino na fronteira era prejudicado, ainda, pela constante intranqüilidade causada pelas revoltas armadas e pelo banditismo, fazendo com que a população vivesse em constante sobressalto, prejudicando, também, a freqüência das crianças às escolas.

O relato de um professor responsável pela instalação e pelo funcionamento da escola estadual de Lagunita, povoação pertencente ao município de Ponta Porã, é revelador sob esse aspecto. Criada para começar suas atividades em fevereiro do ano de 1916, a escola teria conseguido funcionar regularmente somente durante três meses. Assim se justificava o professor de Lagunita, em seu relatório dirigido ao inspetor escolar:

*A escola não pode funcionar durante o mez de Fevereiro findo, visto ter sido installada sómente a 1º de Março. Nos mesez de Março e Abril não foram organizados os respectivos mappas mensaes por se achar a Escola em estado ainda de organização, e, devido á perturbação da ordem publica em todo o Estado, deixou de funcionar a escola desde Agosto em diante apesar dos esforços empregados(MATO GROSSO, 1916).*

A freqüência, segundo o professor, era de 80%, 77% e 71% nos três meses de funcionamento. A maior parte dos alunos descendia de imigrantes gaúchos – 23 dos 38 matriculados – e percorria em média 9 km para chegar à escola.

Outra causa que contribuía para o não funcionamento das precárias escolas da fronteira era a falta de professores para ministrar o ensino. Os baixos salários

---

<sup>28</sup> “Em quasi todas essas escolas [do sul do Estado] observei a ausencia até de cartas geographicas e de quadros negros” (MARQUES, 1913).

oferecidos aos professores das localidades menos desenvolvidas, o custo de vida mais elevado das vilas mais distantes, somados aos constantes atrasos em seus salários faziam com que eles não se interessassem em exercer essa profissão, sobretudo nas localidades mais distantes. Além de receberem baixos ordenados eram os professores responsáveis, ainda, pelo pagamento de metade dos aluguéis das escolas (MATO GROSSO, 1882 : 2).

Em visita oficial à região sul de Mato Grosso, em 1912, o presidente de Estado Joaquim Augusto da C. Marques, ao registrar o mau funcionamento do correio de Ponta Porã, observara a mesma ocorrência, em relação às escolas públicas daquela localidade, que também “não funcionavam por falta de professores”, registrando ainda que nem casa para escola lá havia. Todavia, não podia dizer o mesmo das escolas do outro lado da fronteira:

*(...) na povoação paraguaya funcionava uma escola graduada, bem installada e bem dirigida, e que tambem era frequentada pelas crianças da povoação brasileira que alli iam receber instrucção em lingua castelhana! (...) recebi a visita official do corpo docente e dos alumnos d'essa escola e apreciei não só a desenvoltura e o adiantamento d'estes como a competência do director e dos professores : Constituiu-me esse facto de irem os filhos dos nossos compatriotas receber os primórdios da sua educação intellectual, moral e civica em uma escola estrangeira e tenho-me esforçado para pôr termo a esta lamentavel anomalia(MATO GROSSO, 1913 : 15).*

Assim, devido à precarização das poucas escolas instaladas na região, era comum que as crianças dos municípios próximos à fronteira procurassem estudar no país vizinho, o Paraguai, bastando, para tanto, atravessar a linha que separava os dois países.

Num relatório dirigido, no ano de 1939, ao Interventor do Estado, o Prefeito de Ponta Porã reclamava a falta de escolas na região da fronteira, relatando ser comum crianças brasileiras, na vila de Antônio João, passarem a linha divisória para estudar na cidade paraguaia de Capitão Bado. Constatava, ainda, que esse fato se registrava em outros pontos da fronteira (MATO GROSSO, 1939: 10-11).

Carente de recursos para atender as poucas e improvisadas escolas da região, contou o Estado, também, com o auxílio da poderosa Companhia Matte Larangeira, que fornecia prédios e materiais para as escolas da fronteira. Em Bela Vista, conforme notava o presidente do Estado em 1913, a Companhia doou todo

mobiliário para a única escola que funcionava naquele município (MATO GROSSO, 1913 : 16). Em Porto Murtinho, havia o presidente verificado, também, que o prédio em que funcionava a escola destinada ao sexo feminino, fora doado pela Companhia.

Na década de 1920, o prédio do primeiro grupo escolar instalado na fronteira foi construído pela Companhia Matte Larangeira, em Ponta Porã, exclusivamente para ser doado ao Estado. Chamava-se Grupo Escolar Mendes Gonçalves e seria destinado a ambos os sexos. Em telegrama dirigido ao presidente do Estado, Pedro Celestino, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, administrador da empresa, comunicava que havia iniciado “(...) construção predio destinado Grupo Escolar Ponta Porã de acordo com regulamento escolar e com capacidade para sessenta alumnos”(Gonçalves, s/d).

Nessa época, ainda, a Matte instalou em Campanário, cidade por ela construída, a escola primária “Francisco Mendes Gonçalves”, destinada aos filhos de empregados que a habitavam, sendo a maior parte constituída por paraguaios (Amaral, 1939).

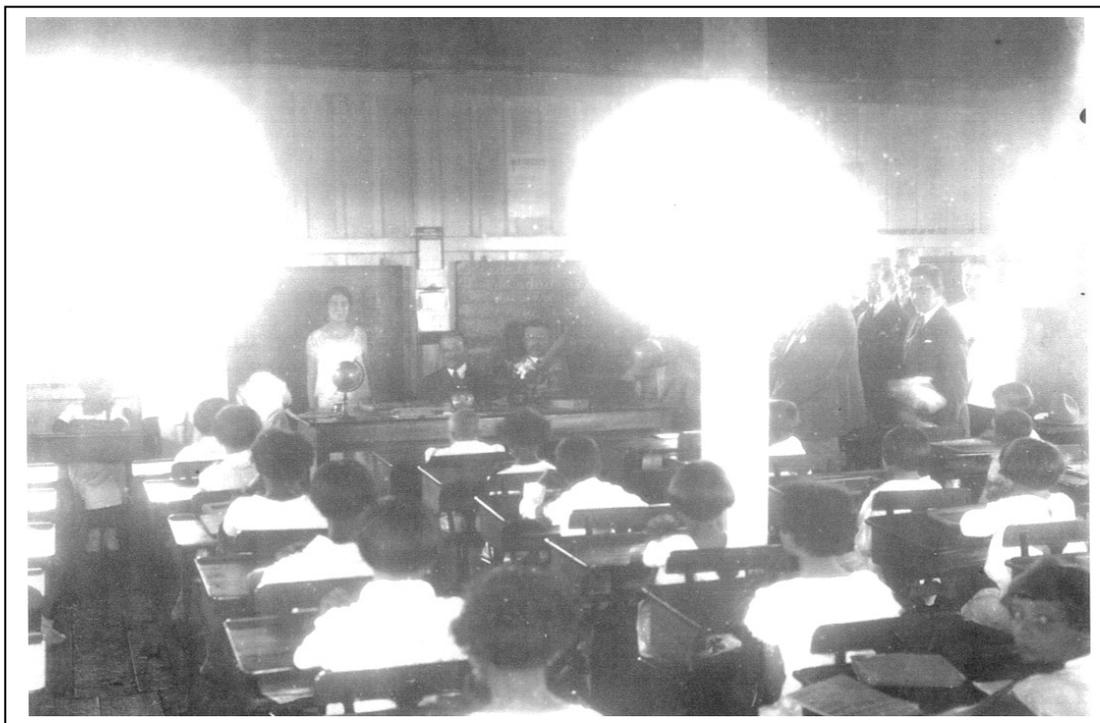


FIGURA 1 – Escola Francisco Mendes Gonçalves – Campanário. Década de 20.  
FONTE: Arquivo Público Estadual/MS

Entretanto, mesmo observando o esforço da população em se instruir, no país vizinho e nas poucas escolas da região, verificamos que a maior parte da população

dessa região se mantinha analfabeta, ainda no ano de 1920, como podemos observar no quadro a seguir:

TABELA 1 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL DE MATO GROSSO, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO E NACIONALIDADE, EM 1920

Municípios	Sabem ler/escrever			Não sabem ler/escrever			Total Geral	Índice de Analfabetismo
	Nacionalidade			Nacionalidade				
	Bras.	Estrang.	Ignor.	Bras.	Estrang.	Ignor.		
Aquidauana	2.467	494	1	6.172	692	-	9.826	69,90%
Bela Vista	1.614	822	-	4.841	2.458	-	9.735	75,00%
Campo Grande	6.093	1.023	33	13.245	941	25	21.360	66,50%
Corumbá	7.116	1.450	31	9.434	1.505	11	19.547	56,00%
Coxim	1.680	61	5	5.095	42	16	6.899	74,70%
Miranda	1.350	414	-	4.637	398	20	6.819	74,10%
Nioaque	1.978	249	-	5.097	583	-	7.907	71,80%
Ponta Porã	4.055	2.351	-	13.904	5.146	62	25.518	74,90%
Porto Murtinho	770	526	6	1.513	771	-	3.586	63,70%
Três Lagoas	2.884	494	1	5.356	309	-	9.044	62,60%
TOTAL	30.007	7.884	77	69.294	12.845	134	120.241	68,40%

FONTE : BIANCHINI, 1994

Na década de 1940, período em que Ponta Porã havia se transformado em território federal, o Governador desse território, num relatório dirigido ao presidente da República, constatava inúmeras deficiências acerca da educação na fronteira, no período anterior à sua administração. A situação do ensino, a seu ver, era caótica. A população escolarizável (crianças de 7 a 14 anos) era estimada em 16.000. Desse número, apenas 1.800 crianças freqüentavam as escolas, isto é, pouco mais de 10%. O levantamento de sua administração diagnosticou, naquele período, os seguintes problemas: descaso do Estado no que se refere ao acompanhamento das atividades escolares, falta de organização na escrituração escolar, inexistência de método pedagógico, salas heterogêneas com superlotação de alunos, falta de livros, classes misturadas com alunos de vários graus, prédios impróprios, falta de mobiliário como carteiras, etc. A maior dificuldade em difundir a educação, segundo ele, estava na dispersão da população que se encontrava na atividade extrativa do mate.

Observando o índice alto na taxa de analfabetismo dos municípios que integravam a região ervateira, bem como os relatos das autoridades a respeito da situação do ensino, pudemos verificar que a maior parte da população não tinha acesso à educação formal concluindo, assim, que as escolas da região pouco alcance

tiveram e pouco poderiam fazer para uma população concentrada no campo, sobretudo nos ervais. Ali, na atividade ervateira, se efetivava o aprendizado da sobrevivência.

### **A escola do trabalhador ervateiro**

*Ei-lo, madrugada ainda, pela tapé-hacienda orvalhada, em marcha contra as arboleras. Vai satisfeito, pois, sabe que o raído dêsse dia lhe garantirá, na certa, uma semana de vida regalada. É o mineiro. O homem que, pela sua perícia e senso produtivo, poderá decidir, em prazo relativamente curto, da sorte de uma ranchada. Se há indício de fracasso no contrato, a sua produção acelerada salvará a situação. É este o elemento ervateiro, precioso por sua função especialíssima, que mais se adapta ao meio (SEREJO, 1946: 19).*

O trabalho de elaboração da erva-mate seguia uma série de etapas e possuía seus respectivos trabalhadores especializados em cada uma delas.

Os trabalhadores dos ervais se diferenciavam pelo tipo de atividade exercida e pelo tipo de remuneração recebida. Havia os que trabalhavam diretamente na elaboração da erva-mate e recebiam por produção e os que estavam ligados ao controle da produção e à administração. Estaremos tratando unicamente dos trabalhadores ligados à elaboração da erva-mate.

O trabalho se iniciava a partir da localização dos ervais nativos. Essa atividade era denominada de *monteada* e o *monteador* era o trabalhador responsável pela procura das erveiras. O monteador não estava ligado diretamente à elaboração da erva-mate, contudo exercia um papel fundamental que merece ser destacado. Para que pudesse encontrar as *minas* de ervais, deveria possuir este trabalhador um conhecimento das matas e da região, como aponta Serejo nessa passagem : “adquire tanta experiência nessa importantíssima missão, que encarando a natureza da vegetação, pode atestar, com absoluta segurança, se existe ou não erva naquele eito”(1986 : 55). Refere-se esse autor, também, à habilidade desse profissional num conto em que o filho teria aprendido com o pai a profissão de monteador:

*No entardecer de um certo dia, surge na Ranchada “Sagüi”, a pé, bastante martirizado pela longa caminhada (...) Disse que vinha de Vila Encarnación, onde chegara informação da riqueza da*

*ranchada e da facilidade de ganhar plata. Era **monteador** de ofício desde **juevencito**, como su padre, e **gustaria de hacer, en el trabajado, la misma ocupación profesional** (grifos do autor) ( SEREJO, s.d. : 41 ).*

Era o monteador, ainda, o responsável pela demarcação e distribuição do terreno dando origem às *tenditas*, a serem exploradas por cada trabalhador. Serejo afirma que o monteador era o próprio capataz da ranchada e se diferenciava dos demais já que “gozava de muita simpatia por parte dos administradores” (SEREJO, 1946 : 30).

Achadas as erveiras, instalava-se o rancho, onde montava-se toda a infraestrutura capaz de atender à produção e às necessidades dos trabalhadores.<sup>29</sup>

O próximo passo era de responsabilidade do mineiro<sup>30</sup>, que de *machete* (facão) em punho seguia para os ervais para começar o dia de trabalho. Realizava três atividades no campo, começando pela poda da erveira, pelo sapeco<sup>31</sup> das folhas e terminando pelo carregamento do feixe de erva até o local destinado à secagem das folhas. Iniciava seu trabalho de madrugada só terminando na pesagem de sua produção, normalmente no começo da tarde. Às vezes, sua jornada se estendia até o final da tarde, pois retornava ao campo para fazer novo carregamento, o *jurucuá*.

Sobre esse processo, consta que, apesar de simples, requeria do mineiro uma certa prática. Ao realizar o corte das folhas, por exemplo, o mineiro já sabia de antemão a quantidade de erva a ser cortada, como proceder à poda, além do que deveria saber se equilibrar nas erveiras, pois qualquer queda poderia ser fatal :

*O mineiro além de guapo[forte], deve ser também exímio equilibrista. Fica, não raramente, a 6 metros de altura, sustentado*

---

<sup>29</sup> O rancho era uma espécie de acampamento improvisado, montado no próprio campo, local onde se realizava o fabrico do mate cancheado. A estrutura de um rancho compunha-se basicamente de equipamentos necessários para o preparo da erva, moradia para os trabalhadores (casinhas de sapé), depósitos, bem como de uma “comissaria”, ou seja, espécie de administração onde se abrigavam os mantimentos (armazém) e a contabilidade do rancho. Quando o erval era de grande porte, os trabalhadores se deslocavam somente com seus ranchitos( moradias) para ficarem mais próximos dos pontos de exploração ( ARRUDA, 1986 : 94 ). Os ranchos eram controlados através da administração central que indicava um funcionário responsável pela produção. Eram chamados de ranchos “por administración”. Havia também os ranchos “por empreitada” controlados pelos “habilitados” que recebiam um adiantamento em dinheiro e infraestrutura básica para o início da produção. Estes recebiam por produção. Em ambos, a fiscalização era rigorosa para coibir qualquer tipo de extravio de erva. A partir da década de 1930, a Companhia passa a substituir os ranchos “por administración” pelos ranchos “por empreitada” ( ARRUDA, 1986 : 96 ). Arruda ( 1986 : 97 ) acredita que esse tipo de medida foi tomado visando ao aumento da produção, já que os habilitados recebiam por quantidade de erva elaborada.

<sup>30</sup>Trabalhador assim chamado por ser o responsável pelo contato direto com os ervais que se localizavam em manchas e recebiam o nome de “minas”.

<sup>31</sup> Chamuscamento

*por galhos bastante fracos, procedendo ao tini<sup>32</sup> Para o corte ser perfeito, reteza os músculos, e desfere o golpe. Se errar no cálculo, provocará o desequilíbrio total, e uma queda poder-lhe-á ser fatal(SEREJO, 1946 : 21).*



FIGURA 2 – Procedendo à poda.  
FONTE: SILVA, 1939.

Nem sempre eram podadas as erveiras. A devastação foi muito comum nos ervais e duramente combatida pelas autoridades, que impunham normas e leis proibindo a derribada dessas árvores. Contudo, pressionados pela necessidade de obter maior produção, os trabalhadores derrubavam as árvores apressando, assim, a colheita (DONATO, 1976 : 18).

A seguir, o mineiro carregava as braçadas de folhas, denominadas de *arrastas*, que deveriam ser conduzidas, ainda no campo, até o local onde era realizado o sapeco, também conhecido por *overêo*. Esse processo consistia em chauscar as folhas segurando-as pelo *punho* do galho, a fim de retirar a umidade, evitando que as mesmas perdessem sua cor natural e se deteriorassem (SEREJO, 1986 : 56). Era feito em fogueiras (*trincheiras* para os paraguaios), protegidas por paus roliços colocados em forma de parede. O sucesso dessa operação também dependia da habilidade e do conhecimento de seu executor. Este deveria escolher

<sup>32</sup> Primeiro corte de folhas do dia (SEREJO, 1946 : 21).

bem o tipo de lenha a ser utilizado, que não desprendesse muita fumaça e executar o sapeco com certa rapidez a fim de não queimar as folhas. Se o mineiro fosse novato, diz Serejo, as folhas eram por demais sapecadas e adquiriam um tom escuro-azulado, resultando em sua perda. (1946:24). A tarefa do sapeco, segundo Donato (1959:24), era insalubre, pois o mineiro respirava muita fumaça ao queimar as folhas da erva. Quando realizava essa atividade, costumava o mineiro gritar bem alto (mburear) produzindo eco pelas matas. Era crença, segundo Serejo, que sem o *mbureio* a erva sairia de qualidade inferior. Na verdade, sozinhos nas matas, distanciados uns dos outros e correndo todos os riscos de um penoso trabalho, os trabalhadores utilizavam-se do *mbureio* para se comunicarem :“um grito, chama a atenção: dá sinal de vida; dois gritos, indicam que o peão está satisfeito; tudo está correndo bem, e três gritos, as coisas vão mal, existem dificuldades” (SEREJO,1986: 161).<sup>33</sup>

A poda e o sapeco duravam cerca de 6 horas de trabalho (SEREJO, 1946 :25).

Logo após o sapeco, as folhas da erva eram arrancadas da haste ainda quentes (depinico) e reunidas num fardo de nome raído, levado às costas pelo mineiro, diretamente até o barbaquá <sup>34</sup>, local onde eram definitivamente tostadas. Caso a distância ultrapassasse 3.000 passos (2 quilômetros), este era conduzido até as *arrias*<sup>35</sup> ou carroças, para depois chegar até o barbaquá (SEREJO, 1946 : 21). O raído constava de um trançado de couro, utilizado para carregar a erva às costas . Era sustentado pela cabeça, onde se passava uma alça forte, a qual evitava que a espinha dorsal se partisse. Normalmente, os mineiros carregavam mais de 200 quilos às costas. Recebendo por produção, chegavam, muitas vezes, segundo Serejo (1946 : 26), a transportar 300 quilos de erva. Esse sistema de carregar o raído às costas já era comum desde o século XVII, quando os índios de Guairá carregavam erva “às costas à léguas de distância”(LINHARES, 1969 : 12).

Observe-se como Serejo descreve a técnica utilizada por esse trabalhador :

*Traz às costas, qual Hércules, com suas passadas de orangotango, a colheita do dia. Vem Tateando, apoiando-se aqui e ali, pois uma*

<sup>33</sup> “Quem já ouviu um peão de erval mbureando, sabe muito bem o quanto é triste esse grito comovedor que sai da garganta do monteador, mineiro ou condutor de arrias” ( SEREJO, s/d : 58).

<sup>34</sup> Espécie de forno utilizado para torrefação da erva.

<sup>35</sup> Tropas de mulas

*pisada em falso poderá ocasionar a pronta ruptura de algum órgão. Quando é longo o percurso a vencer, faz uma parada, apoiando a carga no burrinho [tronco] : vai tunguear [descansar] um pouco. Logo depois, ajeita-a cuidadosamente e põe-se de novo em marcha(SEREJO, 1946 : 25-26).*



FIGURA 3 – Transportando o raído  
FONTE: SILVA, 1939.



FIGURA 4 – Transportando o raído  
FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Como se vê, para transportar o raído através desse sistema, além da força, era preciso equilíbrio e prática, pois um passo em falso faria partir a espinha do mineiro. Caso isso ocorresse, este era sacrificado no próprio local, pois não havia recursos nos ranchos ervateiros como médicos ou remédios (a não ser os caseiros) que possibilitassem atender esse tipo de ocorrência. Além do mais, quem iria manter um

mineiro inválido? Vale a pena citar trecho de uma história contada por Gomes, que se refere ao problema que a falta de habilidade do mineiro nessa atividade poderia acarretar:

*Jovem agitado e ambicioso, almejava enriquecer rapidamente. Nos primeiros dias de ranchada, já arcava com 150 quilos de erva às costas. A chuva fazia a terra escorregar, e a lama cobria o tape hacienda [caminho principal do erval]. Os mineiros mais antigos bem que recomendaram : vamos com calma, é perigoso. O raído é para ser transportado e não para quebrar a espinha. Dito e feito. O pé falseou. A queda foi num segundo. É a espinha dorsal partida... (GOMES, 1986 : 403).*

Percebe-se, por esta citação, ser indispensável o aprendizado para esse trabalho e o quanto era importante contar-se com a experiência dos mineiros mais “antigos”. Estes sabiam que, além da prática e equilíbrio, era preciso paciência para aprender todas as armadilhas traiçoeiras, como a condição da estrada e a chuva . Mas é obvio que, por se tratar de uma atividade muito perigosa, dado o peso e a distância percorrida, nem sempre estes podiam contar com a experiência; devia-se contar, também, com a própria sorte.

Por esse motivo, era imprescindível que o trabalhador passasse por um período de experiência. Daí a necessidade de se começar cedo. Assim, nos ervais, o saber fazer do trabalhador paraguaio era transmitido para os mais jovens que, não raro, se iniciavam nessa profissão em torno de 12 anos de idade.

Poucos dados se têm a respeito de menores trabalhando nos ervais. No entanto, através de relatos das obras de Serejo, que nos conduzem ao dia-a-dia nos ervais, vamos percebendo que era comum o emprego de meninos no trabalho, em suas várias atividades:

*um guaino[meninos aprendizes chamados também de huayno] de treze anos ou quatorze anos muito comum nos ervais, pode conduzir na cabeça um raído de mais de cem quilos. A carga do mineiro adulto, aquele que sabe pisar o chão com técnica e maestria (grifo nosso), pode ultrapassar 300 quilos (SEREJO,s.d. : 85).*

Serejo revela, ainda, em um conto, “Mitãrussu”<sup>36</sup>, ser comum a morte dos “pequenos-grandes”, vitimados pelas doenças do sertão e pela própria insalubridade do trabalho :

---

<sup>36</sup> rapazote.

*Quantos deles tombaram na azáfama de elaboração do mate ? Centenas e centenas. Idade ? entre 12 e 15 anos. Nessa faixa era mesmo um mitârussu (...) a “causa mórtis” desses pequeninos heróis que mal sabiam assinar o nome: maleita, apendicite supurada, coice de animais, queda de erveiras quando ajudavam no tiru, arrebetamento dos rins, esmagamento no tombo da carreta, picada de mboi-chini [ cascavel ], (...) até de facadas,[ e ] tiros nos bochinchos fronteiriços.(SEREJO, s.d. : 54) .*

Nos ervais, os meninos eram os alunos da própria necessidade :

*Um aluno ervateiro que, normalmente, dá prova, logo de início, de apurado senso de responsabilidade,(...)ouve com atenção as explicações do mestre e segue as suas recomendações com obediência filial (SEREJO,s.d. : 21).*

Esses meninos, empregados na elaboração do mate, eram filhos de trabalhadores ervateiros e, em sua maioria, criados nas próprias ranchadas. Havia também casos de meninos órfãos ou abandonados à própria sorte que se encaminhavam aos ervais acompanhando as levadas de trabalhadores arregimentados no Paraguai. Serejo relata o caso de um desses garotos órfãos que, com a idade de 12 anos, teria se encaminhado para a região da fronteira para se tornar um “minero de calidad”(SEREJO, 1989 : 109). Antes de se dirigir ao trabalho ervateiro, o pequeno guaino tinha executado inúmeras atividades :

*(...)fue lustrabotas, leñador, bañaba a los caballos en la “laguna”, vendedor de dulces, prestrado para cualquier trabajo, cultivador de mandioca, cortador de alfafa, limpiador de patio, sereno[vigia] de depósito, ayudante de carpintero y auxiliar de fabricante de charque para ranchos yerbateros (SEREJO, 1989 : 109-110).*

O fator idade para se iniciar na profissão de ervateiro não era muito relevante, o que importava mesmo era “a saúde e o vigor físico”(SEREJO, 1999). Aqueles que ainda não se enquadravam nessa condição prestavam pequenos serviços como “juntar palha de milho, casca de árvore seca, gravetos e outros a fim de acender o fogo da ranchada”(SEREJO, 1999).

O depoimento do Sr. Ramão Oliveira, filho de um ex-ervateiro, confirma, também, o emprego de menores nos ervais, afirmando que era grande o número de crianças nos ranchos ervateiros :

*Criança era o que mais tinha. Lá pela idade de 12 anos já começava a trabalhar. Eu tenho conhecimento que tinha um menino que com 12 anos tirava [carregava] de 80 até 120 quilos de erva. Os pais levavam para trabalhar desde pequenos porque não tinha outra coisa. Não estudavam, tinham que viver com aquilo. A educação dele era aprender o que o pai fazia e as meninas aprenderem o que a mãe fazia (OLIVEIRA, 2000).*

Os pequenos, assim como os adultos, também sofriam os reveses do trabalho ervateiro. Eram castigados ou até mesmo mortos caso ferissem a “lei” dos ervais. Como já se observou também, a vida desses meninos era constantemente ameaçada pela insalubridade do trabalho e pela violência do meio em que viviam, já que era comum envolverem-se em brigas e conflitos armados na fronteira. Um exemplo do envolvimento de meninos nos conflitos armados é a “patrulha bolante”<sup>37</sup> que, segundo Hélio Serejo (1989 : 81), contava com a participação de menores em sua organização.



FIGURA 5 – Mineiros com o pequeno guaino à frente.

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS

O trabalho ervateiro era eminentemente “masculino”, não havendo referências do emprego de pessoas do sexo feminino no processo de produção. As mulheres nos ervais se encarregavam dos afazeres domésticos e se responsabilizavam pela educação e manutenção das crianças pequenas. Há registros

<sup>37</sup> Deduzimos que a “patrulha bolante” era uma espécie de escolta particular da fronteira, possivelmente formada pelos coronéis, visando à repressão dos atos de insubordinação ou à “caça” de fugitivos rebeldes daquela região.

também de que as mulheres auxiliavam os trabalhadores nas atividades mais leves, como conduzir carregamento de ervas no lombo de burros, ensacar o mate, costurar a sacaria ou, ainda, auxiliar o uru na torrefação da erva (SEREJO, s/d : 73-74).<sup>38</sup>

O mineiro possuía uma vestimenta especial para seu trabalho. Nos pés calçava um sapato grosseiro de borracha chamado de plantilha, que era utilizado para dar maior firmeza, evitando que o mineiro escorregasse no transporte do raído ou, ainda, na subida às árvores.



FIGURA 6 – Plantilhas e polainas.  
FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Um pano grosso de saco de aniagem ou pedaço de couro era também utilizado pelos trabalhadores que o prendiam à cintura envolvendo os órgãos genitais a fim de se protegerem dos espinhos, pontas de pau, marimbondos, etc. (SEREJO, s/d : 27). Utilizavam também uma espécie de meia (polaina ou piyá-tetyma), feita de pano ou couro, enrolada nas pernas, desde o tornozelo até a altura do joelho como “proteção especial contra golpes de ramos, tocos, espinhos e picadas de cobras” (SEREJO, 1986 : 159). Fazia uso, ainda, de um gorro de pano, denominado nos ranchos de barrete, para evitar picadas de abelhas lambe-lambes. Essa vestimenta era

<sup>38</sup> Como foi citado na parte I desse trabalho, as mulheres também teriam outras funções dentro dos ranchos. Eram negociadas entre os peões em troca das dívidas contraídas, lei comum nos ervais, servindo, também, como mecanismo para o aumento do consumo do trabalhador. Precisavam respeitar os duros códigos nos ranchos pois eram punidas quando rebeldes. As relações que os homens estabeleciam com as mulheres reproduziam, de maneira semelhante, as que eram estabelecidas nas relações de trabalho : “(...) a relação do homem com a mulher é a relação **mais natural** do homem com o homem” ( *grifos do autor*) ( MARX, 1978 : 173).

utilizada também pelos guainos (SEREJO, 1999). Contudo, parece que nos tempos mais remotos da exploração, os trabalhadores não dispunham de qualquer proteção para o trabalho; a “maioria era pé no chão mesmo” (OLIVEIRA, 2000).

Após o penoso transporte efetuado pelo mineiro, era a erva pesada pelo capataz, que anotava na caderneta do trabalhador a sua produção. Normalmente, a produção mínima diária exigida era de 10 arrobas paraguaias<sup>39</sup>. A maneira como era realizada a pesagem, denominada de arroba-carém, mostra que esta se constituía em desvantagem para o mineiro que acabava perdendo parte de seu ganho. Segundo Serejo (s/d : 28), havia um combinado entre o capataz e o mineiro sobre o peso da erva. Caso o raído atingisse a marca de 10,8 arrobas, haveria o arredondamento desse peso para 11 arrobas. Todavia, se o peso não atingisse essa marca, ou seja, se chegasse o raído a pesar 10,79 arrobas o capataz registraria apenas 10.

Chegando a erva ao barbaquá, lá ficava sendo tostada aproximadamente de 12 a 24 horas. O barbaquá era uma espécie de forno de forma côncava, distante do chão, construído exclusivamente de madeira, com longas varas arqueadas e que recebia o calor do fogo através de um canal subterrâneo. Era construído pelos próprios trabalhadores do rancho que já conheciam bem a madeira apropriada evitando o risco de se alterar o sabor da erva (OLIVEIRA, 2000). Nos ranchos maiores os barbaquás eram cobertos por um telhado de palha ou de zinco para evitar o vento e a umidade. Em outras regiões do sul do país adotou-se o *carijo*, que parecia ser um pouco menos eficiente que o barbaquá (LINHARES, 1969 : 307).

De todas as atividades do processo de elaboração da erva-mate, era na da torrefação, realizada no barbaquá, que o trabalhador paraguaio se sobressaía. O executor dessa tarefa era conhecido nos ervais por *uru*. Uru era um pássaro de hábitos noturnos que tinha um canto muito forte e que, em épocas de estiagem, costumava rondar as ranchadas ervateiras (SEREJO, s/d :51). Por ser o trabalho no barbaquá realizado à noite, o trabalhador que executava essa tarefa foi logo identificado com o pássaro uru. Além disso, tanto o uru pássaro como o uru trabalhador “cantavam” sempre :

*Uru- pássaro-e, uru-homem, são amigos e se entendem. Um geme –*

---

<sup>39</sup> A arroba paraguaia tem dez quilos, já a brasileira quinze ( SEREJO, s/d : 28 )

*cantando- é o uru, do barbaquá, o outro geme soluçando; é o uru – pássaro. O canto de um e o gemido do outro, ameniza o passar da noite interminável, que o clarão do fogo incendeia (SEREJO, s/d : 51).*

O uru tinha uma importante missão a cumprir. Seu trabalho consistia em revirar a erva durante a secagem, utilizando-se de uma vara conhecida pelo nome “pornográfico” de *torotembó* (SEREJO, 1946 : 31). Era ele quem calculava a temperatura, determinando ou não mais lenha, mais fogo e o ponto em que a erva poderia ser retirada do barbaquá. Dele dependia, também, a escolha da lenha, que não podia desprender muita fumaça. O processo durava de 12 a 24 horas. Afirma Serejo (1946 : 27) que o uru reconhecia, de longe, num raído, qualquer folha que viesse misturada ao mate<sup>40</sup>. Chamavam-no de o “rei” da ranchada. Por ser essa atividade também dotada de técnica, era natural que tivesse um aprendiz, chamado de *huayno* (menino). Percebemos, através de um trecho do romance de Hernani Donato, **Selva Trágica**, que o mestre do barbaquá mantinha uma relação quase paternal com seu aprendiz, transmitindo-lhe, também, os ensinamentos da vida:

*Aquele menino era a sua vaidade: ensinava-lhe o que sabia. A princípio só lhe contara das coisas da erva, do fogo, de como se deve remexer, precaver-se contra o tempo, a noite e a luz. Quais as lenhas que devia preferir e quais as que valia a pena evitar. Depois lhe contaria a respeito dos homens e das mulheres, do trabalho e do amor (DONATO, 1976 : 34-35).*

A etapa da torrefação da erva-mate era considerada, dentro do rancho, a de maior importância (SEREJO, 1946 : 27). Dela dependia a qualidade final da erva, o seu gosto. Do “saber-fazer” do uru dependia o êxito da comercialização. Serejo afirma que quando não se trabalha bem a erva no barbaquá ela “fica ardida e recebe, então, o nome de picada” (SEREJO, s/d :52).

Essa atividade, além de ser a de maior especialidade no erval, era também a de maior insalubridade, devido às altas temperaturas e à quantidade de fumaça aspirada pelo trabalhador:

*Um uru jamais chega à idade madura. Vive oito ou dez anos que são oito ou dez safras, ao redor do barbaquá, virando e revirando a erva, recebendo no peito o calor do fogo e nas costas a friagem da noite. Oito ou dez anos o uru vive e é rei. Depois morre-morrendo (DONATO, 1976 : 34).*

---

<sup>40</sup>Não era muito raro haver sabotagem por parte dos mineiros que costumavam misturar outros tipos de erva ao mate.

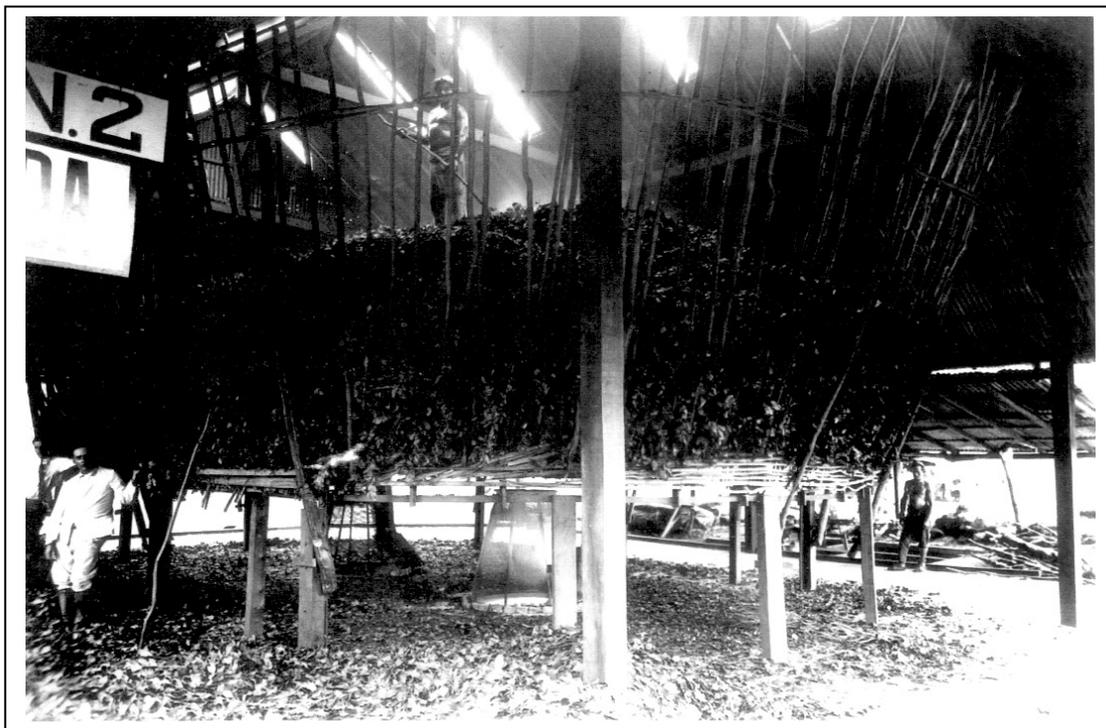


FIGURA 7 – Secagem da erva no barbaquá.  
 FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Saindo do barbaquá, a erva deveria ser cancheada, ou seja, triturada num processo manual que consistia em bater nas folhas violentamente, com grandes facões ou espadas de madeira (aporreador), reduzindo-as a um quinto do seu tamanho para depois ser socada no pilão e ensacada. Essa tarefa era realizada pelos cancheadores e, ao que parece, seu trabalho durava demasiadas horas, chegando até a um dia inteiro.

O ensacamento era outra operação, distinta do cancheamento, também chamada pelos paraguaios de ataqueio, e o seu profissional, o atacador. Esse processo exigia cálculo e muita paciência, porque uma carga excessiva poderia arrebentar a sacaria. O trabalho de ensacamento, se comparado com os demais, era mais leve e poderia ser feito dentro de casa, em ritmo determinado pelo próprio atacador. Mas era desprezado pelo paraguaio: “trabajo en la casa, solamente para mujer”(SEREJO, 1986 : 64). O peão paraguaio, conforme os autores mais antigos afirmam, era exibicionista, e preferia os trabalhos que exigiam mais força, mais valentia. Esse fato, segundo Arruda (1989 : 131), era incentivado pela Companhia, como mecanismo para aumentar a produção.

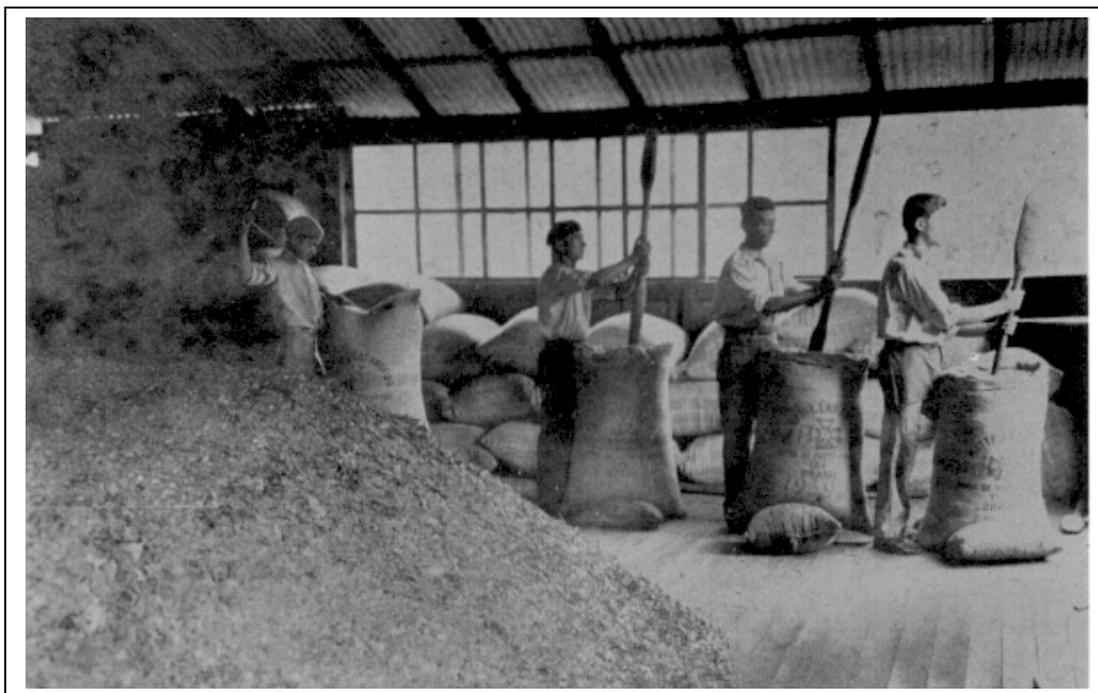


FIGURA 8 – Ensacando o mate.  
 FONTE: SILVA, 1939.

Após o ensacamento, os carreteiros se incumbiam de distribuir a erva até os portos para ser embarcada até os moinhos de beneficiamento. No caso da Companhia, esse processo era feito na Argentina.

O transporte da erva, nessa época, era realizado pelas antigas carretas paraguaias, conhecidas regionalmente como carretas–coras. As coras, como meios de transporte na fronteira, foram largamente utilizadas para esse fim. Eram enfeitadas pelos carreteiros que, orgulhosamente, bem à moda da fronteira, procuravam destacá-las com inúmeros adereços coloridos :

*As coras tornaram-se célebres pelos enfeites de picanas ou ferrões, com penas de pássaros das mais variadas cores, caprichosamente distribuídas e de fixação segura. Ventasse forte ou chovesse, o colorido berrante, ali permanecia, representando o gosto, a paixão pelo ofício e o grande orgulho do carreteiro(SEREJO, 1986 : 68).*

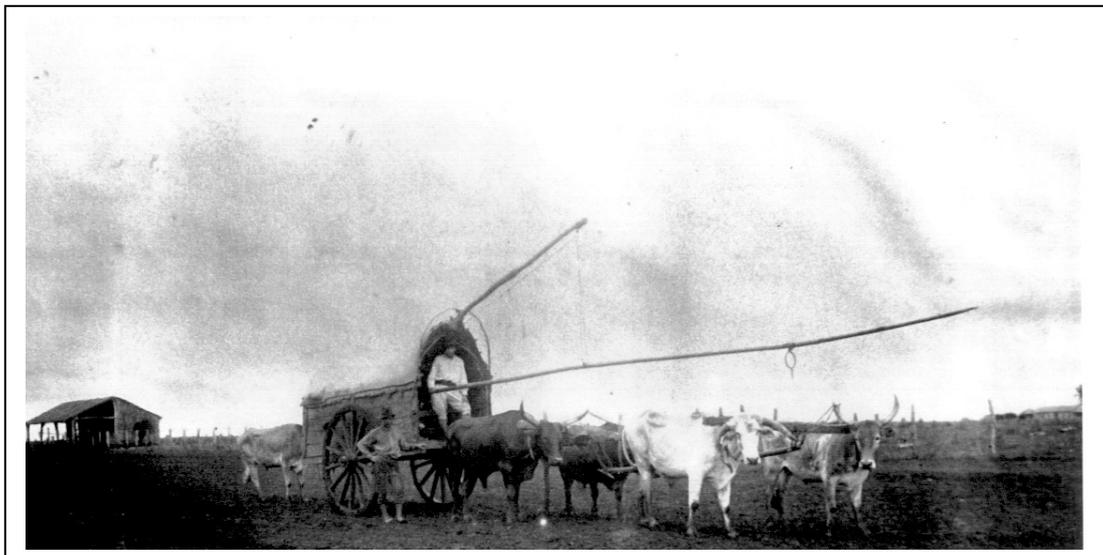


FIGURA 9 – Carreta-cora.  
 FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

As carretas partiam da região de Ponta Porã e atravessavam o Paraguai até Concepción, cidade na qual se centralizava a administração da empresa de Larangeira, de onde seguia novamente, através do rio Paraguai, até Buenos Aires. Mais tarde, em 1892, para facilitar o escoamento da produção<sup>41</sup>, foi fundado um porto denominado Porto Murtinho. De lá, a erva-mate era exportada pelo rio Paraguai em direção à Argentina. No entanto, esse novo trajeto só foi viável no início da exploração. À medida que a exploração se distanciava do local de embarque, o transporte ia se tornando cada vez mais oneroso<sup>42</sup>. Por esse motivo, em 1909, a empresa solicita oficialmente a abertura de um porto no rio Iguatemi. Assim que se expediu a autorização<sup>43</sup>, a Companhia traçou um plano que visava a um melhor aproveitamento da navegação dos rios interiores, escoando a produção pelos rios Amambai, Ivinhema e Iguatemi e, finalmente, Paraná até o porto de Guaira. De

<sup>41</sup> “A finalidade era paralisar a antiga estrada aberta a casco de boi e roda de carretas até Capivari, seguindo para Cerro Corá, Aguerito, Passo Mboiti até Concepción”. (GOMES, 1986 : 411)

<sup>42</sup> Segundo Serejo (1986 : 111) os gastos iam se tornando cada vez mais dispendiosos com a infraestrutura : mais carretas precisavam de manutenção, aumentavam-se os custos com as oficinas, pessoal de serviço e com os animais que durante a viagem precisavam ser substituídos.

<sup>43</sup>: “Fica concedido à Empresa Matte –Larangeira, de Larangeira Mendes & Companhia, permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemi, no Alto Paraná, por donde possa a dita empresa exportar os productos dos hervaes”(Decreto no. 232 de 1º de Setembro de 1909, art. 1º apud Arruda, 1986 : 239).

lá, contornando o salto de Sete Quedas, numa extensão de 60 quilômetros, através de um decauville, atingia Porto Mendes, no Paraná, com destino a Buenos Aires.<sup>44</sup>

No que se refere às vias de comunicação, nessa época, é importante salientar o significativo papel que exerceu o Paraguai na fronteira e que se refletiu, também, culturalmente. As vias de transporte, nessa época, eram muito limitadas na região da fronteira. No final do século passado e começo deste, para se chegar até Cuiabá, por exemplo, era preciso atravessar o interior do Paraguai rumo à cidade de Concepción e de lá, seguindo pelo rio Paraguai, atingir Corumbá e finalmente Cuiabá. Essa viagem foi descrita por Astúrio Monteiro de Lima que, no ano de 1904, cumpriu esse roteiro com o seu avô, demonstrando o quão era difícil a comunicação naquelas paragens :

*(...) viajamos a cavalo da fazenda à vila Concepción, no Paraguai, num percurso de 360 quilômetros.  
Lá residia o meu padrinho, Abel Lima, do alto comércio paraguaio, que nos intimou fôssemos com ele a Assunción, capital do Nação Guarani, antes de rumarmos a Cuiabá.  
Depois regressaríamos a Concepción para continuarmos o percurso de dezessete dias, viajando embarcado, rio acima; nove dias até Corumbá, onde tomaríamos nova embarcação de menor calado, em uma viagem de mais oito dias para, afinal, chegarmos a Cuiabá  
( LIMA, 1978 : 10 ).*

As correspondências vinham também por esse país, via Assunção, e eram retiradas na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, vizinha de Ponta Porã. Jornais eram impressos na cidade de Concepción e de lá também partiam as mensagens telegráficas.

Assim, pela carência de infra-estrutura da região, os municípios que integravam a fronteira receberam forte influência do Paraguai. Distantes de Cuiabá e isolados de meios de comunicação que os ligassem aos centros mais populosos de outros estados, ficavam seus habitantes numa extrema dependência econômica dos municípios paraguaios, que eram mais desenvolvidos do que as vilas do lado brasileiro, sobretudo até a década de 1920.

No comércio, o abastecimento e as trocas com o Paraguai se fizeram ainda mais presentes. As principais trocas na fronteira eram realizadas com o comércio paraguaio, na cidade de Concepción. Comerciantes negociavam o gado mato-

---

<sup>44</sup> “Por um Decauville de 60 Kg ( sic ), levava-a a Pôrto Mendes; aí por um plano inclinado de mais de 60 metros de diferença de nível, embarcam as bôlsas em navios argentinos, com destino a Buenos

grossense no Paraguai com os frigoríficos de capital inglês e adquiriam mercadorias (sal, arame, utensílios domésticos, ferramentas, calçados, tecidos, alimentos etc), seguindo através de carretas para abastecer a população do lado brasileiro (LIMA, 1978 : 160 e 170). O contrabando era prática muito comum na região, e as autoridades não tinham controle efetivo sobre a entrada e saída livre de mercadorias. Aliás, esse comércio ilegal era realizado com a conivência dos guardas da fronteira, que faziam “vistas grossas” para essa prática, quando não “(...)auxiliavam a reontar as boiadas de contrabando, ou acompanhavam as carretas até que estas vencessem a zona de perigo, alcançando ‘salva terra’ ”(LIMA, 1978 : 171).

Graças a essas facilidades, brasileiros se dirigiam para o lado paraguaio e instalavam as principais casas comerciais da região.<sup>45</sup> Por esse motivo, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero se desenvolvia mais rapidamente que sua vizinha Ponta Porã (REIS, 1981 : 57). A esse respeito, preocupava-se o deputado federal Annibal de Toledo, na década de 1910, alertando para os “sérios problemas de nacionalidade” que poderiam vir a acarretar a influência dos países vizinhos nas fronteiras mato-grossenses. Observava o deputado mato-grossense :

*Quem percorre as fronteiras brasileiras com a Bolívia e mesmo com o Paraguay tem a dolorosa impressão de inferioridade da nossa parte, em quasi tudo, nos edificios das repartições publicas, nas suas installações, no seu material, nos processos administrativos e fiscaes e até mesmo na escolha dos funcionarios e no desempenho que estes dão ao exercicio dos seus cargos(...) (TOLEDO, apud VASCONCELLOS, 1917 : 115)*

Dessa forma, os municípios próximos à fronteira tiveram uma profunda ligação com o Paraguai, que se manifestou não só no plano econômico mas, também, no campo cultural<sup>46</sup>. Astúrio Monteiro de Lima, fazendeiro da região, ressalta a maior fonte de influência cultural e política na região :

*Nós da fronteira, pouco a pouco, assimilávamos dos vizinhos guaranis, os hábitos, os costumes, o dialeto, o modismo e o estilo comercial. Tão acentuadamente recebíamos essa influência, que muitos brasileiros, num entusiasmo incomum, se interessavam pela política interna do Paraguai, tomando posição de relevo neste ou naquele partido. Tudo girava na preponderância paraguaia: sua*

---

Aires, via Posadas”( D’ ANGROGNE, s/d apud CORRÊA FILHO, 1957 : 73 ).

<sup>45</sup> Esse mesmo fato acontecia na cidade mato-grossense de Bela Vista que tem sua homônima no Paraguai. ( MATO GROSSO, 1913 )

<sup>46</sup> Ricas de informações e detalhes a respeito das trocas culturais entre os dois países são as obras de Hélio Serejo.

*bela e emocionante música, o seu dinheiro (o preferido e o que mais circulava), suas festa alegres e entusiasmantes, e mesmo o seu civismo; porque nós, jungidos como vivíamos, esquecíamos o culto aos nossos heróis, olvidando os grandes vultos do passado...”* (LIMA, 1978 : 172).

A aproximação econômica com o Paraguai foi mais intensa até o período em que foi inaugurada a estrada de ferro Noroeste do Brasil, no ano de 1914, que veio facilitar a comunicação entre as cidades fronteiriças e as cidades de Aquidauana e Campo Grande, abastecendo a região de mercadorias vindas de São Paulo. A região da fronteira não era servida pela estrada de ferro, mas era ligada por meio de estradas carreteiras até as cidades que foram beneficiadas com esse meio de transporte.<sup>47</sup> A partir de então, as correspondências, antes vindas pelas vias paraguaias, mudaram de roteiro para virem, em 1917, por Campo Grande (ROSA, 1962 : 52).

Mais tarde, em 1925, o comércio entre essas cidades mato-grossenses foi abreviado com a abertura da estrada de rodagem entre Campo Grande e Ponta Porã, providenciada pela comissão Rondon (LIMA, 1978 : 17).

A mudança no fluxo comercial, que se transportou do Paraguai para Campo Grande, não quebrou de forma definitiva a ligação que a fronteira tinha com esse país, nem alterou de forma significativa a estrutura econômico-social da região. Não podemos nos esquecer de que a entrada e saída de mercadorias por aquela via era “livre” de impostos e que tal prática, sem o controle das autoridades, sobretudo até o período do governo Vargas, permaneceu durante muito tempo nessa região. Além disso, havia determinados tipos de mercadorias que continuaram a ser comercializados no Paraguai, como é o caso da erva-mate (LIMA, 1978 : 171). E não há como negar que a presença da mão-de-obra paraguaia, tão necessária nos ervais, se fez sentir durante o período em que essa atividade foi explorada em Mato Grosso.

---

<sup>47</sup>As estradas que faziam a ligação entre as cidades de Ponta Porã e Campo Grande eram bastante precárias e mais indicadas para as carretas que conseguiam transpor os rios e as enchentes. Numa viagem empreendida de automóvel em 1918 de Campo Grande à Ponta Porã, o vice-presidente do Estado, Antonio Ferrari, assim descreveu esse percurso : “Poucas horas após a nossa partida de Campo Grande renovaram-se os aguaceiros, e devido ao aumento de volume das águas não pudemos transpor o pequeno rio denominado Lagoinha, junto a fazenda do Sr. Clemente Pereira. Felizmente essa boa vizinhança proporcionou a nossa passagem em uma carreta e o auto, puxado á bois, tranpoz essa primeira barreira(...) em consequencia das horas perdidas a margem desse arroio, avolumado pela enxurrada, foi preciso pernoitarmos na dita fazenda, pois a noite é absolutamente perigoso viajar-se em automovel nas condições em que se encontra a actual estrada de rodagem. Devido aos repetidos aguaceiros e ao estado do terreno, já bastante encharcado a nossa viagem foi fraccionada em tres dias, em vez dos dous habitualmente gastos(...)” (MATO GROSSO, 1918 : 2-3).

Assim sendo, a alteração no eixo econômico não significou, na região da fronteira, um corte nas relações entre as populações dos dois países, devido à importância que tinha a erva-mate nessa região que dependia, sobretudo, da mão-de-obra paraguaia.

### **A organização manufatureira nos ervais de Mato Grosso**

Através da descrição do processo de trabalho nos ervais, observamos ser patente a necessidade da mão-de-obra paraguaia, especialíssima em sua origem. Deste modo, podemos concluir que tanto o mineiro quanto o uru e os demais trabalhadores possuíam uma habilidade técnica, cada um em sua especialidade. Notamos, porém, que algumas atividades eram mais especializadas que outras, como, por exemplo, a do uru, dando origem, dessa forma, a uma hierarquia. Determinadas funções exigiam uma experiência de longos anos, tornando-se “vocação” para os trabalhadores paraguaios e sempre transmitidas aos mais novatos. Daí a necessidade de os “alunos gainos” aprenderem ao lado de seu mestre a profissão de ervateiro.

Como se pôde verificar, todos os processos e etapas descritos, a respeito da produção da erva-mate, não dispensavam domínio técnico, isto é, era preciso que o trabalhador dominasse seu trabalho. Todavia, este era parcelado em várias tarefas com seus respectivos trabalhadores em cada uma delas. Ou seja, o trabalho nos ervais era dividido em determinadas atividades que tinham, cada uma delas, seus especialistas. Apesar de o trabalhador possuir, ainda, a capacidade de dominar parcialmente seu trabalho, ele não possuía mais o controle sobre o processo como um todo. O trabalho nos ervais seguia certa organização que denominamos de organização manufatureira do trabalho, isto é, era organizado nos moldes da manufatura.

É de se crer que os índios Guarani, em épocas anteriores à colonização da América, dominassem todo o processo de elaboração da erva-mate. Eram, sob esse aspecto, trabalhadores qualificados.

A exploração da erva-mate na América vem de longa data, tendo-se já algumas referências de sua utilização no período anterior à colonização da América<sup>48</sup>. Porém, sua exploração e utilização comercial têm início no século XVI,

---

<sup>48</sup> Segundo Linhares (1969 : 3-4) a “América nasceu bebendo mate. Antes que o espanhol nela pusesse os pés, o seu uso já era praticado pelos indígenas(...)”. De acordo ainda com esse autor, foi

com a organização das *encomiendas* e, mais tarde, no século seguinte, com a introdução das missões jesuíticas que se iniciaram na exploração dessa atividade no Paraguai.<sup>49</sup> Os *encomienderos*, aproveitando-se dessa tradição, exploravam os índios num rigoroso sistema de escravidão que levou inúmeros deles ao total esgotamento (LINHARES, 1969 :17). O consumo de mate, nesse sentido, foi de primordial importância entre os indígenas, graças às suas propriedades estimulantes que recuperavam os mais debilitados. Dessa forma, o mate, antes condenado por alguns administradores espanhóis e pela Igreja, foi mais tarde considerado, por estes, de extrema necessidade para o trabalho ervateiro à medida que poderia, também, fazer a substituição do álcool, já comum entre os índios<sup>50</sup> (LINHARES, 1969 : 27).

Foram os índios, assim, os responsáveis por introduzir o processo mais rudimentar de elaboração do mate, utilizando-se dos instrumentos e técnicas de preparo, como, por exemplo, a secagem da folha. Segundo Linhares, essa técnica teria sido descrita, no século XVII, por um padre que observava o modo pelo qual faziam os indígenas o fabrico do mate, “no quebrar os ramos, tostar as folhas a fogo e moê-las ‘en morteros’ para torná-las pó e levá-las em cestos às costas por muitas léguas(...)” (LINHARES, 1969 : 17).

Deduzimos que o regime capitalista de exploração da erva-mate, nas *encomiendas* e nas missões jesuíticas, tenderia a eliminar o conhecimento global do processo e se estruturar para organizar esse trabalho de uma forma mais racional, implantando a divisão de trabalho no interior da produção. Esse sistema especializa o trabalho, intensifica-o e barateia-o, possibilitando o aumento da produtividade atendendo, assim, à necessidade vital do sistema capitalista de produção : o lucro. A divisão de trabalho, podemos dizer, é uma das marcas do sistema capitalista de produção que tende, em seu processo de desenvolvimento, a especializar cada vez mais os trabalhadores e os instrumentos de trabalho.

---

achado dentro dos túmulos de Ancon (Peru), local onde os incas enterravam seus mortos, diversas folhas de mate .

<sup>49</sup> De acordo com Linhares (169 : 26), os jesuítas inicialmente condenaram a utilização da erva pelos índios guaranis, mas após verificarem que se tratava de uma boa fonte de lucro, passaram inclusive a plantar erva-mate. Ainda, segundo o autor, era o mate que sedimentava as bases econômicas da Instituição. A respeito das *encomiendas*, sistema implantado para exploração das terras e recursos no Paraguai, ver Linhares (1969: 16-20).

<sup>50</sup> “O que é certo é que o uso da erva, mais que outro meio humano algum, tem desterrado a embriaguez de nossas reduções antigas e por êste meio tão proporcionado devem se conservar livres de tão abominável vício, de sorte que não lhes falte jamais a erva e a tenham em abundância”. (TESCHAUER 1926 apud LINHARES., 1969 : 27)

Para que se compreenda melhor o processo de introdução da divisão do trabalho nos ervais, quais suas vantagens e o que ele significava na economia do mate, faz-se necessário esclarecer como se deu, historicamente, a substituição do trabalho artesanal, qualificado, pelo trabalho especializado, no interior do sistema capitalista de produção. A seguir, tentaremos expor esse processo.

No período de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, o trabalho foi se organizando pouco a pouco, ainda com base nas antigas corporações de ofício. As corporações de ofício congregavam trabalhadores que se destacavam por seu saber, isto é, o trabalhador possuía pleno controle do processo de trabalho, em sua concepção e execução. Começavam a trabalhar jovens ainda – aprendizes – aprendendo um ofício do qual, mais tarde, poderiam tornar-se mestres. O produto final, acabado, resultava de sua habilidade, adquirida durante alguns anos de dedicação e aprendizado. Eram, sob esse aspecto, trabalhadores qualificados.

Sob o regime capitalista, uma nova forma de organização do trabalho se originou, então, das corporações de ofício que se transformaram nas manufaturas de transição, ou seja, nas manufaturas iniciais, estruturadas ainda de forma cooperativa.

O trabalho nas manufaturas iniciais não era ainda objetivado, não se fundamentava na divisão do trabalho. Constituíam-se de um agrupamento de trabalhadores numa mesma oficina que, contratados por um capitalista, vendiam sua força de trabalho por não possuírem os meios de produção. Porém, possuíam ainda o domínio sobre o processo de trabalho como um todo. O simples agrupamento de trabalhadores resultava em vantagem para o capitalista, pelas seguintes razões: 1º) aumento do trabalho médio, ou seja, a compensação obtida entre o trabalho menos produtivo e o mais produtivo; 2º) o trabalho coletivo era mais estimulante do que o individual, portanto haveria uma maior produtividade; 3º) diminuição de custos com o capital constante, ou seja, aquele empregado nos meios de produção (MARX, 1982: 370-379).

Consequentemente, o aumento da produção e a diminuição de custos acarretariam um barateamento da mercadoria, aumentando a possibilidade de se obter lucro com o produto. Para Marx, a manufatura inicial se constitui no ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1982 : 370).

Mas, a necessidade cada vez maior de produzir mais mercadorias, em menos tempo, gerou a manufatura em sua forma mais desenvolvida, que estabeleceria como fundamento a divisão do trabalho. Por sua vez, a especialização de determinadas

tarefas fragmentava o conhecimento global que se tinha anteriormente, fazendo com que o trabalhador perdesse o domínio total do processo da produção. Assim, nesse tipo de organização, cada trabalhador é responsável por uma etapa do processo de trabalho e se especializa somente nela. Todavia, apesar de ter perdido o controle do processo como um todo, o trabalhador ainda mantém o domínio sobre a sua especialidade, o seu conhecimento continua sendo imprescindível para a produção.<sup>51</sup>

A divisão do trabalho era vantajosa para o capitalista, já que o trabalhador especializando-se numa determinada operação, fazia-o com maior rapidez e dedicação, evitando-se perda de tempo e interrupção do trabalho, ao contrário do artesão, que desenvolvia seu trabalho mais lentamente. É o que Marx denomina de “órgão automático especializado da operação” :

*Descendo ao pormenor, vê-se, de início, que um trabalhador que, sua vida inteira, executa uma única operação transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação. Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações. O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas desses trabalhadores parciais, limitados. Por isso produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho em comparação com os ofícios independentes(MARX, 1994 : 389).*

Embora a manufatura ainda dependesse da destreza do trabalhador, do domínio sobre a sua especialidade, o trabalho nesse sistema se tornara mais simples que o trabalho realizado pelo artesão. Obtinha-se, dessa forma, um passo para a plena objetivação do trabalho que aconteceria mais tarde com a introdução da maquinaria.

Essa tendência em especializar cada vez mais o trabalho aumentando a produtividade está relacionada, como já dissemos, com lucro que o capitalista almeja. Contudo, essa explicação se torna parcial se desconsiderarmos a origem do lucro capitalista.

Já tivemos a oportunidade de mostrar que é interferindo no meio em que vive que o homem produz, cria bens, transforma a vida humana, gera riqueza. Aperfeiçoando seus métodos e meios de trabalho, o homem consegue produzir mais,

---

<sup>51</sup> Segundo Marx, (...) a análise do processo de produção em suas diferentes fases coincide inteiramente com a decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que as compõem. Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo portanto da força, da habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar o seu instrumento. O ofício continua sendo a base”(1994 : 389).

acumulando de forma crescente a riqueza. No capitalismo, contudo, nem sempre quem produz a riqueza pode usufruir dela. O valor que é criado pelo trabalho humano, ao ser incorporado pelo capital, tende a se transformar em mais valor. Ou seja, o modo de produção capitalista, para se manter, para se reproduzir, precisa extrair do trabalho um valor acima, precisa de lucro, mais-valia.

Marx ao desenvolver a teoria da mais valia, ou seja, de que o trabalho não pago constitui a grande fonte de lucro capitalista, ressalta a diferença que existe entre o valor que é criado pelo trabalho humano e aquela que o excede:

*Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassado esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia( valor excedente)( MARX, 1982: 220).*

A mais-valia, então, pode ser entendida como uma extensão do tempo de trabalho para além daquele que o trabalhador precisa para se manter. Explicando mais pormenorizadamente, diríamos que isso ocorre diante de determinadas condições históricas. O trabalhador, expropriado de seus meios de trabalho, precisa se utilizar da força de trabalho, único meio que ainda lhe resta para sobreviver. Diante disso, a força de trabalho se transforma numa mercadoria que o trabalhador acaba tendo que negociar no mercado, pois não dispõe de outra. Esta, ao mesmo tempo, assim como qualquer produto, encerra dois tipos de valores : o de uso (tem uma utilidade) e o de troca (valor de mercado). O que determina o valor da força de trabalho é a quantidade de trabalho socialmente necessária (x horas) para que o trabalhador possa se manter. Para que a força de trabalho gere mais-valia (um valor a mais) é preciso que o capitalista estenda esse tempo em mais horas de trabalho, além daquele socialmente necessário. Dessa forma, a “mercadoria” força do trabalho acaba se transformando na única mercadoria que acaba valendo menos; para o trabalhador, obviamente. Em outras palavras: quem sustenta o sistema capitalista é o trabalhador, responsável pela produção da mais-valia. Se existe uma exploração do trabalhador, esta ocorre no momento em que a única mercadoria que o trabalhador possui – força de trabalho – se converte em capital e sustenta toda a riqueza do modo de produção.

Poderíamos dizer então que, para aumentar o lucro, restaria ao capitalista apenas estender ainda mais o dia de trabalho. Mas isso é possível dentro de certos limites físicos do trabalhador. A única maneira de se conseguir prolongar o trabalho excedente, ou seja, aquele em que o trabalhador trabalha para o capitalista, é contraindo o tempo de trabalho necessário (MARX, 1982 : 361). Melhor explicando: não se alterando as horas trabalhadas, diminui-se o trabalho necessário, reduzindo o valor da força de trabalho, fazendo com que o trabalhador tenha que trabalhar menos para si (o custo de seu trabalho diminui). Se assim for, o trabalho excedente aumenta e o capitalista obtém um lucro maior.

Contudo, para que o valor da força de trabalho baixe é necessário que o capitalista invista em maquinaria, meio mais eficiente para aumentar a produtividade. Marx denomina esse método, de extrair mais-valia sem estender o dia de trabalho, de mais-valia relativa:

*A máquina produz mais valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social( MARX, 1982 : 463)*

O investimento em maquinaria e novos métodos de trabalho resulta em maior produtividade, isto é, produz-se mais em menos tempo. O resultado dessa façanha é que a mercadoria tende a ficar mais barata. Ora, o investimento em tecnologia tende a baratear as mercadorias que entram na reprodução da força de trabalho. Isto quer dizer que havendo um barateamento geral nos preços das mercadorias há também uma desvalorização no preço da força de trabalho. É por esse motivo que há, no sistema capitalista, uma tendência a especializar o trabalho investindo em tecnologia.

Retornando à discussão sobre o trabalho nos ervais, chegamos à conclusão de que sua organização se encaixa na manufatura mais desenvolvida, que já adotava a divisão do trabalho.

A vantagem de se adotar a manufatura nos ervais, contando com recursos simples, como ferramentas, que dependiam ainda do trabalhador, pode causar questionamento em razão de já se poder contar, nesse período, com processos mais avançados utilizados pela indústria moderna.

Ao discutir sobre os motivos da manutenção de técnicas menos avançadas na exploração da erva-mate, Linhares assim a justifica :

*Os processos, com efeito, além de se manterem inalterados, não deixavam de ser os mais aconselháveis, os de custo mais barato, consentâneos , portanto, com a pobreza econômica do mate [...] , conquanto já de há muito tempo estivessem em desacordo com as conquistas de técnicas mais avançadas, eram, afinal de contas, eficientes. Serviam para a finalidade a que se destinavam. Eram econômicos e suas instalações podiam ser montadas no erval com os recursos que este oferecia. Muito pouca coisa precisava vir de fora : uma ou outra peça de ferro, tal como ainda acontece hoje. (LINHARES, 1969 : 305 ).*

Linhares tem razão quando aponta que esses recursos eram mais baratos e ainda eficientes. Todavia, o autor se equivoca ao atribuir a adoção dessa técnica à pobreza econômica do mate. A grandeza das empresas ervateiras e o seu poder econômico não justificam essa qualificação.

Podemos afirmar que a manutenção desse processo se explica justamente pelo seu custo. Se os recursos mais simples foram adotados, se deveu à exploração de uma mão-de-obra especializada, que rendia boa produtividade e bons lucros, não havendo a necessidade de se adotar outro processo. Em outras palavras: a maquinaria não é necessária quando o custo que o trabalhador representa ao capitalista é bastante baixo. A mais-valia extraída nesse caso é a mais-valia absoluta.

Assim, a manufatura ainda atendia às necessidades de produção do mate.

Podemos concluir, também, que a perda de controle do processo de trabalho como um todo, pelo trabalhador, decorre desse processo histórico que se justifica, grosso modo, na necessidade de se obter maior produtividade e, conseqüentemente, lucro. Assim, o saber do trabalhador ervateiro foi sendo substituído por um saber parcial, especializado, mas ainda de fundamental importância para o sistema de produção do mate. E foi sobretudo devido a esse saber que se justificou a dependência e a manutenção da mão-de-obra paraguaia nos ervais mato-grossenses.

### **A importância do saber para o trabalhador ervateiro**

Como verificamos, o conhecimento que o trabalhador utilizou no processo produtivo foi essencial para a produção e o desenvolvimento da economia do mate. Contudo, o saber não foi apenas importante para o capitalista que dele dependia mas,

sobretudo, para o trabalhador, que dispunha de um único bem do qual ainda não havia sido expropriado.

Marx demonstra , na obra **O capital**, que a habilidade do trabalhador gerava resistências no interior da produção :

*Uma vez que a habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador [...] por todo o período manufatureiro estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores (MARX, 1994 : 421).*

Embora a habilidade não fosse impedimento para o capital, verifica-se que há uma “luta” para impedir resistências por parte dos trabalhadores, que dominavam seu processo de trabalho.

Utilizando-se das observações de Paul Walle, Linhares afirma que o trabalho nos ervais do Paraguai e do Alto Paraná não era realizado de forma “regular”. Segundo Linhares, Paul Walle estivera nessa região no ano de 1910 e havia reparado que os capatazes não realizavam com presteza sua obrigação de fiscalização, pois, era comum se conchavarem com os trabalhadores :

*O caso é que o capataz entrava logo em conchavo com os seus subalternos e os dias transcoriam mais em conversa fiada, o menor incidente servindo de pretexto para paralisar o trabalho e longas cavaqueiras serem travadas, durante as quais a única coisa que se fazia era tomar mate ( LINHARES,1969 : 299 ).*

Contudo, sabemos que o trabalho não poderia ser realizado sem controle. Os trabalhadores, recebendo por produção, tinham interesse em aumentar seu ganho. Além disso, através dos contos de Hélio Serejo, sabemos que o controle sobre esses trabalhadores não poderia ser assim tão relapso. Os rebeldes eram punidos com a expulsão, com castigos humilhantes e muitas vezes até com a morte.

Mas é evidente que os paraguaios sempre utilizavam de mecanismos para evidenciar um certo poder exercido no processo de trabalho. Exemplos são a roda de “tereré”, imposição de tradições e costumes. Essas formas de resistência podem ser entendidas como expressão da própria luta no interior do processo de trabalho. E esta se manifestaria, justamente, por ter ainda o trabalhador o controle sobre parte do processo de trabalho.

### **As modificações no processo de trabalho nos ervais: as tendências à expropriação do saber**

Como vimos, a partir da introdução da divisão do trabalho no interior da produção, o trabalhador perdia parcialmente seu saber. O processo de expropriação do saber já se iniciara com a introdução do sistema de manufatura. Entretanto, a partir da década de 1920, vamos encontrar algumas alterações no processo de trabalho, que visavam a uma maior racionalização da produção, passando a aprofundar mais essa tendência.

Essas mudanças se iniciaram com a introdução de dois instrumentos: a tambora e o cilindro. A tambora foi introduzida pela Companhia, na década de 1920, nos ranchos onde era maior a escala de produção. Visava facilitar o trabalho do sapeco, antes realizado no campo pelos mineiros. Era uma espécie de cilindro de armação metálica perfurada ou de tela de arame, assentado sobre uma armação de tijolos ou cupim, onde a erva, colocada em seu interior, girava sobre uma fornalha. Era movida pelos próprios trabalhadores através de uma manivela. Fiscalizados por um capataz, os tamboreiros precisavam ter prática e atenção, para que as folhas não se incendiassem (SALDANHA, 1986: 479). Esse processo implicou a utilização de outros trabalhadores, cerca de seis, especializando-os apenas no sapeco da tambora e possibilitando ao mineiro uma maior dedicação na poda (ARRUDA, 1989: 105-106).

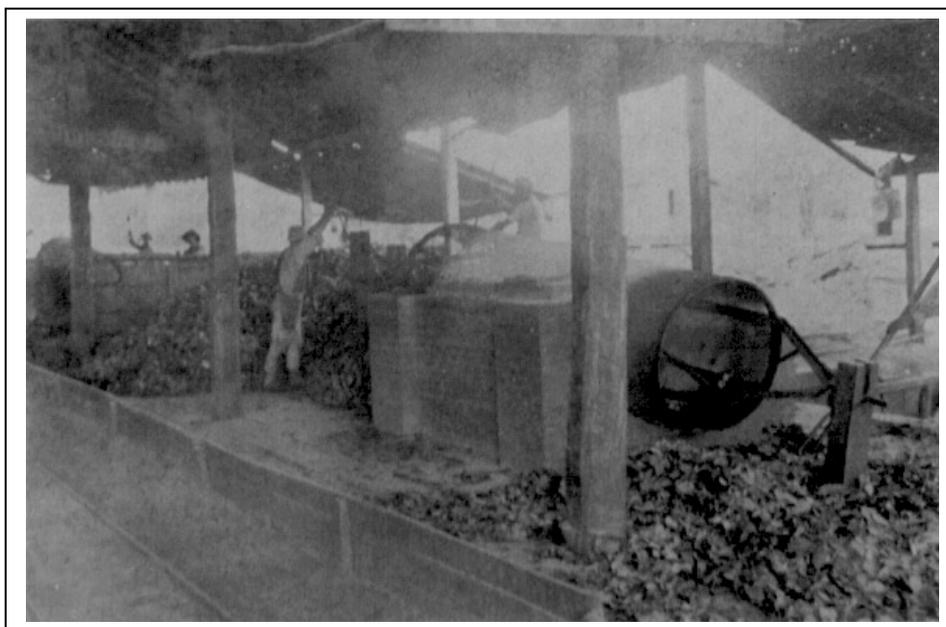


FIGURA 10 – Tambora

FONTE: SILVA, 1939.

A outra alteração ocorrida foi no processo final de trituração ou

cancheamento manual, substituído pelo cilindro dentado, movido à tração animal. Sem contato com a umidade, as folhas eram reduzidas a pedaços e revolvidas pelo maquinário com o auxílio de uma forquilha ( SEREJO , 1986 : 63 ).

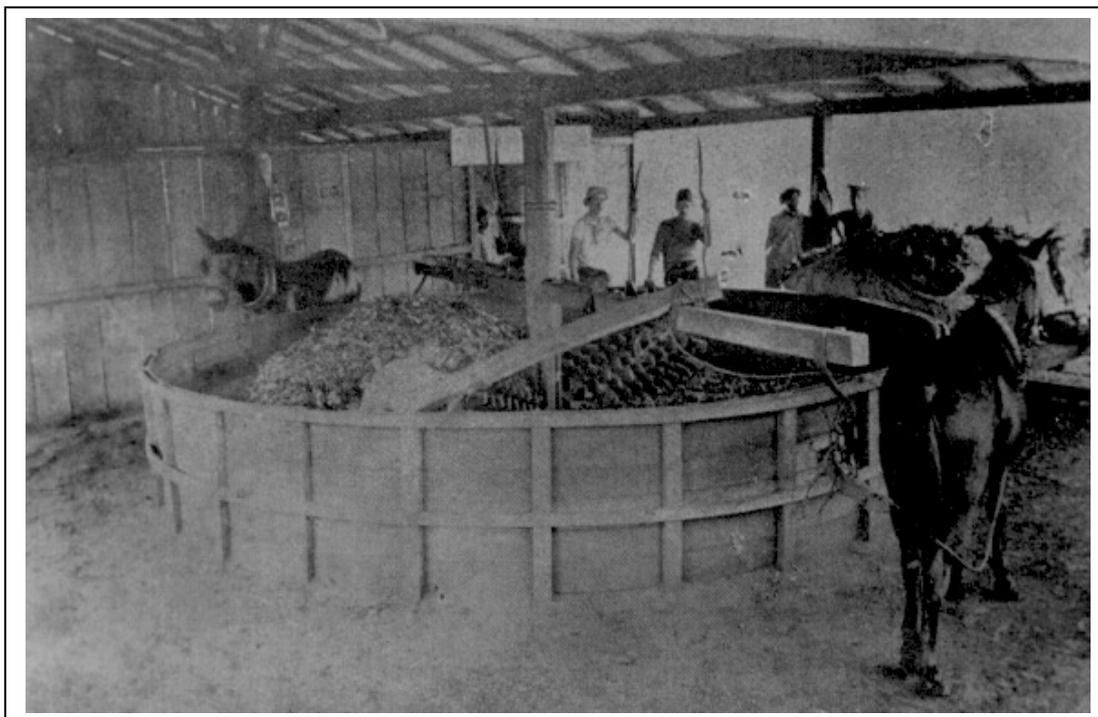


FIGURA 11 – Moinho.  
FONTE: SILVA, 1939.

Autores como Linhares (1969) e Serejo (1986) se referem a esses instrumentos como importantes, do ponto de vista tecnológico. O caso da tambora é assim analisado por Serejo:

*O corte feito inicialmente para a tambora, protege a planta, pois o peão não necessita do punho [ galho ] para efetuar o sapeco, colhe unicamente a haste, e a árvore, assim intacta, ficava em condições de receber uma nova e viçosa brotação (1986 : 60).*

Linhares aponta outras vantagens da tambora :

*(...)haveria que falar nas melhores condições higiênicas, sem o contato das mãos dos trabalhadores, notando-se ainda a circunstância de ser essa elaboração mecânica realizada ao abrigo das chuvas, tão freqüentes durante a colheita. A parte propriamente humana ficou defendida, isolando o feixeiro do calor direto do fogo e das intempéries ou variações de temperatura (1969 : 306).*

Linhares (1969 : 306) acrescenta também que esse processo evitava que o

mate ficasse com gosto de fumaça e que as folhas fossem enegrecidas com o fogo forte do sapeco.

O jornal “Tribuna do Paraná”, no ano de 1931, discutia em artigo a desvantagem do sapeco. Comentava que a erva demorava em média 3 ou 4 anos para brotar quando eram retirados seus galhos. Os galhos, como já vimos, serviam de instrumento para manipulação na fogueira. Se se cortassem apenas as folhas e os brotos, a erva poderia dar colheitas anuais. Acrescentava, ainda, que esse processo não era econômico, pois desperdiçava grande quantidade de folhas que se desprendiam dos galhos no momento de sua queima, quando se batiam as folhas no fogo. Dizia ainda o artigo: “é voz corrente entre os hervateiros que cada homem ocupado neste serviço perde uma dezena de kilos de folhas por dia; imagine-se quantas toneladas de erva monta a perda por cada safra (A TRIBUNA, 1931).

Em relação ao moinho dentado, Serejo considerava-o vantajoso, pois promovia uma grande economia de esforços (1986 : 63), além do que, protegia a erva da umidade (1946 : 35).

A partir da década de 1930, outras mudanças que poderiam comprometer e alterar o saber dos trabalhadores foram propostas. Segundo Athamaril Saldanha, o Instituto Nacional do Mate (IMN) planejava promover alterações no corte da erva e no transporte do mineiro, assim descritas :

*(...) o corte seria feito com tesouras, formalidade já testada, e aos ‘mineiros’ seria fornecida uma escada e um carrinho de mão para facilitar o corte e transporte do mate já cortado, até o local de entrega. Isto para os ervais limpos ou plantados; quanto aos ervais de mato, poderiam usar um facão menor, podando galhos menores e o transporte, em vez de ser feito como fazem as formigas, às costas, adotar-se-iam muares cargueiros (SALDANHA, 1986 : 475).*

Mas, segundo o autor, essas modificações foram rejeitadas pelos trabalhadores:

*Depois de discutidos com os patrões, os métodos foram apresentados a um grupo de mineiros (cortadores de folhas), que recusou de imediato, posto que assim procediam seus antepassados e quem não carregasse o raído de erva às costas, como faziam, não era “hombre” – Conversa encerrada (SALDANHA, 1986 : 475).*

Futuramente, ainda de acordo com Saldanha (1986 : 475), o IMN pretendia,

através de estudos, promover modificações na secagem da erva, eliminando o trabalho do uru.

Se essas últimas alterações não foram introduzidas, ainda nessa época, observa-se que já havia uma tendência a racionalizar o trabalho de elaboração do mate, dispensando a mão-de-obra especializada.

Essas alterações parecem coincidir com as mudanças efetuadas na direção da Companhia, a partir da década de 1920, quando assume a administração geral, em Mato Grosso, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, sobrinho de Francisco Mendes Gonçalves, diretor-presidente da empresa. Heitor promove uma reorganização da empresa, moderniza sua administração, racionaliza o transporte e impõe novos códigos disciplinares nos ervais. O consumo de álcool, os jogos e armas em seus domínios foram severamente proibidos<sup>52</sup>. Incluíam-se também em seus códigos “a não permissão de permanência de mulheres de vida fácil e outras medidas de ordem moral”. O resultado dessas medidas para o jornal “O Progresso” seria “quasi que o desaparecimento de crimes que dantes eram tão freqüentes”(O PROGRESSO, 1924). Bailes não foram totalmente proibidos; os administradores sabiam da importância do lazer para seus empregados<sup>53</sup>, mas eram promovidos “dentro da maior disciplina”. Sempre criticada por ser a grande responsável pela desnacionalização da fronteira, procurava a Companhia se adequar, modificando costumes e tentando introduzir o uso da língua portuguesa em seus domínios. É o que constatava o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em visita a Campanário em 1926 :

*(...) a população ali falla o castelhano e o guarany; mas a Matte Larangeira procura conquistar toda aquella massa de indios e populações cruzadas com elementos indigenas á orbita de nossa influencia espiritual, ensinando-lhes o portuguez (BRAGANÇA, 1926 : 16).*

No ano de 1939, quando retornou a Campanário, o príncipe teria observado ainda que as crianças, quando por ele argüidas, respondiam muito bem às perguntas sobre a história e “sabiam os nomes de pessoas importantes no governo, exprimindo-se em português”(BRAGANÇA, 1939 : 25).

Campanário e Guaíra, remodeladas por aquele administrador, contavam com

<sup>52</sup> “É rigorosa ali a fiscalização contra o álcool” (PELA FRONTEIRA SUL, 1925).

“A Matte implantou a ‘lei seca’ a que todos os trabalhadores devem obedecer.” (BRAGANÇA, 1926)

<sup>53</sup> (...) o Heitor como os romanos não se descuidava do tratamento do moral de sua gente, elle sabe que tanto o corpo como a alma precisa de distração. E si os romanos assistiam os seus de *panem et*

toda a estrutura capaz de atender aos ranchos, como oficinas, serrarias, olarias, armazéns, etc. Em Campanário foi realizada, também, uma experiência de introdução de mudas de erva-mate, visando a uma exploração mais racional. Não sabemos, no entanto, se essa experiência se efetivou; contudo, era um indício de que a Companhia procurava reduzir custos, tentando obter um controle mais efetivo sobre a exploração. Podemos inferir, também, que os administradores estivessem prevendo que, a médio prazo, o monopólio da Companhia sobre os ervais nativos seria ameaçado.

Seria o fim do saber-fazer paraguaio já nessa época ? Pensamos que não. Como vimos, a introdução da tambora e do cilindro, se por um lado significou aumento da produção, por outro, não teria ainda alterado fundamentalmente o processo de trabalho. A tambora, como se verificou na descrição, não era um equipamento automático, dependia ainda da habilidade do trabalhador que precisava controlar a erva, observando o momento certo de sua retirada. Também o cilindro à tração animal exigia que o trabalhador revolvesse as folhas, observando o ponto certo de sua moagem. Além do mais, esses dois instrumentos não foram instalados em todos os ranchos, só naqueles de maior produção. Serejo afirma que essas modificações não foram introduzidas em todas as ranchadas. Na maioria, diz, permaneceu o trabalho “primitivo”(SEREJO, 1999). Na década de 1930, como se observou, apareceram outras propostas mas, parece que não foram efetivadas.

Contudo, se essas modificações não promoveram alterações profundas ou resultaram numa mecanização no sistema de elaboração da erva, elas podem ser entendidas como tendências à maior especialização dentro do processo produtivo.

O que se conclui, a partir desses dados, é que tanto as modificações impostas pela nova administração quanto as alterações no processo de trabalho, até a década de 1930, ainda não haviam alterado, significativamente, o trabalho ervateiro. Ainda se contava com o saber do trabalhador e com o emprego da mão-de-obra de menores no trabalho ervateiro. A educação nos ranchos ocorria principalmente no trabalho, atendendo, assim, à dura necessidade do trabalhador: a produção de sua precária existência.

Nos dizeres de Serejo, o paraguaio, desde que nascia, já tinha uma predestinação : “criança que nasce em ranchada ervateira fica com cheiro de mate para o resto da vida”. Serejo exprime, em outras palavras, qual era o papel que o

---

*circenses*, Heitor distribue ás suas hostes locro [ espécie de comida forte ], yerba y jeruquy[ baile] ( A CIDADE, 1925 ).

sistema reservara ao trabalhador dos ervais. O trabalho tinha cheiro especial para o ervateiro; era impregnado pelo cheiro da erva : “(...)seu cheiro estava em nós. Vivíamos por ela”( SEREJO, s.d. : 01 ).

### **As relações de trabalho nos ervais : a escravidão por dívidas**

*Para o meu trabalho de elaboração de herva matte e transporte tenho 250 homens promptos e mais elementos necessarios; devendo lembrar a V.Excia. que o pessoal para esses trabalhos é pago adiantado, por supprimentos em mercadorias e dinheiro, afim de se poder contar com elle(...)*

*Thomáz Larangeira*

A frase em epígrafe foi reproduzida de uma carta redigida por Thomaz Larangeira, em 1879, na qual informava ao Barão de Maracaju sobre os seus primeiros trabalhadores, que iria introduzir nos ervais de Mato Grosso. Tendo se iniciado nessa atividade no Paraguai, nos anos 1870, e possuindo experiência para administrá-la, sabia de antemão que, para contar com esse trabalhador, era preciso adiantar seu pagamento, ou melhor, era necessário fazer com que ficasse endividado para que não abandonasse o trabalho.

Muitos trabalhadores paraguaios, no início da exploração, eram prisioneiros no Paraguai e foram trazidos à força por Thomáz Larangeira e pela Companhia. Segundo Serejo :

*(...)eram transportados amarrados o sob vigia e guarda policial, formada entre os bandidos de melhor comportamento e merecedores de confiança, entre os tiranos membros da ADMINISTRACIÓN ( SEREJO, s/d : 14 ).*

Ainda de acordo com Serejo, centenas desses homens foram mortos “ao longo da estrada do martírio”, transformando as povoações ervateiras em cemitérios:

*Alguns anos de elaboração, para depois vir o abandono, para ficar somente no vazio daquelas malfadadas paragens, aquela multidão de cruces toscas lembrando preciosas vidas que ali foram ceifadas(SEREJO, s/d : 14).*

Foram poucos os trabalhadores ervateiros que se dirigiram aos ervais por conta própria. Era preciso buscá-los no Paraguai e na Argentina, oferecendo-lhes um adiantamento em dinheiro, por muitos denominado de *antecipo*. Isto se fazia através

de um sistema de contratação, regionalmente conhecido como *conchavo*, sendo realizado por pessoas indicadas especialmente para esse fim, conhecidas como *conchavadores*. Segundo Puiggari, “antigamente a Empresa [Matte Larangeira] commissionava certos indivíduos para arrebanharem trabalhadores na vizinha Republica, vencendo o commissionado cem mil réis por cabeça” (1933 : 25).

Os peões eram conchavados em algumas povoações da Argentina, em locais de tradição ervateira e, no Paraguai, nas povoações de Concepción, San Pedro, Villa Encarnacion, Capilla-Horqueta, Villa Rica, San Miguel, Caazapá, Caaguazú e Pedro Juan Caballero (SEREJO, 1986 : 94). A historiografia aponta duas maneiras de se realizar o conchavo. Podia o conchavador seduzir o trabalhador com promessas de enriquecimento e adiantar-lhe o pagamento ou forjar uma dívida para depois quitá-la, tornando-se um credor do mesmo.

Após o conchavo, os trabalhadores eram encaminhados para os ervais, sob extrema vigilância dos recrutadores, e com o auxílio das autoridades locais, caso houvesse alguma resistência na hora do embarque (GUILLEN, 1991 : 92).

A dívida contraída pelo trabalhador ervateiro era apenas a primeira dentre muitas que faria ao se estabelecer nos ervais. Consumindo os gêneros de primeira necessidade no local de trabalho, normalmente superfaturados, via-se preso a esse sistema sem ter como escapar. Não raro tentava a fuga mas, apesar de ter um profundo conhecimento das matas (PUIGGARI, 1933 : 29), era recapturado pelos “comitiveiros”, a polícia dos ervais. Nessas circunstâncias, ou era morto ou exemplarmente punido<sup>54</sup>. Não havia perdão para o peão que ousasse fugir, nem mesmo para as mulheres ou para o pequeno “guaíno”:

*Nas cabeceiras do Pirajuy, certa feita, os comitiveiros alcançaram três fugitivos – marido, mulher e um menino de 10 anos – estavam exangues pela peripeçiosa caminhada por dentro de uma mata escura e espinhenta. Nesse mesmo lugar, com hedionda frieza, mataram os três miseráveis cristãos, sepultando-os quase à flor da terra( SEREJO, s/d : 46 ).*

No Paraguai, o sistema de dívidas também vigorou na Industrial Paraguaia, empresa ervateira. Citando dados de Rafael Barret ( s/d ) Laíno (1976 : 223) afirma que, em 1910, existiam em seus domínios cerca de 5.000 peões. Traz tabelas de preços de salário e compara-as com as de preços de mercadorias dentro e fora dos domínios da empresa. Estas tabelas podem ser referências importantes para termos

---

<sup>54</sup> Serejo narra inúmeros casos de peões “desobedientes” surrados com chicotes conhecidos nos ervais por teyu-ruguy e mborebí-piré ( SEREJO, s/d : 22-39).

uma idéia de como as empresas manipulavam os preços, majorando-os em 300, 400 e até 650%, fazendo com que o trabalhador não conseguisse quitar a dívida. Segundo Barret (1909) os valores eram os mesmos nas demais empresas ervateiras que formavam um truste nesse setor. Para se obter o cálculo do salário mensal de um mineiro tomemos os dados fornecidos por esse autor(1909 *apud* Laíno, 1976 : 224 ). Segundo ele, um mineiro “guapo” (forte) costumava carregar “en mejor de los casos” 300 arrobas por mês. Multiplicando sua produção por 0,60 obtemos um total de 180,00. Todavia, esse número poderia variar, já que se toma o valor máximo de produção desse trabalhador.

A seguir, reproduzimos três quadros comparativos entre preços de mercadorias e salários <sup>55</sup>

TABELA 2 - Média dos salários pagos pela Industrial Paraguaia nos anos de 1907-1908 em moeda paraguaia <sup>56</sup>

<b>Atividade</b>	<b>Salário</b>
Mineros	0,60 por arroba
Barbacuá	0,20 por arroba
Atacadores y maquinistas	45,00 mês
Capataces	120,00 mês
Troperos	70,00 mês
Picadores	55,00 mês
Boyeros	60,00 mês
Chateros	90,00 mês

Fonte : Barret ( 1909, *apud* Laíno, 1976 : 223 )

TABELA 3 - Valor das mercadorias nos armazéns da Industrial Paraguaia em moeda paraguaia

<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor</b>
Cebo	Libra	\$ 1,50
Harina 4ª Classe	Libra	\$ 2,00
Maiz	Libra	\$ 2,00
Bayeta de la peor	Metro	\$ 15,00
Pantalón brin de lo peor		\$ 20,00
Camisa la peor		\$ 15,00
Sombrero el peor		\$ 60,00
Poncho		\$ 200,00

<sup>55</sup> Foi mantida a grafia original devido a particularidade de algumas expressões que são tipicamente regionais.

<sup>56</sup>

Fósforos	Caja	\$ 1,00
----------	------	---------

TABELA 4 - Valor das mercadorias em outras localidades do país.

Producto	Unidade	Valor
Bayeta de la peor	Metro	\$ 2,00
Pantalón brin de lo peor		\$ 4,00
Camisa de la peor		\$ 3,00
Sombrero el peor		\$ 12,00
Poncho		\$ 60,00

( LAÍÑO, 1976 :223 )

Esse sistema de elevação dos preços, nos armazéns da Industrial, resultava num endividamento cada vez maior do trabalhador, impossibilitando a quitação da dívida. A empresa proibia a entrada de concorrentes e se aproveitava da dificuldade de o trabalhador adquirir esses produtos fora de seus domínios, fazendo com que fosse obrigado a trabalhar infinitamente até saldar sua dívida.

No Paraguai, o regime de endividamento e de encarceramento teve pleno apoio das autoridades. O apoio a que estamos nos referindo não foi apenas ocasional ou informal. Esse regime de trabalho teve amparo legal no Paraguai. Através da legislação trabalhista de 1871, as empresas instaladas nesse país passaram a ter garantias legais à instituição da escravidão por dívida, obtendo, por meio desta, a certeza de que teriam meios eficazes para controlar o trabalhador. Observemos, então, o que dizia essa legislação em relação ao trabalho:

*Considerando que en conocimiento que los beneficiadores de yerba y otros ramos de la industria nacional, sufren constantemente perjuicios que les ocasionan los operarios, abandonando los establecimientos com cuentas atrasadas y que las autoridades respectivas que debieran vigilar se interesan poco en cortar semejantes abusos, perjudiciales al progreso de la industria y, considerando que es un deber del Gobierno proteger al comercio en sus empresas(...) : 1° ) Todo peón conchavado para el trabajo de cualquier industria nacional (...) no podrá abandonar sus faenas, sin espreso consentimiento del dueño del establecimiento, o su representante en el lugar de la industria, sin un motivo justificado. 2° ) En todos los casos que el peón precisase separarse de sus trabajos temporalmente deberá obtener el dicho asentimiento por medio de una constancia firmada por el patrón o capataces del establecimiento . 3° ) El peón que abandone su trabajo sin este requisito será conducido preso al establecimiento, si así lo pidiere el patrón, cargándosele en cuenta los gastos de remisión y demás que por tal motivo origine. 4° ) El juez a cuya jurisdicción corresponde el establecimiento, entenderá esclusivamente en demanda sobre estas causas com declinación del fuero*

*domiciliar(...). 7º) El peón conchavado que abandone su trabajo y no fuese hallado en su vecindad será objeto de una requisitoria que las respectivas autoridades espedirán a pedido del interesado, en concepto de lo que establece el artículo 3º (...). 9º) El peón que tuviere que mudar de patrón, no podrá admitirse en ningún outro conchavo sin un certificado del patrón com quien estaba, en el cual conste la cancelación de su cuenta(...)(LAÍNO, 1976 : 31-32).*

O consumo de gêneros nos armazéns<sup>57</sup>era debitado em cadernetas e controlados segundo a produção do trabalhador. Consumia-se, basicamente, charque, fumo, sardinha, leite, pinga e perfume que, segundo Serejo, “proporcionavam lucros espantosos aos habilitados”(s/d : 56). Todavia, caso faltasse alimento, era comum ocorrerem revoltas nos ranchos:

*Adoidados todos,inclusive as mulheres, depredam, xingam, atacam. E não foram poucas as vezes que saquearam, até o último, a comissaria, meteram fogo na vaqueria, surraram e...mataram (SEREJO, s/d : 56).*

Se o sistema de endividamento do trabalhador foi comum na indústria do mate ele também não fugiu à regra nos demais recantos do país. É preciso observar que o sistema de endividamento vigorou também nas fazendas de café, nos seringais do norte, nas usinas de açúcar, levando os trabalhadores a se manterem presos num regime de semi-escravidão.

Marques assim retrata as condições do seringueiro do norte de Mato Grosso :

*o seringueiro é um produto essencial do meio. É quasi um escravo pela fôrma por que é exercido este mister. O commerciante adianta-lhe o vestuário e os víveres para determinado período de tempo, findo o qual o seringueiro volta a entregar-lhe o resultado de seu trabalho.(...) alguns debandam para outras terras com o producto da colheita, mas são aventureiros que vêm de outros pontos nessa época. Não conhecem outra profissão. A lavoura não os seduz. É a prisão(MARQUES, 1923. 87 -88).*

Segundo Prado e Capellato (1997 : 296- 297), o trabalhador dos seringais era proveniente do nordeste do país. Lá era contratado e encaminhado à Amazônia com o preço de sua passagem debitado em sua conta. A dívida ia aumentando com o consumo de alimentos e utensílios utilizados para o trabalho de extração, cujos preços eram majorados em mais de 100%. Não conseguindo quitar a dívida, o seringueiro se desesperava e pensava na fuga, extremamente difícil, tanto pelas

---

<sup>57</sup> Os armazéns eram denominados de comissarias nos ervais.

distâncias que haveria de percorrer quanto pela vigilância realizada pelos capangas. Trabalhava cerca de 16 horas por dia. Era acometido por inúmeras doenças e “não raramente enlouquecia, entrava no interior da selva onde logo acabava morrendo”<sup>58</sup>(PRADO E CAPELATO 1997 : 297).

Nos pantanais mato-grossenses, os peões boiadeiros ou “camaradas”, segundo Virgílio Corrêa Filho (1946 : 122 – 124), empregavam-se “de acôrdo com as normas vigentes, mediante remuneração ajustada (...) não obstante, contraíam dívidas, que raramente conseguiam resgatar”.

O depoimento de Augusto Machado<sup>59</sup>, relatando a situação em que vivia grande parte dos trabalhadores rurais no Brasil, demonstra que eram poucos os que recebiam o pagamento em dinheiro :

*O seu número pode ser calculado em 8 a 10 milhões, com as respectivas famílias. As suas condições de vida são as piores possíveis. Nunca recebem dinheiro, mas apenas vales ou moedas próprias de cada fazenda. Temos em nosso poder uma da usina Itaicy, de Mato Grosso e outra da Usina Cansanção de Alagoas. A primeira é uma pequena moeda de alumínio, mal feita, dando de um lado o nome da Usina e de outro, a designação de “1/2 tarefa” correspondente a meio dia de trabalho e a seguinte legenda : “O trabalho dignifica o homem.”*

*A segunda é uma liga de cobre ou bronze muito bem cunhada, indicando o no. 500 isto é, \$ 500 (Grifos do autor)(MACHADO, 1934 : 157 apud BASBAUM 1986 : 154-155).*

Na Matte foi muito comum o uso de moeda própria, denominada de “giro” pelos fronteiriços (SEREJO, 1999). Circulava não apenas nos ranchos ou na Administração mas, também, era aceita em todo comércio local.

Contudo, era raro o trabalhador receber seu pagamento em dinheiro, já que a dívida servia como mecanismo para a manutenção da mão-de-obra. Apesar de haver registros de que o pagamento em dinheiro ocorria apenas em determinados casos é preciso observar de que maneira ele se dava. Serejo ( s/d : 26-28) afirma que quando o *peão* tinha bom comportamento e tempo de seis meses de trabalho, ganhava uma passagem de ida e volta para Posadas (Argentina) e uma certa quantia em dinheiro. Lá o trabalhador gastava todo o seu dinheiro em jogos, mulheres, bailes, bebidas, etc., e novamente retornava aos ervais com sua dívida engordada. Repare que a

---

<sup>58</sup> Evaristo Josetti, diretor interino da Repartição de Terras, Minas e Colonização do estado de Mato Grosso, no ano de 1901, atribuía o endividamento dos operários da indústria extrativa aos “exageradíssimos” preços dos alimentos que tinham que ser importados.

<sup>59</sup> Título da obra : A caminho da revolução operária e camponesa.

passagem de volta já estava garantida, isto é, a garantia de volta desse trabalhador já era certa para a Companhia.

Assim, o trabalho no campo revelou relações muito parecidas, mas que só podem ser entendidas a partir da análise de suas razões históricas. José de Souza Martins (1981 : 62-63) ao analisar o regime que antecedeu ao colonato nas fazendas de café, regime de parceria, ajuda-nos a entender melhor o regime de trabalho adotado no campo. Esse autor afirma que as relações que se estabeleceram nessa forma de exploração de força de trabalho não podem ser definidas como relações tipicamente assalariadas, por não ter como mediador o salário em dinheiro. Antes de começar a produzir, o imigrante já entrava no processo produtivo como renda capitalizada (custos de viagem, estadia etc.). Por terem custeado a vinda desse trabalhador para as fazendas de café, os fazendeiros se sentiam obrigados a manter esses trabalhadores sob regime de cativo. Assim sendo, o imigrante, nessas condições, poderia ser livre juridicamente mas não o era economicamente; era o fazendeiro que possuía a sua propriedade (MARTINS, 1981 : 63). Só após a entrada do Estado como intermediador dessa mão-de-obra é que foi possível quebrar a dependência às dívidas.

Ao contrário de diversos autores clássicos, que afirmam que as relações no regime de colonato podem ser definidas como assalariadas e, sendo assim, capitalistas, Martins se nega a considerá-las como formas caracteristicamente capitalistas. Para Martins,

*O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. (MARTINS, 1981 : 21).*

Essas formas de relação, diferencialmente adotadas, foram incorporadas pelo capital de acordo com as condições dadas de cada lugar. O trabalho compulsório, por exemplo, apesar de não expressar uma relação “desejável”, ou seja, uma relação mais desenvolvida do capitalismo, foi a única forma que o capital encontrou de se expandir e garantir a acumulação, nos locais onde as terras eram livres e sem controle. Em “Teoria moderna da colonização”, Marx afirma que, diferentemente da

Europa, o capitalismo encontrava barreiras nas colônias americanas, no período de imigração livre, pois ali as terras se encontravam, ainda, praticamente inexploradas e livres:

*Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo do florescimento das colônias quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital (MARX, 1984 : 887).*

Ocorria que os imigrantes passavam a ocupar rapidamente as terras devolutas e tornavam-se proprietários independentes. Dessa maneira, o capitalista tinha que pagar altos salários resultantes da escassez de mão-de-obra. Ora, era impossível, assim, criar uma massa de assalariados para o capital ou, pelo menos, uma superpopulação relativa de assalariados. Era preciso criar barreiras para impedir que o trabalhador tivesse acesso fácil à terra :

*A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial, confinada dentro de limites convenientes à exploração capitalista, uma relação de dependência absoluta(...)(MARX, 1982 : 888).*

Marx chama a atenção, também, para o fato de o capitalismo ter criado formas de resolver a escassez de mão-de-obra nas colônias, utilizando-se da alta valorização das terras, isto é, uma maneira de evitar que o trabalhador pudesse ter acesso a ela : “o preço da terra imposto pelo estado deve naturalmente ser suficiente, isto é, tão alto ‘que impeça os trabalhadores de se tornarem agricultores independentes’ ”(1984 : 893).

Esse mesmo processo descrito por Marx, isto é, de acumulação primitiva e expropriação dos trabalhadores, já havia se iniciado na região do Prata.<sup>60</sup> Com a alta valorização das terras, as condições de o trabalhador se tornar proprietário independente foram praticamente inviabilizadas. Ou seja, as “barreiras” do capitalismo já estavam praticamente criadas.

---

<sup>60</sup> Estaremos tratando da acumulação primitiva e expropriação dos trabalhadores no capítulo 2.

Mas, se as terras, nessa época, estavam em posse de pequeno número de empresas na região, não havendo mais possibilidades de o trabalhador garantir a sua sobrevivência, a não ser se empregando em seus domínios, poderíamos afirmar, então, que não se justificaria a necessidade de a Matte adotar o sistema de dívidas, pois, se assim fosse, haveria uma maior oferta de mão-de-obra.

Acreditamos que a explicação para a adoção do sistema de endividamento nos ervais, ou seja, a escravidão por dívidas, deve ser buscada no tipo de organização de trabalho que lá se adotou. Como vimos, o sistema manufatureiro do trabalho nos ervais necessitava de um trabalhador especializado, isto é, a mão-de-obra paraguaia ainda era essencial para a produção do mate. Só com a mecanização do processo do trabalho é que seria possível haver uma dispensa desse trabalhador e um aumento na oferta de mão-de-obra. Ora, sabemos que esse processo, ainda, nessa época, não havia ocorrido. Se o trabalhador se evadia era porque ele podia se empregar em outras empresas da região, que ainda necessitavam dele. A oferta de emprego nos ervais era grande, pois, além do Paraguai, era possível se empregar no Paraná ou, ainda, na Argentina. Podemos considerar também que, apesar do controle que se dava nas terras da fronteira, o contrabando atraía parte desses trabalhadores, dificultando um total controle sobre essa população, como sugere o superintendente da Companhia em 1908:

*(...) anualmente tem causado sérios prejuízos a nosa(sic) companhia e semeado a descórdia(sic) sobre os nossos leais empregados que acabam sendo vítimas das idéias de liberdade e ócio que acreditam existir no seio destes bandidos.(...)(Ofício apud GAETA, 1995 :250).*

O que pode então explicar o sistema de dívidas empregado pela Matte era a dependência da mão-de-obra paraguaia que era insubstituível, devido ao controle que esse trabalhador tinha do processo de trabalho.

Por outro lado, poderíamos indagar a razão pela qual se pagavam baixos salários aos trabalhadores, adotando a mais-valia absoluta, se havia na região uma escassez de mão-de-obra.

Ora, não era só a Matte que dependia do trabalhador. O trabalhador paraguaio estava ligado culturalmente a esse trabalho; para o paraguaio, o trabalho ervateiro não significava apenas um meio de garantir sua sobrevivência, mas, também, uma forma de se universalizar.

Essa foi a mão-de-obra do mate que, devido à sua especialidade, resultante da ligação cultural com esse trabalho, foi responsável pela riqueza e pela sustentação de um ciclo econômico em Mato Grosso.

A seguir, tentaremos caracterizar como se formou essa classe de proletários na fronteira, que veio atender às necessidades de exploração da erva- mate.

## CAPÍTULO 2 – OS TRABALHADORES DOS ERVAIS MATO-GROSSENSES

### “Os filhos do clima”: os primeiros trabalhadores da fronteira

A região da fronteira de Mato Grosso com o Paraguai, durante muito tempo, foi uma região povoada por índios, espanhóis e paraguaios. Em meados do século passado, essa região começa a ser habitada por imigrantes mineiros e paulistas, atraídos pelos vastos campos favoráveis à criação de gado<sup>61</sup>, e militares responsáveis pela defesa do território brasileiro.<sup>62</sup>

Mas é após a Guerra, com a liberação do rio Paraguai e a facilitação da comunicação com os países do Prata, que a fronteira sul de Mato Grosso passa a merecer maior atenção dos governantes, preocupados com a exploração clandestina da erva-mate, que começava a se iniciar nessa região.<sup>63</sup> O franqueamento da navegação do rio Paraguai foi um fator importante, que contribuiu para facilitar o acesso da província de Mato Grosso ao mercado mundial, permitindo que regiões como as da fronteira recebessem um maior número de imigrantes. Capitalistas passaram a investir em fábricas, como as de sabão, e serrarias movidas a vapor, ambas instaladas em Corumbá, principal entreposto comercial da província (MATO GROSSO, 1880). O comércio em Corumbá foi dinamizado com a instalação das principais casas comerciais da região que intermediavam a ligação com o comércio exterior. Empresas estrangeiras começavam a se instalar na região adquirindo terras e monopolizando a produção.

---

<sup>61</sup> Segundo Lucia Salsa Corrêa, o processo migratório nos anos 1830, 1840, 1850, para o sul de Mato Grosso, deu-se através de duas vertentes. A primeira, procedente do Norte de Mato Grosso, veio fugindo da crise política desencadeada pelo movimento nativista conhecido como Rusga (1834). Essa primeira vertente se instalou no Pantanal, nos vales dos rios tributários do Baixo-Paraguai e na região da Vacaria. A segunda vertente, constituída por mineiros e paulistas, foi a que chegou a ocupar parte da fronteira com o Paraguai, na região do vale do rio Miranda, rios Ivinhema, Iguatemi e Apa, à procura de campos para criação de gado.

<sup>62</sup> Segundo João Batista de Souza (1949: 125-126), em informações colhidas pelo viajante Henrique Rohan, a população do Baixo Paraguai, ou seja, de Miranda, Camapuã, Anhanduí e Vacaria era de 4.498 habitantes, sendo 664 civilizados e 3.834 índios. Segundo Pimenta Bueno (1880: 93) havia na região da fronteira, nos anos 1870, “duas aldeias de índios Cayoaz e Guarany, ambas com mais de 160 almas”, dirigidas pelo capitão João Caetano Teixeira Muzzi. Havia ainda, segundo ele, a Colônia de Dourados (destruída na guerra e restaurada em 1873), dirigida por Rogaciano Monteiro com 19 praças e “poucos moradores nas circunvizinhanças” (1880: 94)

<sup>63</sup> Em 1879, o presidente de província, Barão de Maracaju, cria duas agências fiscais para arrecadação do imposto sobre o mate, uma na serra de Maracaju e outra na serra de Amambai (Relatório, 1880)

As estatísticas oficiais sobre a população de Mato Grosso apontam um crescimento significativo, nos anos do pós-guerra. No que se refere à população estrangeira, o salto ocorrerá após o ano de 1900. Vejamos, então, os dados dos anos de 1872 a 1920:

TABELA 5 - População do Estado de Mato Grosso segundo a nacionalidade: 1872-1920

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1872	58.748	1.669	60.417
1890	91.827	959	92.827
1900	105.820	12.205	118.025
1920 <sup>64</sup>	220.948	25.321	246.612

Fonte : CORRÊA FILHO (1969 : 635-637)

Desde a época colonial, Mato Grosso vinha sofrendo de uma deficiente comunicação com o resto do país. As estradas que faziam a ligação da província com a Corte, no Rio de Janeiro, eram extremamente precárias<sup>65</sup>. Além disso, as viagens se tornavam bastante dispendiosas e perigosas. A abertura da navegação do rio Paraguai, além de reduzir o tempo de viagem e barateá-la, permitia que a província viesse estabelecer contato com os países do Prata beneficiando-se com inúmeras vantagens, sendo a principal delas a promoção da comunicação com o comércio mundial, facilitando a importação e exportação de mercadorias, algumas até desconhecidas em Mato Grosso<sup>66</sup>.

<sup>64</sup> No ano de 1920, segundo o censo demográfico aparecem 343 habitantes de nacionalidade ignorada.

<sup>65</sup> A principal estrada utilizada era a de Goiás. Numa viagem realizada por essa via, no ano de 1818, D'Alincourt registra em seus apontamentos, de São Paulo à Cuiabá, uma distância de 355  $\frac{3}{4}$  de léguas, e de 125 o número de pousos entre uma cidade e outra, ou seja, teria percorrido 2.347,95 km em 4 meses e 5 dias de viagem. (D'Alincourt apud Alves, 1986 : 11). Francisco Antonio Pimenta Bueno, em 1879, contratado pelo governo imperial para proceder a um estudo sobre as potencialidades de Mato Grosso, incluídas as vias de comunicação, constata inúmeros problemas neste setor. Analisando o caminho de Goiás relaciona as dificuldades: falta de destacamentos – possuía apenas dois – para proteção dos ataques indígenas que eram constantes, poucos pousos de abastecimento e a má condição das estradas que comportavam apenas cargueiros. Propõe a melhoria das condições das estradas, o aumento de pousos e destacamentos e a concessão de terras gratuitas, aumentando o contingente populacional no interior a fim de assegurar um maior provisionamento para os viajantes (1880 : 23, 56). O presidente de província José Antônio Pimenta Bueno, em 1836, denominou essa via de “trilha de salteadores”, tamanha insegurança de que eram acometidos os viajantes (Corrêa Filho, 1969 : 496).

<sup>66</sup> A fim de estimular o comércio da província de Mato Grosso, já no ano de 1869, o governo imperial decreta, por 2 anos, a isenção dos impostos de importação e de exportação (Corrêa Filho, 1969 : 552).

Foi nesse contexto de mudanças que a região da fronteira com o Paraguai começou a receber maior atenção do governo provincial no sentido de viabilizar condições para que a área fosse liberada, para fins de exploração. Na região da fronteira com o Paraguai, a atuação da Comissão de Limites em território mato-grossense que tinha como intuito a demarcação dos limites entre o Brasil e o Paraguai.<sup>67</sup> contribuiu sobremaneira para a liberação da área povoada por indígenas. Da missão de “desocupação” da área foi incumbido o Major Antônio Maria Coelho, que utilizou para esse fim cerca de “50 praças da infantaria e 10 de cavalaria”<sup>68</sup>.

Assim, com os interesses voltados à região, os exploradores passam a expulsar os índios da fronteira e a submetê-los à catequese e ao trabalho forçado (CORRÊA, 1997 : 145-146).

As tribos Teis e Caiuá foram aproveitadas no trabalho dos ervais, como afirma Serejo nessa passagem:

*a industrialização da erva-mate, mais se incorpora de ano para ano, com o aumento considerável de peões paraguaios e correntinos, bem como índios das tribos Teis e Caiuás. Reduzidíssimo, o número de brasileiros (SEREJO, 1986 : 36).*

Através dos documentos oficiais dos anos 1880, podemos ter uma noção de como esse processo foi difícil para a população indígena que, ao resistir, teve que enfrentar o extermínio de seus membros e conviver com a pobreza e a escravidão.

A resistência cerrada dos índios era ressaltada pelos presidentes de província como um dos graves problemas que a administração precisava resolver no que se

---

<sup>67</sup>Partindo da região do rio Apa até o Salto das Sete Quedas ( Guaíra )os trabalhos da comissão foram iniciados em 16 de agosto de 1872 e terminaram em 24 de março de 1874. Grande parte do reconhecimento das terras que permaneciam em litígio entre o Brasil e o Paraguai foram feitas pela comissão de limites. Após a guerra, o Paraguai perde definitivamente uma extensão territorial de 156.415 Km situada na região entre o rio Apa e Branco, rica em ervais.

<sup>68</sup> “De outra maneira não seria exequível a magna tarefa, a que os nativos se oporiam, decididos a impedir a entrada de estranhos em seus domínios” (CORRÊA FILHO, 1957: 49). Os primeiros desbravadores também tiveram que lidar com a resistência indígena como aponta Hélio Serejo através dessa passagem : “Tomaz Laranjeira, durante anos a fio, na fase difícilíssima da implantação dos trabalhos da elaboração do mate, teve que se empenhar em duras refregas contra os índios habitantes da região, tais como : *cayuás, guaycurus, mbaiás, Kynuas, ahins, humegais, guatós, nuaras, guapís*, e mesmo os ardilosos e traiçoeiros *chavantes*, bem como o *teis* errantes. Estes silvícolas – verdadeiros donos da terra – nessa época, já faziam uso intensivo da caá [ erva-mate ]. Como aí viviam, embora “guerreando” entre si, achavam-se com direito de defender as *matas, os campos, as aguadas e os ervais nativos*. Estes aborígenes, que ocupavam a faixa da fronteira entre os rios Iguatemi e Pardo, *totalmente selvagem* – segundo vários historiadores, inclusive paraguaios – possuíam espantosa versatilidade, uma vez que, *conforme a conveniência do momento*, ora se diziam brasileiros, ora paraguaios ( grifos do autor ) ( SEREJO, 1986 : 107-108 ).

refere à segurança individual e de propriedade<sup>69</sup>. As constantes *correrias indígenas* ameaçavam inúmeros proprietários e foram, por muito tempo, consideradas como verdadeiras barreiras para o progresso e a civilização, pois impunham obstáculos para a colonização das grandes áreas tidas como desocupadas. O problema era encarado com tamanha gravidade que, no ano de 1881, o Barão de Maracaju, ao realizar um relato sobre os problemas administrativos de sua gestão ao seu sucessor, abre o documento já alertando sobre a extrema dificuldade em resolver os problemas dos ataques indígenas no interior. A seu ver, a “falta de repressão” tornava os selvagens mais “audaciosos”. As *correrias indígenas*, ainda segundo o Barão, tinham aumentado de proporção “(...)especialmente de 1854 em diante, pelo descuido dos lavradores e pela falta de resolução para perseguir-os após os ataques(...)”(MATO GROSSO, 1881). Considerando os precários levantamentos realizados à época e a baixa densidade demográfica da província, o número de vítimas referentes aos ataques indígenas, relacionado pelo ex-presidente, é significativo: de 1875 a 1880 teria havido um total de 204 mortos e 43 feridos<sup>70</sup>.

Os índios reagiram enquanto puderam e não costumavam dar folga aos colonos e aos fazendeiros. Eram várias as reclamações por parte dos proprietários rurais<sup>71</sup>. Não encontramos, porém, um levantamento a respeito dos assassinatos também cometidos contra os índios que, por sinal, devem ter atingido números bem maiores.

---

<sup>69</sup> Assim se refere o presidente de província Barão de Batovy, em relatório dirigido à Assembléia Legislativa em 1884, sobre os ataques indígenas : “É uma das principais questões a resolver-se n’esta província – o afugentamento dos indios para grandes distancias, afim de deixarem os lavradores tranquilos em suas habitações”( MATO GROSSO, 1884: 12 ).

<sup>70</sup> O próprio Barão de Maracaju nos dá uma idéia de como eram precários os levantamentos estatísticos. No ano de 1876, por exemplo, apontava o assassinato de apenas uma mulher, embora ele já soubesse que teriam sido inúmeros os casos de vítimas : “apesar de haverem-se dado muitos”. Pimenta Bueno ao fazer uma estimativa da população no ano de 1879, afirmava não ser possível confiar nos dados estatísticos daquele período, dadas as dificuldades encontradas para recensear a população que se encontrava distante e dispersa, bem como a inexistência de pessoal habilitado para esse serviço ( BUENO, 1880 : 73 ).

<sup>71</sup> O relato do presidente de província Joaquim Galdino Pimentel expõe, em 1886, o drama vivido no interior pelos fazendeiros que sofriam com os ataques : “(...)índios da tribo Paricis, das margens do rio Guaporé atacarão cinco situações de lavoura nas proximidades da cidade de Matto-Grosso, destruirão plantações e obrigarão os proprietários a refugiar-se na cidade com suas famílias. A 12 de Dezembro alguns da tribo dos – Coroados – matarão duas mulheres e ferirão outras duas na fazenda do Recreio da margem do rio S. Lourenço. Durante os sete ultimos dias do mez de Abril os referidos indios Paricis arrojaram-se a chegar até a mesma cidade de Matto-Grosso, conseguindo matar duas pessoas e ferir um soldado. Igual audacia tiverão os Coroados accomettendo a 16 de Maio pela manhã a villa de Diamantino donde farão repellidos pela força de linha alli destacada depois de terem morto uma mulher sexagenaria, ferido a outra e saqueado tres casas ( MATO GROSSO, 1886 ).

Na visão dos conquistadores, o índio representava um entrave à civilização. Seria útil apenas como mão-de-obra, logicamente, depois de civilizado. Dessa maneira, a ocupação das terras em Mato Grosso não poderia ser pensada, naquele momento, como invasão do território ocupado pelos índios. Era apenas a civilização chegando e tentando reverter o atraso em Mato Grosso. Assim, sob a ótica burguesa, não era o fazendeiro que invadia o espaço do índio, era apenas o contrário.

A catequese foi, em grande medida, a solução encontrada pelo poder público para conter os indígenas. O Barão de Maracaju já chamava a atenção para esse problema, considerando a catequese como único meio de conter a onda de ataques. Haveria, segundo ainda o Barão, outra maneira de contê-los, qual seja, transformá-los em trabalhadores para o capital: “(...) tornar úteis á lavoura tantos braços que jazem desaproveitados e que só lhe têm sido nocivos, compensando assim a falta de emigração para esta provincia (...)”(MATO GROSSO, 1881). Na verdade, a catequese serviu como recurso educativo que possibilitou a preparação do indígena para o trabalho.

Para os administradores eram os índios, ainda, os principais culpados pelo atraso do desenvolvimento da agricultura em Mato Grosso, como evidencia o presidente de província Barão de Batovy, em 1884 : “(...) sómente aos indios bravios se deve a decadencia em que se acha a lavoura da provincia”(MATO GROSSO, 1884). Essa idéia também era compartilhada, dois anos após, pelo presidente de província Dr. Joaquim Galdino Pimentel : “(...) a industria e a lavoura definham cada vez mais pelas frequentes aggressões dos selvagens” (MATO GROSSO, 1886).

Os índios, apesar da resistência, não puderam escapar do processo de exploração a que eram submetidos, sendo obrigados a servir de mão-de-obra para os capitalistas da região. Pensando na solução para a escassez de mão-de-obra em Mato Grosso, o presidente de província José Joaquim R. Ferreira, em 1887, afirmava: “considere-se que innumerous serviços poderiam prestar a lavoura e a industria extractiva esse milhares de homens filhos do clima”(MATO GROSSO, 1887). A falta de trabalhadores para o Estado já estava em vias de ser resolvida.



FIGURA 12 – Trabalhadores.

FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

### **A chegada dos imigrantes paraguaios e gaúchos**

Após a guerra<sup>72</sup>, a fronteira passa a atrair um novo contingente de imigrantes originários do Paraguai .

Os paraguaios se dirigiam para Mato Grosso fugindo da crise econômica do pós-guerra e das mudanças que se operavam no Paraguai, cujos reflexos afetaram diretamente o camponês que perdera a terra como seu único meio de sobrevivência. Foram vindo pela fronteira seca, em grandes levadas, e representaram uma das maiores ondas de imigração ocorridas na fronteira sul de Mato Grosso. Muitos, não tendo capitais disponíveis, ocupavam as terras devolutas e logo eram expulsos pelos grandes proprietários acusados de cometerem crimes na região :

*(...) nesta Colonia tem entrado para as terras devoluta ( sic ) desta para mais de dez familias, Nacionaes e Estrangeiras, maior parte são vindas da Republica vizinha, e continuam a entrarem pelo motivo de não Ter aquelle governo mais terras Nacionaes, por haver-las vendidas a particulares.../ Esta Colonia [ Miranda ] dista doze leguas mais ou menos a Povoação de Nioac, e igual distancia do destacamento de Bella Vista, fica esta Colonia em um centro mais ou menos povoado por muitos Fazendeiros que vivem da agricultura, e Pastoral, em sua convisinhança : há mas de sesenta familias, e que reclamão uma força armada para suas garantias; Comsecotivamente nesta visinhança se tem dado muitos factos criminozos, ... serêm de mortes, ferimentos, tentativas de mortes e furtos de animaes e outros crimes e que a maior parte delles tem ficado em punes ( sic )... os criminozos já tem se emvadidos ( sic ) para a Republica visinha... ficando elles impunes” (PINHEIRO, 1889apud CORRÊA, 1997 : 225).*

<sup>72</sup> Vide Anexo I.

Alguns desses imigrantes vinham, também, pelo porto de Corumbá, não sendo raro o seu retorno ao país de origem, quando se deparavam com a falta de apoio do governo da província. Desde a década de 1870, era preocupação do Estado incentivar a colonização de Mato Grosso através da concessão de terras a colonos vindos de outros estados ou países. Para tanto, criara, nesse período, uma Agência de Colonização no município de Corumbá, responsável por atender os imigrantes que chegavam àquele porto (CORRÊA, 1997 : 286). Para efetivar seu plano de colonização, o governo provincial distribuía passagens gratuitas nos portos platinos até o porto de Corumbá. A maioria dos imigrantes não conseguia se estabelecer, ou por não conseguir terras para se fixar ou por não conseguir trabalho naquela localidade e acabava retornando ou se marginalizando. Nas palavras do Agente de colonização, os imigrantes que chegavam ao porto de Corumbá eram “uma gente pouco merecedora de favores (...) em sua quase totalidade refugio do Rio da Prata (...)” ou até mesmo “artistas e simples trabalhadores”(FONTOURA, *apud* CORRÊA, 1997 : 286).

Mais tarde, a partir dos anos 1890, a fronteira passou a receber também, imigrantes gaúchos atraídos pela fama dos vastos ervais e campos para criação de gado <sup>73</sup>. Procurando fugir da crise política que assolava o Rio Grande do Sul, ocasionada pela Revolução Federalista de 1893, essa população, numa aventureira viagem rumo ao incerto, enfrentou muitos reveses para conseguir produzir independentemente. A Companhia Matte Larangeira já ocupava grande parte das terras inviabilizando a livre ocupação por essa população:

*Quando algum conseguia uma ponta de cabeceira desocupada, onde o velho posseiro não ambicionava, erguia então o cansado gaúcho a morada, embora com desconfiança, porque fôra despejado pela companhia Mate Laranjeira, a concessionária(...)acampava na carrêta que trouxera a família até erguer o rancho, fazendo tudo provisório, por receio de não se acostumar, ou de ser obrigado pelas leis a mudar-se(BARBOSA, 1965:31).*

Na região dos ervais, a população foi aumentando ano a ano com a vinda desses imigrantes, observando-se um significativo incremento populacional, a partir de 1920. Inúmeras cidades como Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Nhu- Verá (Antonio João), Nioaque, Amambai, Iguatemi, ou seja, as cidades que se

---

<sup>73</sup> Segundo Astúrio Monteiro de Lima (1978 : 40 – 45) os anos de 1892 a 1905 foram os de maior afluxo de imigrantes gaúchos na fronteira .

localizavam no extremo sul do estado, tiveram seu desenvolvimento incrementado ou foram fundadas com o advento dessas populações que adentravam a fronteira, aumentando o contingente populacional.

O censo de 1889, por exemplo, apontava para a comarca de Miranda, que abarcava os municípios de Miranda, e as freguesias de Coxim e da fronteira Nioaque, um total de 10.000 habitantes (SIQUEIRA, 1999 : 79). O censo de 1900 apontava para o município de Nioaque, que já se tornara independente, um total de 10.286 habitantes e para o de Miranda o de 4.484. Se compararmos os números do levantamento de 1900 e o de 1889, temos aí um crescimento populacional na ordem de 47%. O fato de Nioaque ter-se desmembrado da comarca de Miranda, transformando-se em vila em 1900 (GUIMARÃES, 1992 : 151), já nos dá a dimensão do crescimento dessa região e de outras localidades do sul do Estado.

Nessa época, Nioaque<sup>74</sup> vai ser uma importante referência no sul de Mato Grosso, centralizando todo o movimento comercial e político da região, atraindo inúmeros povoadores, sobretudo a população sul-rio-grandense (GUIMARÃES, 1992 : 154).

Outra cidade que passa a crescer devido ao advento dessas populações é Ponta Porã, que começou a ser habitada à época das primeiras incursões pelos ervais, por volta de 1880, e ainda em 1900, como diria Corrêa Filho, “nada mais seria que animado acampamento de ervateiros” (1957 : 50). No período anterior à penetração de exploradores de erva-mate, Ponta Porã era ponto de passagem, lugar onde índios e militares faziam descanso junto a uma lagoa de águas límpidas, circundada por um campo muito belo que recebeu o nome guarani de Punta Porã que significa Ponta Bonita (GUIMARÃES, 1992 : 41). Já no ano de 1880 era um lugar onde circulavam “desertores” e mercadorias contrabandeadas para o Paraguai, segundo ofício enviado pelo capitão Rogaciano Monteiro de Lima ao Presidente de província, Barão de Maracaju, no qual alertava para a necessidade de se enviar um destacamento para um “lugar denominado Punta Porã”(MATO GROSSO, 1880 : 59)<sup>75</sup>. Três anos depois, era ali instalada uma agência fiscal para arrecadação do imposto de exportação (MATO GROSSO, 1883 : 16).

---

<sup>74</sup> Nioaque começou a se povoar em meados do século passado, a partir da transferência de um pequeno destacamento militar da região de Miranda ( SOUZA, 1949 : 136 ).

<sup>75</sup> O Barão de Maracaju criava em 1879 e em 1880 duas agências fiscais para arrecadação do imposto do mate. Uma na região da serra do Amambai e outra na serra de Maracaju (MATO GROSSO, 1880 : 158) .

De passagem pela fronteira sul, o major Cândido Rondon assim descrevia o lugarejo Ponta Porã, no ano de 1905 :

*Ponta Porã, povoado com rancharia de zinco e capim, numa planície imensa, sem rio que o abastecesse, apenas uma lagoa para servidão pública. Havia, entretanto, nos arredores cabeceiras que poderiam fornecer boa água àqueles 1.000 habitantes. O comércio fazia-se com Concepción, através da célebre picada do Cirigüelo, por onde passou Lopez [Solano], na retirada de Cerro Corá. (RONDON, s/d apud GUIMARÃES, 1992 : 50-51)*

Mas nos anos seguintes é que se evidencia um significativo crescimento econômico dessa localidade. Segundo Pedro Angelo da Rosa (1962 : 50), em 1914, havia em Ponta Porã 2.325 casas e 17.340 habitantes. Nota-se, assim, um considerável aumento populacional se compararmos com os levantamentos anteriores.

Contudo, é difícil precisar com rigor o número dos imigrantes que entravam em Mato Grosso. Lúcia Salsa Corrêa (1997 : 278), tentando obter números da imigração gaúcha no sul do Estado de Mato Grosso, também levanta o problema da falta de informações corretas e seriadas sobre o movimento migratório, pois os dados de que se dispõem são esparsos e, algumas vezes, hipotéticos. De qualquer maneira, baseando-se nos dados de dois cronistas, essa autora traz algumas informações que podem ser utilizadas como cálculos aproximados. Um desses cronistas, Emílio Garcia Barbosa, afirmava que nos anos de 1893 a 1898, teriam vindo para Mato Grosso cerca de 10.000 gaúchos. (Barbosa, 1963 – 161 *apud* CORRÊA 1997 : 278). Arrojado Lisboa (1909 : 163), o segundo cronista citado por Corrêa, se referindo à primeira década do século XX, afirma que era de 7.000 o número de gaúchos que penetraram o sul do estado .

Os dados estatísticos oficiais sobre a população em Mato Grosso, afora os de 1920, não discriminam a população estrangeira por nacionalidade. No entanto, encontramos alguns dados dispersos que apresentam de forma discriminada a entrada de estrangeiros em Mato Grosso. No ano de 1875, foi assinalada uma entrada de 485 estrangeiros em Mato Grosso. Destes, 228 eram de origem paraguaia, 109 eram italianos, 31 espanhóis, 30 portugueses e 20 argentinos (BRANDÃO, 1991: 112 *apud* SIQUEIRA, 1999 : 82). No ano de 1880, o secretário da Polícia em Cuiabá apontava a entrada de 225 estrangeiros, sendo 65 italianos, 48 paraguaios, 32 portugueses, 18 argentinos, 16 orientais, 14 franceses, 14 bolivianos, 9 espanhóis, 4

ingleses, 3 norte-americanos, 1 grego e 1 austríaco. Destes, 165 vinham para residir e 60 estavam de passagem (MATO GROSSO, 1881 : 28).

No que se refere à população paraguaia na fronteira, podemos inferir que os números apresentados pelas estatísticas oficiais não expressam com exatidão a presença dessa população em Mato Grosso. Por estar grande parte dos paraguaios empregada nos ervais, muitos de difícil acesso, acreditamos que a população paraguaia passava longe das estimativas oficiais. Podemos deduzir, também, que muitos trabalhadores não tinham sequer visto de entrada no país, já que a maior parte entrava pela fronteira seca, localizada ao sul, na região de Ponta Porã, não sendo raro o seu retorno ao Paraguai. Além disso, como foi visto, muitos trabalhadores paraguaios entravam no país à força, arregimentados pelo sistema de conchavo.

Contudo, o censo de 1920 pode nos aproximar do número da população paraguaia na região dos ervais, sobretudo na cidade de Ponta Porã, que abrigava o maior número de estrangeiros e constituía segundo maior adensamento populacional do Estado de Mato Grosso.

TABELA 6 - Estado de Mato Grosso: população dos municípios segundo a nacionalidade em 1920

<b>Municípios</b>	<b>Brasileira</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Ignorada</b>	<b>Total</b>
Cuiabá	33.190	441	47	33.678
Diamantino	4.448	19	8	4.475
Livramento	8.749	8	3	8.760
Mato Grosso	797	409	---	1.206
Poconé	7.022	49	17	7.088
Registro do Araguaia	5.390	52	6	5.448
Rosário Oeste	12.486	40	17	12.543
Santana do Paranaíba	10.076	62	5	10.143
S. Antonio do Rio Acima	13.614	92	8	13.714
S. Antonio do Rio Madeira	15.066	2.934	---	18.000
S. Luiz de Cáceres	10.809	486	21	11.316
Aquidauana	8.639	1.186	1	9.826
Bela Vista	6.455	3.280	---	9.735
Campo Grande	19.338	1.964	58	21.360
Corumbá	16.550	2.955	42	19.547
Coxim	6.779	103	21	6.903
Miranda	5.987	812	20	6.819
Nioaque	7.075	832	--	7.907
Ponta Porã	17.959	7.497	62	25.518
Porto Murtinho	2.283	1.297	6	3.586
Três Lagoas	8.240	803	1	9.044

(BIANCHINI, 1994 : 275)

O censo de 1920 acusava, para o Estado de Mato Grosso, um total de 25.321 estrangeiros. O maior contingente era expresso pelos paraguaios em número de 13.118, seguido pelo de argentinos, 2.833 e de bolivianos, 2.090 (BIANCHINI, 1994 : 280). Nos municípios ervateiros, os estrangeiros eram em número de 12.074. Destes, 9.404 eram de nacionalidade paraguaia, assim distribuídos: Bela Vista 2.853, Ponta Porã 5.478 e Porto Murtinho 1.073. (CENSO 1920 *apud* BIANCHINI, 1994 : 281). Conclui-se, então, que a população paraguaia em Mato Grosso se concentrava, em sua maioria (mais de 70%) na fronteira, sobretudo na localidade de Ponta Porã, região dos ervais.

Apesar de não encontrarmos registros da empresa Matte Larangeira a respeito do número de trabalhadores empregados nos ervais, pelos dados acima apontados sabemos que esse número foi significativo. Acrescentem-se, ainda, os dados apontados por alguns autores, que podem servir para chegarmos a um número aproximado. Virgílio Corrêa Filho utilizando-se de uma fonte do jornal “Reacção”<sup>76</sup>, datado de 1902, apontava de 2.500 a 3.000 o número de “peões quasi todos paraguayos” empregados na Companhia Matte Larangeira (CORRÊA FILHO, 1925 : 33). Serejo afirma terem se reunido na Companhia “em sua fase inicial”, 4.000 mil homens em serviço” (SEREJO, 1986 : 94). Ainda segundo esse autor, em 1934, após “pesquisa cuidadosa de longos anos”, a empresa Matte contava com 18 mil trabalhadores e “10 mil dependentes por razões comerciais” (SEREJO, 1986 : 95). O censo das maiores empresas manufactureiras do Brasil, apontava, em 1907, um número médio de 3.000 trabalhadores. Ainda, conforme um relatório de autoridades fiscais, o número de “pessoas” que a Matte empregava em suas atividades em 1897 era de 2.693. (CORRÊA, 1997 : 308). D. Pedro de Orleans e Bragança (1926), em visita à Companhia Matte Larangeira, no ano de 1926, afirmava existir nos ervais “em serviços da Matte, 2.500 índios, todos paraguayos” e 700 empregados nos estabelecimentos da Companhia. Otávio Gonçalves Gomes registra que os “trabalhadores que atuavam nesse mister [elaboração], em certa época, somavam em torno de 3.000 obreiros” (GOMES, 1986 : 402). A partir desses dados, podemos concluir que eram empregados nos ervais, em média, 3.000 trabalhadores e que, a maior parte, ainda segundo os dados acima, era de nacionalidade paraguaia.

---

<sup>76</sup> O autor conseguiu essa informação no jornal “Reacção” que por sua vez a retirara de editorial do jornal paraguaio “La Pátria” de 24 de Junho de 1902.

Como se vê, a economia do mate atraiu muitos imigrantes na esperança de que pudessem vir a melhorar suas vidas no sul do Estado. Contudo, foram poucos os imigrantes que conseguiram lotes de terras explorando o mate e criando gado. Chegando à fronteira, deparavam-se com o monopólio exercido pela Companhia Matte Larangeira que os impossibilitava de ter acesso às terras.

Assim, não era raro o imigrante se marginalizar e encontrar no crime, no banditismo, no contrabando ou na prostituição um meio de escapar da fome (CORRÊA, 1997 : 295). Porém, a criminalidade não foi o único recurso que encontrou o imigrante para manter sua sobrevivência. A maior parte, sobretudo o paraguaio, teve que dispor do único meio que ainda lhe restara : a força de trabalho, submetendo-se ao duro trabalho nos ervais. Dessa forma, sem apoio nem recursos que pudessem garantir a sua fixação à terra como colono, esse trabalhador tornou-se meio de exploração das empresas ervateiras.

Todavia, a sujeição dessa população só foi possível graças ao controle que se efetivou em toda a região do Prata. Ora, essa população ao chegar em Mato Grosso já se encontrava expropriada, ou seja, expulsa de suas terras. No Paraguai, após a guerra, o controle e a alta valorização das terras, através da especulação, expulsavam o colono do campo.

No Brasil, esse processo se inicia com a Legislação de 1850, que definia de propriedade do Estado todas as terras devolutas. Essa lei limitava o acesso às terras, na medida que era preciso dispor de recursos para adquiri-las. Não por acaso, a lei de 1850 coincide com os acordos firmados entre o Brasil e a Inglaterra visando à extinção do tráfico de escravos (MARTINS, 1981). A tendência que se colocava, então, era o de uma redução da mão-de-obra escrava e de uma possível extinção da escravidão. Os capitalistas sugerem a livre imigração como recurso para a substituição dos escravos. Entretanto, se esses trabalhadores pudessem ter livre acesso às terras no país, dificilmente se tornariam assalariados. A legislação, então, veio atender à necessidade dos capitalistas que temiam uma possível evasão de seus trabalhadores (MARTINS, 1981 : 59).

Com o advento da República (1889) e a partir da promulgação da Constituição de 1891, as terras devolutas antes controladas pela União passaram a ser de domínio dos Estados. Apesar de a passagem do regime monárquico para o republicano no Brasil não apresentar mudanças no plano estrutural, isto é, nas relações de produção, baseadas na grande propriedade, o que se observa no plano

político é uma espécie de ampliação do domínio dos coronéis em seus estados e um acirramento da luta entre frações da burguesia, devido a uma interferência menor do poder central na política fundiária (CARONE, 1978 :154). Em Mato Grosso, as lutas no seio da burguesia vão se agudizar e embora, também, não haja aí uma mudança na estrutura econômica baseada na propriedade da terra, o que acontece, na verdade é uma substituição gradativa no poder de uma fração pelo o da outra.

Sob controle do governo estadual, as terras foram vendidas ou arrendadas obedecendo à lógica da concentração. Assim, a política fundiária, em Mato Grosso, implementada através da Lei N.º. 102 de 1895, que tinha como objetivo a instalação de colonos na região e a adoção da pequena propriedade, na prática, não passou de mudança meramente formal. Resultando em grandes concessões, essa política acabou beneficiando a burguesia local, que passou a comprar lotes de terras e a formar grandes propriedades (ALVES, 1985 : 30-31).

O Diretor interino José Leite P. Gomes Filho da Repartição de Terras e Colonização, no ano de 1899, já observava esse processo. Dizia o referido diretor que através da concessão gratuita a lei deveria atrair “(...) os nacionais e estrangeiros que desejarem vir estabelecer-se como lavrador no nosso Estado a fim de povoá-lo.” Porém, reconhece que eram “os filhos do estado” que conseguiam essas terras limitando o povoamento”(MATO GROSSO, 1899). A lenta colonização de Mato Grosso, ainda segundo esse diretor, era resultado da precariedade de suas estradas e da falta de vias de comunicação efetivas. Em linhas gerais, conclui que o povoamento de Mato Grosso era obstaculizado pelos seguintes motivos : falta de atendimento aos colonos já instalados, desconhecimento sobre as potencialidades do Estado, falta de vias de comunicação regulares para os mercados, além do aumento significativo do preço das terras destinadas à indústria extrativa (borracha) que de 1.200 réis o hectare teria sido elevado a 5.000.

Nota-se, assim, o privilégio concedido aos “filhos do estado” e o aumento brutal do preço da terra que impossibilitava, de qualquer forma, a aquisição por pequenos proprietários.

Os poucos recursos de que dispunha o erário público para assentar e atender os colonos, os privilégios políticos, o aumento abusivo do preço da terra e o lucro obtido pela especulação inviabilizaram uma política que pudesse beneficiar o pequeno produtor. Eliminou-se, assim, a possibilidade de instalação de colonos e de pequenas propriedades, incentivando o estabelecimento de latifúndios.

Esse processo, na região da fronteira, não se diferenciou, em essência, das demais regiões do Estado de Mato Grosso e de algumas regiões do Prata, resguardadas algumas singularidades. Teve como base a grande propriedade, o monopólio, a expropriação indígena e a exploração do trabalhador. Esse processo pode ser aproximado do que se denomina de acumulação primitiva do modo de produção capitalista. É uma fase inicial do sistema capitalista, momento constitutivo dele:

*A acumulação do capital pressupõe a mais valia, a produção capitalista, e esta a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem a aparência de um círculo vicioso do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista(...) uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida(MARX, 1984 : 828).*

Essa constituição inicial do capital se dá, primordialmente, conforme certas “circunstâncias históricas”(MARX, 1984 : 829). As circunstâncias, a que Marx se refere, se traduzem, fundamentalmente, na relação de confrontação de mercado entre os proprietários dos meios de produção dispostos a comprar força de trabalho alheia e os trabalhadores livres que se disponham a vender sua força de trabalho. Essa confrontação só é possível se houver, antes, um processo que dissocie o trabalhador de seus meios de produção. Sem essa dissociação o trabalhador não vende sua força de trabalho para o capital, já que é capaz de prover sua subsistência, produzindo independentemente. Em outras palavras : é preciso que o trabalhador que sobreviva do usufruto da terra e de seus meios de trabalho deixe de ser independente para poder vender sua força de trabalho para o capital, assalariando-se :

*O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção (MARX, 1984 : 830).*

Para que isto ocorra, é necessário que o trabalhador perca suas terras, seus meios de trabalho, enfim, é preciso que seja expropriado de seus bens, tornando-se “livre” para ser explorado pelo capitalista.

Como a história nos mostra, esse processo foi extremamente opressivo, marcado pela força bruta e pela coação. Não poderia ser de outra maneira, já que a disputa pela terra marcou violentamente comunidades inteiras que foram obrigadas a abandonar seu único meio de vida. Dessa forma, os métodos, quase sempre violentos, como a expulsão do camponês de suas terras, a utilização do trabalho forçado (escravo), etc, foram necessários até o momento em que esse trabalhador já se visse totalmente privado de meios com que pudesse subsistir, o que ocorreu após determinados contextos históricos que possibilitaram um certo avanço no processo de acumulação do capitalismo. Melhor explicando: para que esse processo de acumulação se efetivasse, foi preciso que todas as terras e meios de trabalho já estivessem em posse de determinado número de capitalistas, não havendo, para tanto, outros meios com que o trabalhador pudesse sobreviver. Assim, em certos locais onde abundavam as terras devolutas, a utilização do trabalho compulsório foi imprescindível para manter o trabalhador preso em seu local de trabalho, pois, a qualquer momento, este poderia se transformar novamente em produtor independente.

Observando o processo que se efetivou na fronteira, podemos dizer que a expropriação do trabalhador já havia se iniciado. O trabalhador já fora expulso de suas terras. Uma segunda etapa do processo de expropriação começava, então, através do controle das terras pelo Estado, com a Lei de terras impedito o livre acesso a elas.

Esse processo, por sua vez, veio a se aprofundar com a crescente valorização das terras e com os privilégios concedidos à burguesia que se beneficiava de vastas concessões, formando monopólios.

No caso das concessões obtidas pela Companhia Matte Larangeira, nota-se claramente que o arrendamento se dava em áreas imensas, monopolizadas justamente para evitar a ocupação de posseiros. Ora, os ervais se davam em “manchas”, em áreas não contínuas.

Os imigrantes, apesar de todo o esforço para conseguirem produzir independentemente, não contiveram a força do monopólio da Matte. Isso ficou evidente após as lutas travadas entre posseiros gaúchos e a Companhia pelo controle das terras na fronteira. Apesar de a historiografia considerar que os imigrantes gaúchos tivessem conseguido uma vitória frente à Companhia, isso na verdade não ocorreu. O monopólio permaneceu e só sucumbiu diante da crise na econômica e,

após a década de 1940, devido à política de Vargas. De certa maneira, como assinala Corrêa Filho ( 1957, p. 51), os gaúchos acabaram “auxiliando os trabalhos da arrendatária [Matte]”, transformando-se, juntamente com a população indígena e os paraguaios, na massa de trabalhadores da fronteira.

### **A imigração gaúcha : ameaça ao monopólio ?**

A crescente imigração que se aglutinava na fronteira começava a se fazer sentir na política local. Em carta dirigida ao Dr. Antonio Corrêa da Costa, em 1906, Generoso Ponce expõe a seu aliado seu plano de fracionar a zona dos ervais, com claras intenções de, futuramente, vir a aniquilar o monopólio da Companhia :

*Tenho em vista também um projecto autorizando o governo a mandar medir e demarcar a zona actualmente arrendada á Companhia Matte Larangeira, dividindo os herveas em lotes de 450 hectares para serem arrendados em hasta publica, não podendo um arrendamento abranger mais de 10 lotes de herveas e um campo de criar, vedada a venda dos mesmos herveas. (...) Que lhe parece este projecto ? Uma bomba talvez.(...) (PONCE, 1906, apud CORRÊA FILHO, 1925 : 45).*

As intenções de Ponce iriam influenciar, já no ano seguinte, a crescente oposição que se fazia à renovação dos arrendamentos da empresa. A proposta enviada pela Matte teria como pontos principais: a prorrogação do monopólio até 1930, o direito a formar uma força policial para proibir a entrada de estranhos em seus domínios; o limite máximo de 800 réis de imposto por 15 Kg de erva exportada; concessão de lotes de 3.600 hectares cada um, até no máximo de 15, gratuitamente para a abertura de portos no rio Paraná; a compra de uma área superior a 2 milhões de hectares de terras devolutas, destinada à indústria pastoril, ao preço de 400 réis cada hectare e área não inferior a 1 milhão de hectares na área de ervais, ao preço de 1.000 réis cada. Oferecia em troca o aumento da produção numa escala que variava de 5 a 9 milhões de kg, de 1910 até o final do arrendamento, e o aumento do valor pago ao arrendamento anual, começando com 60 contos de réis no ano de 1910, numa escala crescente até o valor de 90 contos réis, no último quinquênio que começaria em 1926 (CORRÊA FILHO, 1925 : 48 –49).

A proposta é rejeitada pelos deputados, que se apoiam na Comissão incumbida pela Assembléia de analisar o requerimento, cujos motivos são, em síntese, expostos : 1º) ser injustificável o pedido de extensão de limites já que havia

ervais ainda inexplorados nos domínios da Companhia; 2º) o valor oferecido em pagamento pelas terras era muito aquém do valor legal, tabelado ao preço mínimo de 800 réis para terras pastais e 3.600 réis para indústrias extrativas; a venda de terras pelo Estado não visava lucro e sim o povoamento; 3º) não deveria ser permitida a organização de uma força paramilitar que resultasse numa “subversão da ordem pública”, formando, dessa maneira, um “Estado dentro do Estado”. A obrigação do Estado, ainda segundo essa comissão, era a de estabelecer o equilíbrio e não gerar conflitos, já que o monopólio não era mais tolerável “(...) por motivos ponderosos de ordem social e econômica(...)”. O Estado, afirmava a Comissão, “(...) na sua qualidade de coordenador do nosso movimento industrial e social, deve manter o máximo cuidado para que as forças propulsoras desse movimento se applicuem de forma a estabelecer-se o justo equilíbrio entre ellas”(MATO GROSSO, 1907 *apud* QUESTÃO DO MATTE, 1912 : 46 – 50).

A reação viria em seguida, manifestada numa carta de Manoel Murтинho, que se encontrava no Rio de Janeiro, cobrando autoritariamente de seus “aliados”<sup>77</sup>, os Coronéis Generoso Ponce e Pedro Celestino, uma explicação sobre o desfecho de 1907:

*Comquanto não tenha ainda recebido a carta que espero de V.Excia. explicando o motivo por que a Assembléa Estadual indeferiu o requerimento da empresa, sob a firma Larangeira Mendes & Comp., que recommendei aos amigos que teem a seu cargo a direção dos negócios do Estado (...)(MURTINHO, 1907 *apud* CORRÊA FILHO, 1925 : 46).*

Ao tentar justificar seu apoio à empresa, Manoel Murтинho ainda deixava transparecer na carta seu receio à onda migratória que se agrupava na região, ameaçando o monopólio constituído :

*(...) a proposta submettida pela referida empresa á deliberação da Assembléa, além de consultar altos interesses do Estado, tanto no presente, como no futuro, conforme se demonstrou a meu ver cabalmente, na exposição de motivos, que acompanhou, ainda viria a facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado. Alludo á immigração rio-grandense que, de dia a dia, vae se avolumando e estendendo pelo Sul do Estado, onde os adventicios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, o que faz parecer que, dentro de mais alguns annos, essa colonia dominará, pelo seu numero e extensão, toda aquella região, constituindo por assim dizer – Estado no Estado(...) Dahi a*

<sup>77</sup> Ponce e Murтинho estavam unidos nessa época, em virtude da aliança de 1906, que derrubou o Cel. Totó Paes do governo do Estado .

*palpavel conveniencia de certos centros de resistencia áquella perigosa expansão (MURTINHO, 1907 apud CORRÊA FILHO, 1925: 46-47).*

Para Murtinho, os centros de resistência se traduziriam na exploração dessa área por “uma companhia sucessora, organizada por capitaes ingleses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade(...)”. A ocupação desse espaço, nesses termos, afastaria a possibilidade de invasão dessas terras pelos gaúchos que “(...) teriam que respeitar a posse mantida por uma companhia estrangeira poderosa, que, no caso de conflicto, poderia provocar por via diplomática, a intervenção federal”(MURTINHO, 1907 apud CORRÊA FILHO, 1925 : 46-47).

De antemão fica claro que as propostas de ocupação dos dois grupos políticos se tornavam cada vez mais divergentes. Enquanto os aliados de Ponce e Pedro Celestino defendiam o parcelamento dos ervais, posicionando-se ao lado dos gaúchos, Murtinho e seu grupo eram favoráveis ao monopólio. Mais do que simples protetora dos imigrantes gaúchos, a primeira corrente defendia o poder da casa comercial, que sofria, economicamente, profunda crise com a perda de espaço para o capital financeiro.<sup>78</sup> Com a perda do controle econômico, os comerciantes se aliam aos gaúchos visando a minar o monopólio dos representantes do capital financeiro. A outra ala, como se depreende das declarações de Murtinho, defendia os interesses do capital financeiro, centralizado nas empresas monopólicas.

Essa disputa pelo espaço político e econômico fica mais evidente nos anos seguintes, a partir de 1912, quando a Companhia Matte resolve discutir novamente a renovação do contrato, apresentando algumas alterações. Nesse momento, Pedro Celestino assume a liderança da oposição, antes comandada por Ponce, e passa a afrontar o grupo defensor dos direitos da Companhia, agora liderado pelo senador Azeredo.<sup>79</sup>

A nova proposta, segundo Pedro Celestino, era ainda mais nociva ao Estado que a anterior, já que esta última requeria mais vantagens que a primeira, solicitando a permissão para explorar produtos florestais, agrícolas, industriais, minerais, etc,

<sup>78</sup> Estaremos discutindo a respeito das disputas entre as frações de classe no capítulo 3.

<sup>79</sup> A mudança dos líderes devia-se à morte no ano de 1911, de Ponce e Joaquim Murtinho. Pedro Celestino vinha se destacando como poderoso chefe da política local, enquanto o senador Azeredo teria influências junto ao governo federal e proteção de Pinheiro Machado no Rio de Janeiro (CORRÊA FILHO, 1925 : 58 ). Apesar de estarem em campos opostos, ambos eram filiados ao

sem pagar imposto de importação que ela “habilidosamente incluía nas quotas de arrendamento” (COSTA, 1912 *apud* QUESTÃO MATTE, 1912 : 38). Além disso, se propunha a Matte a pagar taxa fixa não proporcional à produção.<sup>80</sup> Acusa novamente esta de manter a produção estacionária que, a seu ver, era fruto do regime monopolista, já que a produção do Paraná, amparada pela pequena propriedade, ultrapassava em muito a da Companhia.<sup>81</sup> Havia necessidade, segundo ele, de se fazer um estudo sobre a indústria ervateira do Estado. Essas idéias estariam manifestas no jornal “Matto Grosso”, que Pedro Celestino utilizava como veículo da oposição, iniciando, então, uma campanha contra a nova proposta. Os membros da Assembléia, nesse período, já haviam sido renovados pelas novas eleições e a comissão, ao contrário da anterior, seria favorável à nova proposta. Daí a necessidade que encontrou Pedro Celestino de promover uma campanha através do jornal e conclamar os deputados a analisarem melhor a proposta, sabendo “(...) honrar o seu mandato não homologando esse contracto leonino”(COSTA, 1912 *apud* CORRÊA FILHO, 1925 :73).

A disputa conhecida como “Questão do Matte”, na expressão de Corrêa Filho, “foi das mais renhidas”(1925 : 73). A solução encontrada pela oposição foi a de obstruir a votação do projeto com o não comparecimento à sessão. A Companhia resolve, dessa forma, retirar a proposta, esperando nova oportunidade para discutir o arrendamento.

O desfecho para essa questão, aparentemente, só terminaria em 1915, com a Resolução nº. 725 autorizando o Poder executivo a : “(...) contractar com a Empresa Lorangeira Mendes & Comp., ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer, o arrendamento e a exploração dos herveaes do estado” (RESOLUÇÃO 725,1915), e a firmar novo contrato, após haver realizado a concorrência pública, não podendo o mesmo exceder o arrendamento de uma área de

---

mesmo partido o PRC ( Partido Republicano Conservador). Mais tarde, a dissidência de Pedro Celestino leva-o a criar o PRMG ( Partido Republicano Matogrossense ) ( CORRÊA, 1995 : 105 ).

<sup>80</sup> O contrato anterior (1894) estipulava o valor para imposto de 800 réis por cada 15 kg. de erva exportada, não podendo a empresa produzir menos de 250.000 arrobas, ou seja, 3.750.000 kg. A nova proposta enviada pela Companhia oferecia as seguintes contribuições : 526:220\$000 de 1913 a 1920 ; 606:200\$000 de 1921 a 1926; 706:200\$000 de 1927 a 1932; 806:200\$000 de 1933 a 1934 (CORRÊA FILHO, 1925 : 64 ).

<sup>81</sup> Segundo telegrama enviado ao Deputado Brandão Junior, um dos membros responsáveis pela comissão de 1907, o presidente do Paraná Dr. Carlos Cavalcanti expunha os seguintes dados referentes à produção e aos impostos colhidos em seu Estado no ano de 1909: quantidade : 49.689.569 Kg. imposto : 1. 838 : 343\$387, o preço pelo arrendamento era de aproximadamente 1.500\$000 anuais por 1.000 hectares. Já a produção da Companhia no mesmo ano era de 5.090.505 e o imposto de 291:493\$920.

400 léguas quadradas (1.440.000 hectares), podendo a empresa escolher entre as melhores áreas de ervais. Todavia, a lei resguardava o direito aos posseiros ocupantes da área do contrato em vigor, à preferência para a compra, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de Julho de 1916, de área não superior a dois lotes de 3.600 hectares cada um, devendo, para tanto, provar “cultura efectiva e morada habitual anteriores ao ano de 1914” (RESOLUÇÃO 725, *apud* ARRUDA, 1986 : 288).

Pelo que se depreende da análise da nova lei, a área fora diminuída de 1.600 léguas quadradas, isto é mais de 5 milhões de hectares<sup>82</sup>, que vigorava no contrato anterior (de 1894), para 400 léguas neste último. No entanto, só em 1919 é iniciada a demarcação da área à Companhia, que ultrapassaria o acordo firmado desde então, chegando a ocupar 504,4 léguas quadradas, ou seja, 1.815.905 hectares.<sup>83</sup>

Como foi visto, a lei garantia aos posseiros a compra de pequenos lotes de terras, na área de ervais, mas a questão não ficaria resolvida e não se transformaria, como acreditava Corrêa Filho (1925:86), numa “nova éra aos herveas permeabilizando-os á penetração dos pequenos posseiros” e no fim do monopólio da Companhia.

Na realidade, nem todos os posseiros conseguiam se estabelecer. Segundo Guillen (1991 : 75-78), a Companhia cerrava severas perseguições aos posseiros, que sofriam diversas pressões para abandoná-las, além do que tinham que enfrentar a morosidade burocrática na análise dos processos. A Companhia tentava dificultar ainda a aquisição de terras, através da contestação dos direitos de posse de 95 dos 200 requerimentos enviados ao governo estadual (MATO GROSSO, 1919).

Outro problema enfrentado pelos posseiros era de ordem financeira, já que tinham que pagar pela terra e por sua medição. Observa-se, também, que após 1920, passa-se a falar em *terras de ervais* quando então o Estado já havia procedido a um levantamento de toda a região ervateira (CORRÊA FILHO, 1925 :102). Ora, a partir de então o preço era diferenciado para terra de ervais e terras pastais. Contudo, inferimos que normas que fixavam preços diferenciados para terras de ervais e terras pastais eram utilizadas como pretexto para se especular, já que os ervais, como já

---

<sup>82</sup> Segundo Pedro Celestino a Matte chegara a arrendar 1.600 léguas quadradas de terras no sul do Estado (CORRÊA FILHO, 1925: 71).

<sup>83</sup> Ver lotes discriminados em CORRÊA FILHO (1925 : 89-90)

vimos, se davam em manchas, ou seja, em áreas não contínuas, sendo pouco provável fazer uma demarcação exata.

Através do quadro abaixo, pode-se ter uma idéia da morosidade com que se ia tentando resolver o problema dos posseiros na região :

TABELA 7 - Títulos provisórios expedidos pela repartição de terras no município de Ponta Porã nos anos de 1919 a 1924

Ano	NÚMERO DE TÍTULOS	ÁREA ( HA)
1919	19	65.300
1920	78	173.050
1921	29	64.900
1922	8	14.300
1923	129	200.962
1924	93	102.190

Fonte : CORRÊA FILHO, 1925 : 91

Os títulos, como podemos observar, eram provisórios e, assim, nada indica que tivessem se transformado em títulos definitivos. De qualquer forma, como se verifica no quadro, os títulos provisórios somavam uma área de 610.621 hectares. Se compararmos com a área arrendada pela Companhia (1.815.905 hectares) somada à área das terras de sua propriedade, cerca de 300.000 hectares (GUILLEN, 1991: 78), teremos 2.115.905 hectares, ou seja, a concentração de uma área imensa num único domínio.

A disputa entre os posseiros e a Companhia foi arrastada pelos anos seguintes, em vários processos<sup>84</sup>, ocasionando inúmeros conflitos, transformando a fronteira, já tão instável, numa região extremamente perigosa<sup>85</sup>.

Há que se acrescentar, ainda, que os posseiros que conseguiram se fixar nas terras, produzindo o mate, acabaram ficando na dependência da Companhia, que possuía todos os meios para escoar o produto e oferecê-lo ao mercado externo (LIMA, 1978 : 21). Como afirma Alves, os gaúchos acabaram se transformando “numa reserva de mão-de-obra explorada com regularidade”(1984 : 53). Segundo o autor, isso foi positivo para a Matte, que enfrentava grandes problemas com a evasão

<sup>84</sup> A respeito das várias disputas travadas entre a Companhia e os posseiros ver GUILLEN (1991 : 56 – 80 ).

<sup>85</sup> “(...) em Ponta Porã, os ânimos são extremamante apaixonados contra a Empresa, ou a favor della (...) Já constitue uma industria em Ponta Porã o fazer-se opposição á Matte (MACIEL, 1925). A respeito da violência, do banditismo e dos movimentos armados na região da fronteira ver CORRÊA (1995).

de seus trabalhadores. Os gaúchos, então, viriam ajudar a solucionar o problema da falta mão-de-obra nos ervais :

*(...) não penetravam [gaúchos] apenas para o corte das árvores e regresso imediato aos seus lares, à semelhança das submissas comitivas paraguais. Cuidavam de fixar-se ao solo promissor, embora **auxiliassem os trabalhos da arrendatária** (grifo nosso) (CORRÊA FILHO, 1957 : 51).*

Sob essa nova forma, controlando a Companhia, ainda, todo o comércio ervateiro, é difícil acreditar que seu monopólio tivesse se extinguido. Essa suspeita é levantada por Gilberto Luiz Alves, que refuta a versão de Virgílio Corrêa Filho, segundo a qual, no desfecho da “questão do mate” estava o fim do monopólio dos ervais e a vitória dos posseiros, apoiados pela corrente celestinista :

*Estes [posseiros] passaram a girar sob a órbita de influência da empresa Laranjeira, Mendes & Cia., que lhes comprava toda a produção de erva-mate com base em preços que ela própria fixava. Os pequenos produtores não tinham meios de reagir, pois a empresa dominava os transportes e, como decorrência, o escoamento da produção (ALVES, 1984 : 53).*

Se o monopólio continuava, mascarado sob outras formas, é de se concluir, então, que a vitória proclamada por Corrêa Filho não se concretizara. Assim, como afirma Alves,

*Inegavelmente, a solução da “questão do mate” correspondeu a uma derrota para os comerciantes, que só lograriam gozar da dependência dos pequenos ervateiros caso o grupo monopolista se retirasse em definitivo da região. Como tal possibilidade não se consumou pelo acordo final, saiu fortalecido o capital financeiro, fonte da gradativa quebra de poderio da casa comercial a partir de fins do século XIX (ALVES, 1984 : 53-54).*

Com efeito, apesar de algumas reações contrárias à Companhia e às próximas modificações visando a conter o arrendamento, o que se percebe nos anos subseqüentes é o predomínio do capital financeiro sobre o poder dos comerciantes que, no caso da economia ervateira, se evidenciava na continuidade do poder monopólico da Companhia Matte Larangeira.

A partir do desfecho da “questão do mate”, novas disputas irão ocorrer entre os grupos oligárquicos. O presidente indicado para o governo no período de 1915-1919, alia-se ao grupo de Pedro Celestino, surgindo, a partir de então, uma nova luta

pelo poder. No ano de 1916, revoltas armam-se por todo o estado entre os coronéis, envolvendo grande parte dos chefes políticos sulinos. A solução para essa crise foi a intervenção federal em 1917 (CORRÊA, 1995 : 107-108). Acalmados os ânimos, os chefes políticos resolvem entrar em acordo<sup>86</sup> e apoiar para o próximo governo o bispo Dom Aquino, que assume em 1918, com a missão de estabelecer, futuramente, uma conciliação entre as partes.

Os posseiros, agora, pressionavam o governo de Dom Aquino para uma resolução do problema das terras na região ervateira, mediante a garantia que lhes dava o novo contrato. Dom Aquino resolve enviar o primeiro vice-presidente do Estado, Dr. Antonio Ferrari, para um possível acordo. Chegando a Campo Grande, o Dr. Ferrari encontrou os “partidos em dissídio” e foi informado de que os posseiros estariam prestes a promover uma revolução se não fossem atendidos. Na região de Ponta Porã é recebido pela empresa que se sentia prejudicada pelo contrabando “crescente e ameaçador, praticado por alguns posseiros e varias pessoas intrusas” (RELATÓRIO, 1918). Mediante garantias de que o contrato seria cumprido, o vice-presidente estabeleceu um acordo com os chefes políticos, emitindo a seguinte opinião : “(...) não convem prorrogar o prazo das justificações, afim de evitar-se a persistencia desse fermento perigoso de agitação, numa zona de importantes interesses econômicos do estado” (MATO GROSSO, 1918). Foi recebido por 32 famílias de posseiros na casa do Cel. Valencio de Brum e reiterou sua promessa de atendê-los. Estimava em 15.000 o número de migrantes gaúchos na fronteira.

Assumindo o governo após essa crise, Pedro Celestino procura restringir a área da Companhia através da Resolução nº. 911, a 1 milhão de hectares e a reservar uma área para futuro povoamento, próxima à região da cidade de Dourados (LIMA, 1978 : 24). Introduz, ainda, como imposto uma taxa “ad valorem” e não mais taxa fixa sobre a exportação.

Apesar de ter limitado a área de arrendamento e ser claramente contrário ao predomínio da empresa na região, Pedro Celestino não conseguiu deter a força da Companhia e, para conter os ânimos na fronteira, numa clara tentativa de conciliação, teve de contar com apoio dos principais chefes sulinos, que haviam pegado em armas nas últimas disputas políticas de 1916. O relato de um de seus aliados, Astúrio Monteiro de Lima, a respeito de uma reunião que Pedro Celestino teria convocado pedindo uma trégua aos coronéis ligados à sua corrente, é revelador

---

<sup>86</sup> O Acordo acha-se transcrito em Datas mato-grossenses vol. I página 94.

sob esse aspecto. Segundo Lima, assim se pronunciou o chefe político na referida reunião :

*A vocês e outros companheiros que lutaram, sob a minha orientação, contra a Mate Laranjeira, eu devo esclarecer que no meu governo serei obrigado a respeitar o contrato existente e, também, quero participar a todos que a próxima reforma será inevitável, pois a Mate é ainda uma potência dentro do estado, e fora dele (...) Pretendo influenciar para que o novo contrato seja reduzido em área; devemos jogá-la para além do rio Amambai, região onde são mais intensos os ervais, libertando, desta maneira, o restante, para o povoamento e formação de posses (...); nestas condições iremos compelir a Empresa Mate a voltar à posição de desbravadora, como já o foi no tempo do Tomaz Laranjeira. Com o muito dinheiro que ela ganha, irá abrir novas estradas, construir pontes e, principalmente, estabelecer navegação nos afluentes do Alto Paraná(...) Diante do exposto, peço a todos os companheiros e amigos, que daqui para a frente, façam uma campanha mais branda e uma política adequada, se quiserem contar com o meu apoio (LIMA, 1978 : 24).*

Pode-se perceber, através desse discurso que, embora quisesse reduzir a área de arrendamento da Matte, o tom do Coronel Pedro Celestino era de cautela e conciliação. Percebia que não bastava apenas ser contra, era preciso ter o domínio da situação. E este domínio, como vimos, era cada vez mais precário, pois a base em que se assentava o coronel estava, pouco a pouco, ruindo.

Como se verificou, mesmo após as lutas que se travavam no campo político, a maior parte das terras bem como o monopólio sobre a comercialização continuaram a ser controlados pela Matte Laranjeira.

Por trás desse movimento, isto é, do controle das terras e da formação de uma classe de proletários na fronteira existia uma nova composição do capital. No capítulo seguinte, estaremos analisando o que significou essa nova composição que se traduziu numa marca na fronteira.

### **CAPÍTULO 3 – O MONOPÓLIO DO MATE EM MATO GROSSO: A COMPANHIA MATTE LARANGEIRA**

Os estudos que a historiografia tem realizado, por não considerarem a totalidade, tendem a analisar equivocadamente a Companhia Matte Larangeira, não permitindo que se conheça profundamente a ação dessa empresa no seu contexto mais global.

A entrada da Companhia na exploração da erva-mate em Mato Grosso deve ser compreendida a partir de um contexto de mudanças que se processavam no sistema capitalista mundial. Ou seja, o período em que a erva-mate passa a ser explorada em Mato Grosso pode ser caracterizado como um período de transição da economia mundial que caminhava da fase da livre-concorrência para a imperialista ou monopolista. Nessa fase de transição é que os monopólios vão começar a se formar, passando a dominar quase toda a produção.

A passagem da fase do livre mercado para o monopólio se constituiu num processo inevitável do sistema capitalista de produção, cuja tendência à acumulação produz progressiva expropriação no seio da sociedade: a produção fica em poder de um número cada vez mais reduzido de capitalistas (LENIN, 1979 : 590). Isto significa que a necessidade de acumulação tende a causar uma crescente disputa entre os capitalistas que necessitam de um volume cada vez maior de capital para permanecer no mercado. Nessa etapa, as pequenas empresas não conseguem mais competir e são eliminadas pelas empresas mais resistentes, que passam a controlar de modo crescente a produção. Por sua vez, a concentração da produção, numa determinada fase de seu desenvolvimento, acaba gerando o monopólio (LENIN, 1979 : 586- 588 ).

O período de expansão e fortalecimento dos monopólios se dá a partir da crise de 1900 a 1903, período em que o “capitalismo transforma-se em Imperialismo”(LENIN, 1979 : 591). A fase anterior pode ser caracterizada como fase pré-monopolista, momento em que os monopólios começam a se desenvolver e a se firmar, mas não têm, ainda, solidez (LENIN, 1979 : 591).

Nesse processo de monopolização da produção é que surgem os cartéis e os trustes. Os cartéis são formados para assegurar um maior controle da produção e do comércio. São acordos feitos entre empresas do mesmo ramo visando à proteção de sua indústria através da criação de instrumentos que impeçam o desenvolvimento de

seus concorrentes<sup>87</sup>. Os trustes são empresas monopólicas que, detendo maior capital e tecnologia, acabam absorvendo as empresas menores, suas concorrentes no mercado.

Caracteriza essa fase, também, o novo papel assumido pelos bancos que, de simples intermediários de pagamentos, se transformam em controladores de todo capital que circula na produção, na medida em que passam a concentrar todo o capital da sociedade. Essa transformação se dá devido à junção do capital industrial com o capital bancário, surgindo, dessa forma, o capital financeiro. Se antes era o capital em geral, proveniente da indústria, que dominava a produção, nesse momento, é o capital financeiro que exerce essa função, fazendo com que toda a sociedade dele dependa. Os trustes nada mais são do que associações ligadas ao capital financeiro. Nesse processo, a dependência ao capital financeiro tende a se agravar devido à redução cada vez maior do número de bancos, que são açambarcados pelos maiores: é o truste dos bancos (LENIN, 1979 : 605).

Essa foi uma tendência mundial que se revelou também em Mato Grosso.

Contudo, nos anos subseqüentes à guerra, o monopólio em Mato Grosso se realizaria, ainda, via casas comerciais, grandes responsáveis pela intermediação entre os mercados.<sup>88</sup>

Segundo Alves (1984 :13), as casas comerciais já controlavam o capital em Mato Grosso fazendo as intermediações com o comércio externo. Mas a casa comercial, conforme estudo desse autor, se desenvolveu assumindo novas funções nessa nova dinâmica do capitalismo. Dinamizando seu poder, ela passou a monopolizar a economia da província através do controle exercido pela importação e exportação de mercadorias e da interferência direta na produção, ao mesmo tempo que exerceu o papel de bancos (inexistentes ainda na região). Tornaram-se, então, representantes do capital financeiro, intermediando a ação de vários bancos estrangeiros (ALVES, 1984 : 39-40).

---

<sup>87</sup> Lenin descreve as estratégias utilizadas na derrota dos adversários dessas associações : “1) privação da matéria prima ( <<...um dos processos mais importantes para entrar no cartel ); 2) privação de mão-de-obra mediante <<alianças>> ( quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas); 3) privação de meios de transporte; 4) privação de possibilidades de venda; 5) acordo entre os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis; 6) diminuição sistemática dos preços com o objetivo de arruinar os <<estranhos>>, isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas(...) 7) privação de créditos; 8) declaração do boicote (LENIN, 1979 : 594).

<sup>88</sup> No Paraguai, por exemplo, as principais casas comerciais começaram a se instalar a partir da década de 1880, se dedicando à importação e exportação de produtos, mantendo relações bancárias com “importantes instituciones de créditos de las ciudades del Plata, París, Hamburgo, Barcelona, Nueva York y Londres (LAÍNO: 1976, 127) Principais casas comerciais do Paraguai :J. Canale, Cramer y Weyer; Otto Zinnert; Censi y Pirotta; Irmãos Lapierre, Honsberg, Spier y Cía; A. Miner y Cía; Dell’Acqua; la Ferreteria Universal; Otto Wulff, Meza,Caballero y Cía.

Esse *novo comércio* (ALVES, 1984 : 23) passa a intervir em todos os setores da economia. No princípio da exploração da erva-mate, era a casa comercial que fazia a intermediação entre os mercados. Também ela monopolizou setores como o da exploração da borracha e a criação extensiva de gado, obtendo, para tanto, a concessão de vastas extensões de terra (ALVES, 1985 : 30-31).

Mais tarde, nas primeiras décadas deste século, a casa comercial vai sentir seu poder econômico reduzido, período em que sua hegemonia é substituída pelo controle das empresas estrangeiras monopolistas. Essa disputa vai se manifestar no campo político e ficará evidente na luta pela posse da terra, principal fonte de poder econômico e político do Estado.

As empresas estrangeiras monopólicas são atraídas no período que se seguiu à liberação da navegação do rio Paraguai<sup>89</sup>, quando a comunicação entre os países do Prata foi intensificada, atraindo capitalistas que passaram a investir em vários setores da economia, adquirindo terras e controlando a produção.

Essas empresas passam a minar o controle da casa comercial e se tornam os principais representantes do capital financeiro na região. A partir de então, a tendência que se estabeleceu foi a da concentração cada vez maior da produção em Mato Grosso (ALVES, 1984 : 41-43).<sup>90</sup>

É a partir dessa tendência à concentração da produção e da formação de monopólios que é possível compreender o monopólio na economia do mate, tanto em Mato Grosso, como na região do Prata. Essa indústria foi monopolizada por poucas empresas nessa região, como a Industrial Paraguaia, localizada em

---

<sup>89</sup> A liberação do rio Paraguai abre a possibilidade de maior intercâmbio da região com o mercado mundial, permitindo que locais mais isolados, como, por exemplo, Mato Grosso, pudesse ter acesso à modernidade. Essa medida rompe com antigas amarras que barravam o desenvolvimento da província, representando uma nova fase na história do capitalismo dessa região.

<sup>90</sup> Essa tendência se deu também nos países vizinhos como o Paraguai. Eis a relação das principais empresas estrangeiras ou de participação estrangeira instaladas neste país: no setor da produção : Campos y Quebrachales Puerto Sastre S.A.; Quebracheles Fusionados S.A. ; New York and Paraguay Company S.A.; The American Quebracho Company ; River Plate Quebracho Company; Estancias y Quebrachales Puerto Galileo S. A.; La Florestal del Paraguay S. A , Industrial Paraguaya S.A , Estancia Société la Foncière du Paraguay; Estancia Liebig's; Estancia Cooper and Nephews; Estancia La Rural Anglo paraguay S.A. ; Estancia La Rural Argentino Paraguaya S.A. ; Estancia The Paraguay Land and Cattle Company; no setor de transporte e comunicação : Companhia de Navegación Nicolas Mihanovich S.A.; The Paraguay Central Railway Company Limited. A companhia de navegação Nicolás Mihanovich Ltda monopolizou quase toda a navegação do rio Paraguai e Paraná, realizando o transporte de cargas e passageiros pelo interior do país. O centro de decisões da empresa ficava em Londres havendo também escritório em Buenos Aires. Foi transformada em sociedade anônima em 1909. Mihanovich, presidente da Companhia, possuía também ações em outras empresas que exploravam tanino e criavam gado. (Laíno; 1976 : 143-144-145). O capital financeiro também se fazia presente no país, investindo em terras no Chaco. Laíno relaciona: Banco Francés del Río de la Plata, Banco Inglés del Río de Janeiro, Nación Argentina, Nuevo Banco Inglés del Río de la Plata e Banco Británico de la América del Sud (Laíno, 1976 : 156).

Concepción, Paraguai, e a Companhia Matte Larangeira, na fronteira sul de Mato Grosso.

A Industrial Paraguaia foi criada em 1886, tendo como principais fundadores influentes figuras ligadas ao poder no Paraguai. Empresa multinacional ligada ao capital financeiro<sup>91</sup> chegou a obter, no ano de 1910, um total de 2.137.500 hectares de terras pastais e de ervais nativos, representando 13,4% da superfície total da região oriental do país (LAÍNO, 1976 : 157). Possuía moinhos em Assunção, Buenos Aires e Corrientes. Exportando para a Argentina, chegou a dominar 75% da exportação da erva-mate no Paraguai (LAÍNO, 1976 : 214).

A Companhia Matte Larangeira também tornou-se uma potência na região do Prata. Ligada ao capital financeiro, chegou a monopolizar milhões de hectares, impedindo o acesso livre à terra e forçando grande parte da população do campo a se empregar em suas atividades. Essa foi a tendência que se manifestou nos ervais mato-grossenses.

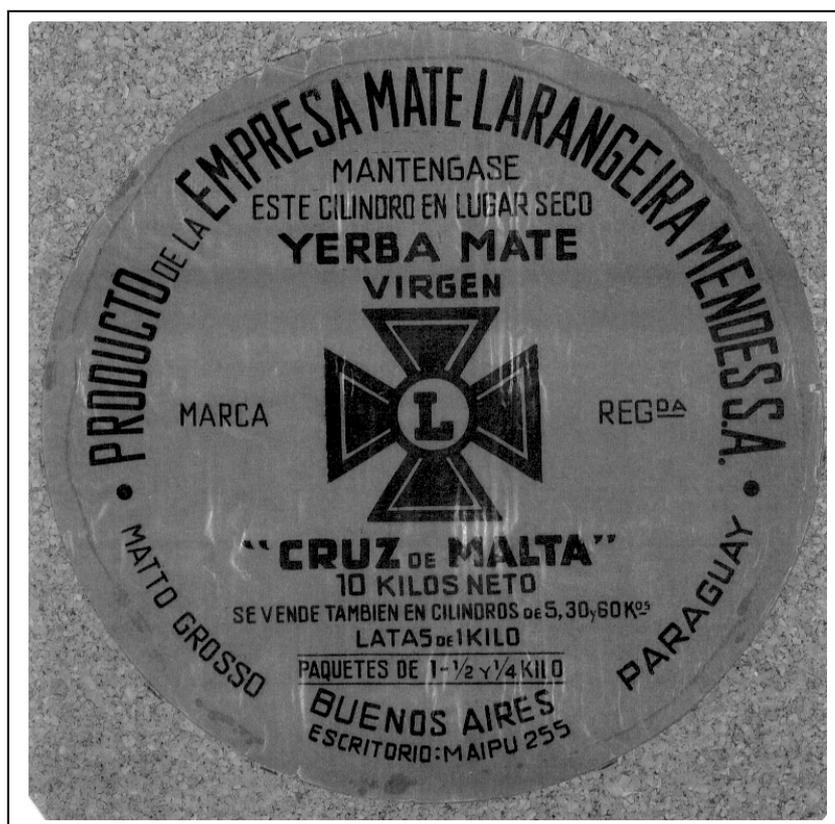


FIGURA 13 – Logotipo da Empresa Matte Larangeira.  
 FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

<sup>91</sup> Os mesmos membros que ocupavam a diretoria da empresa, formavam a diretoria do Banco Mercantil do Paraguai fundado em 1891 (Laíno, 1986 : 189-190). A respeito de sua ligação com empresas européias de origem belga, francesa e inglesa ver em Laíno (1976).

## O monopólio em disputa

Como já tivemos a oportunidade de comentar, no período anterior à guerra, os ervais mato-grossenses ainda não haviam sido comercialmente explorados. Essa região era dominada, sobretudo, pelos índios Guaicuru que, dificultando a entrada de exploradores, deixaram-na praticamente intocada até a década de 1870.

A exploração comercial da erva-mate tem início em Mato Grosso, após os acordos efetivados entre o Paraguai e o Brasil, época em que se define a demarcação dos limites da fronteira mato-grossense.<sup>92</sup> A erva-mate, segundo informações oficiais, já era explorada, nesse período, por capitalistas instalados no Paraguai. Segundo o presidente de província, Barão de Maracaju, em relatório enviado à Assembléia Legislativa, no ano de 1880, o mate já era explorado nessa época “por alguns indivíduos do Paraguay, onde começa a escassear”(MATO GROSSO, 1880).

A exploração legal da erva-mate, porém, tem início no ano de 1882, através do Decreto Imperial no. 8799 que concede a Thomáz Larangeira permissão para explorar ervais nativos durante 10 anos, no local “compreendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 quilômetros”( DECRETO Nº. 8799, 1882 *apud* Arruda, 1986 : 276 ). Começa, então, no ano de 1882, a exploração legal dos ervais em Mato Grosso, bem como o germe de uma empresa monopólica que dominará por mais de cinquenta anos a indústria da erva-mate nessa região.

Thomáz Larangeira, vindo do Rio Grande do Sul, teria observado os vastos ervais da região fronteiriça, na ocasião em que estivera participando da comissão de limites Brasil-Paraguai, na qualidade de fornecedor de alimentos. Mudou-se para o Paraguai, envolvendo-se no mercado do mate. Nessa época, já almejava transferir-se para Mato Grosso e obter a concessão de exploração, conforme carta dirigida ao Barão de Maracaju em 24 de Dezembro de 1879: “(...) no anno de 77 [1877] encetei aqui no Paraguay o trabalho de herva matte, pensando sempre em passar-me para o meu Paiz, logo que me concedessem hervaes”(LARANGEIRA, 1879 *apud*

---

<sup>92</sup> No período colonial, parte da região hoje pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, foi durante muitos anos motivo de disputa entre espanhóis e portugueses. A questão dos limites, herdada após a independência do Paraguai e do Brasil, só será efetivamente resolvida após a guerra do Paraguai através dos acordos entre os dois países, quando o Paraguai perde uma

CORRÊA FILHO, 1925 : 15). Conseguiu a concessão através do favorecimento político e se manteve na exploração em Mato Grosso durante muitos anos.<sup>93</sup>

Embora Larangeira possuísse direitos legais na exploração, nesse período a exploração da erva-mate ainda não era totalmente monopolizada por ele. O decreto de 1882 garantia, ainda, o direito de exploração dos ervais aos moradores da região que subsistissem dessa atividade<sup>94</sup>.

A partir dos anos 1880, houve um aumento no número de pedidos para a concessão dos ervais, contudo, a maior parte não foi autorizada.<sup>95</sup> Muitos pretendentes não chegavam a esperar o deferimento do pedido e se arriscavam na exploração clandestina.

A exploração ilegal foi realizada, também, por indivíduos que já exploravam erva-mate no Paraguai, como Pacífico de Vargas, empresário ligado à Industrial Paraguaia<sup>96</sup>. Esse cidadão explorava erva-mate em Mato Grosso sem a anuência do ministro da agricultura, mas com o consentimento do governo da província<sup>97</sup> :“O

extensão territorial de 156.415 Km<sup>2</sup> para o Brasil (WARREN, 1946: 157 apud. ARRUDA, 1986 : 211).

<sup>93</sup> Thomáz Larangeira teria conseguido a concessão dos ervais graças à amizade obtida junto ao Barão de Maracaju e Antonio Maria Coelho, comandantes da expedição da demarcação de limites. Ambos exerceram altos cargos públicos em Mato Grosso e se tornaram importantes figuras na política mato-grossense. O Barão ocupou a presidência da província em 1879 e Maria Coelho seria o primeiro presidente de Estado, após a Proclamação da República.

<sup>94</sup> “o concessionário não poderá directa ou indirectamente impedir a colheita da herva-matte aos moradores do territorio, que viverem de semelhante industria e della tirarem os indispensaveis meios de subsistência” ( .....) (MATO GROSSO, 1882 apud Arruda 1986 : 276).

<sup>95</sup> Nos documentos oficiais da época é expressiva a quantidade de requerimentos solicitando a concessão para explorar os ervais da região. Através dos ofícios enviados pelos presidentes de província, nos anos de 1886 a 1887, ao Ministro e Secretário de da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Império, pode-se ter uma idéia de como era grande o número de pretendentes solicitando concessões. O presidente de província Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reys, em 1887, chegou inclusive a afirmar que eram “inúmmers” os pretendentes e que estes chegavam a se apresentar “diariamente para esse fim”. Porém, não encontramos em sua gestão, no período de dezembro de 1886 a março de 1887, nenhuma correspondência com o encaminhamento de algum requerente. Dessa forma, podemos inferir que muitos destes pedidos não chegavam sequer a ser enviados para o ministro. Dos ofícios dirigidos para esse fim, em outras administrações verificamos o número de onze nos anos de 1886 e 1887. Nenhum deles, no entanto, foi atendido. Todavia, teriam conseguido a concessão legal por curto espaço de tempo, Antonio Joaquim Malheiros, em 1886, e Ernesto de Castro Moreira, em 1888. Antonio Joaquim Malheiros conseguiu a concessão através do decreto no. 9649 de 2 de Outubro de 1886 (BIANCHINI, 1994 : 102). A concessão de Ernesto de Castro Moreira teria sido autorizada pelo Decreto no. 9878, de 29 de fevereiro de 1888. (CORRÊA FILHO, 1925 : 18) Segundo Corrêa Filho (1925 : 18), em 1890, Thomáz Larangeira ciente do fato de que seu concorrente, Castro Moreira, tinha vendido sua concessão para a empresa argentina Furtado & Cia, medida considerada ilegal, pois intransferível, solicitou a interferência do presidente de Estado, Antonio Maria Coelho, que prontamente autorizou a expulsão da referida empresa, através dos destacamentos de Ponta Porã, e declarou a caducidade da concessão. A partir de então, Larangeira seria o único concessionário legalmente autorizado para explorar erva-mate.

<sup>96</sup> Pacífico de Vargas foi presidente da Industrial Paraguaia no ano de 1890 (LAÍNO, 1976 : 193).

<sup>97</sup> No período anterior ao da Proclamação da República, competia ao Governo Imperial legislar sobre as terras devolutas das províncias. Para que se obtivesse concessão para explorar ervais era

anno passado meu antecessor declarou a Pacifico de Vargas que podia elle continuar a explorar hervaes na referida região até que o Governo Imperial resolvesse sobre a licença solicitada para esse fim”(MATO GROSSO, 1886 : 96).

Através de informações retiradas de correspondências enviadas pelo presidente de província Francisco Raphael de Mello Rego ao ministro da agricultura, averiguamos que, após dois anos, Pacifico de Vargas continuava explorando livremente a erva-mate, enviando-a para o Paraguai. Descobrimos, como se verá a seguir, que não conseguindo permissão legal para explorar ervais, Pacifico de Vargas passara a ludibriar o governo imperial solicitando concessão para estabelecer colônias agrícolas, ficando livre, então, para proceder à exploração ervateira. O ministro da agricultura, preocupado com um pedido desse cidadão para fundar uma colônia agrícola no Paraná, em 1888, envia um ofício a Mello Rego para averiguar se Vargas estava cumprindo um contrato assinado em Mato Grosso, para o mesmo fim, no ano de 1881. Recebe a seguinte resposta : “(...) temo informar, ainda com a lealdade e sinceridade que devo ao cargo em que me acho, que nenhum cumprimento deu elle aquellas condições(...)”(MATO GROSSO, 1888). Indignado, Mello Rego comenta que Pacifico de Vargas não se preocupou ao menos em retirar o título que assegurava a concessão. Mas, a seu ver, isso não significava que tivesse desistido desse benefício :

*(...) não creio, porem, V. Exa. que o preteccionario deixando de procurar o mencionado titulo tivesse renunciado a concessão. Pelo contrario; como o seu fim, segundo mostrou o facto, era desfructar a arca da concessão e não benefical-a e pouvoal-a, só tratou de explorar os ricos hervaes nella existentes, sem que para lá mandasse um só colono, nem fizesse nenhuma benfeitoria, salvo os ranchos precisos para o trabalho e recolhimento da herva e agazalho dos trabalhadores idos do Paraguay que aliás não tinham alli residencia permanente(...)(MATO GROSSO, 1888).*

O presidente emite, portanto, seu parecer, dando mais informações sobre esse cidadão. Observamos que, além dos ervais já explorados no local apontado por Mello Rego, Vargas possuía outros:

---

necessário, então, que se fizesse um requerimento que era remetido, através das Câmaras Municipais, ao presidente da província que, por sua vez, encaminhava o pedido para o ministro com todas as informações necessárias sobre o pretendente.

*(...)o pretendente Vargas é hoje possuidor da concessão feita ao Coronel Malheiros, isto é, de toda a margem direita do Iguatemy desde suas cabeceiras até sua confluencia com o Paraná, e consta que é associado a uma companhia que possui hervaes no Paraguay, um lugar não distante dos que explora nesta provincia. Sendo assim, é bem de ver que a posse de vasta região, qual por elle indicada no seu pedido e onde há vastos hervaes virgens constiuil-a-hia o maior explorador e exportador de herba matte(...)(MATO GROSSO, 1888).*

Por fim, reconhece ser difícil o controle sobre a região, já que seu governo não possuía condições de manter fiscalização sobre essas concessões, admitindo, dessa forma, que a omissão por parte do governo dava a certeza a Pacífico de Vargas fazer o que bem quisesse “como se fora senhor absoluto de tamanha região” (MATO GROSSO, 1888).

Assim, na opinião de Mello Rego, Pacífico de Vargas, já explorando ervais na região do Iguatemy, pretendia estender suas posses à província do Paraná para ter mais facilidade de escoar a produção pelos rios que formam a bacia platina.

Duas conclusões se extraem das observações do presidente. Uma delas é a total falta de controle, por parte das autoridades, na região. A outra, é que os ervais de Mato Grosso, nessa época, eram explorados, também, por capitalistas ligados à Industrial Paraguaia, havendo, então, uma disputa pelo seu controle monopólico.

Através do relato do presidente de província, Joaquim Galdino Pimentel, que, no ano de 1886, discutia a falta de racionalização na exploração, podemos ter uma idéia de como era presente o investimento paraguaio nos ervais de Mato Grosso:

*Esta industria [ erva-mate] explorada na provincia pela influencia dos capitaes da praça de Assumpção, para onde vae directamente toda a herba colhida em nosso territorio, transportando immediatamente a fronteira onde é beneficiada, e escapando muitas vezes inevitavelmente ao único imposto provincial que se arrecada com dificuldade, não compensa o danno que pode causar aos hervaes, devastando-os e impedindo que sejam no futuro explorados com proveito por capitaes e emprehendedores que se compromettão a levar o producto colhido á praça de Corumbá por via de Miranda.(MATO GROSSO, 1886).*

Após a concessão legal, Thomáz Larangeira continuou morando no Paraguai, em Concepción, e lá mantinha a administração da empresa. Elaborava a erva-mate em Mato Grosso e, através do Paraguai, fazia a exportação para a Argentina para ser

beneficiada pelos moinhos de Francisco Mendes & Cia.<sup>98</sup>, empresa à qual se associava.

Não sabemos, no entanto, se Larangeira tinha alguma ligação com Pacífico de Vargas ou com a Industrial Paraguaia. Acreditamos, todavia, que teria se associado com capitalistas no Paraguai e também com argentinos, desde a época em que se instalara em Concepción. Assim, podemos deduzir, que desde os primórdios da exploração ervateira em Mato Grosso, o capital empregado nunca foi exclusivamente nacional.

### **A formação do monopólio: a criação da Companhia Matte Larangeira**

O monopólio nos ervais de Mato Grosso se estabeleceu, definitivamente, após a criação da Companhia Matte Larangeira, fundada por Thomáz Larangeira, em 1891<sup>99</sup>, e à sua conseqüente venda, no ano seguinte, para o Banco Rio e Mato Grosso, instituição ligada ao mato-grossense Joaquim Murinho, personagem influente da política nacional.<sup>100</sup>

O contexto no qual se deu essa venda e a transferência da exploração da erva-mate para o Banco são interpretados de várias maneiras pela historiografia. Alguns autores justificam a transação como resultado de uma dificuldade de Larangeira de conseguir capitais para que pudesse investir em novas áreas de exploração. Há autores, no entanto, que desconfiam que a família Murinho tivesse pressionado Larangeira devido a interesses na rendosa exploração. Já, nessa época, a erva-mate figurava como uma das maiores fontes de receita do Estado.<sup>101</sup>

Algumas evidências realmente podem confirmar a hipótese levantada pela segunda versão. Uma delas é a queda do poder do antigo protetor de Larangeira, o governador Antonio Maria Coelho, que coincide com a época da criação da Companhia e sua transferência para os Murinho. Maria Coelho, no princípio do ano

---

<sup>98</sup> Segundo Guillen (1991 : 18), os irmãos Raul e Francisco Mendes Gonçalves também haviam participado da Comissão de Limites auxiliando a Thomáz Larangeira. Mais tarde, Francisco se estabelece em Buenos Aires e funda a sociedade Francisco Mendes & Cia, a fim de beneficiar e comercializar erva-mate.

<sup>99</sup> Conf. Decreto no. 436-C de 04/07/1891 (FARIA, 1993 : 224 ).

<sup>100</sup> Joaquim Murinho foi ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas no ano de 1896 . Em 1898 ocupou o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda de Campos Salles. Exerceu ainda três mandatos de senador por Mato Grosso nos anos de 1890, 1903 e 1907 (FARIA, 1993).

<sup>101</sup> Segundo Relatório do Presidente de Província de Mato Grosso, Dr. José Joaquim Ramos Ferreira (MATO GROSSO,1887 : 100).

de 1891, foi exonerado por Deodoro, devido à influência da aliança Ponce e Murtinho junto a este governo. No ano seguinte, essa aliança é efetivada através da eleição pela Assembléia Constituinte de Manoel Murtinho<sup>102</sup>, irmão de Joaquim.

Essas duas figuras da política mato-grossense, desde o advento da República até aos anos de 1910, quando são substituídos por outras lideranças, controlaram o poder ora realizando alianças, ora desentendendo-se, de acordo com os interesses dos grupos dos quais eram representantes. Ponce representava o grupo que controlava o comércio em Mato Grosso e disputava o poder com Murtinho, representante do grupo que defendia o capital financeiro. As disputas entre essas duas frações da burguesia vão se manifestar no controle político e econômico da região sul do Estado e influir diretamente nas questões que envolveram a economia do mate<sup>103</sup> (ALVES, 1984 : 51 – 53).

Como já tivemos a oportunidade de abordar, a disputa pelo controle político e econômico do Estado se verifica com maior intensidade após a instauração da República. Com a descentralização fundiária, os Estados passam a ter o controle na concessão de terras, daí as lutas no seio da burguesia para conquistar o poder.

Isso explica as mudanças na política de concessão de exploração da erva-mate que ocasionaram a perda dos privilégios de Larangeira. Como vimos, os privilégios de concessão do mate se iniciam com o arrendamento de parte dos ervais para Larangeira. Naquele momento, Larangeira tinha pleno apoio de seus amigos que controlavam o poder local, indicados pelo poder central. Após a queda dos protetores

---

<sup>102</sup> Foram eleitos ainda para vice-presidente, Generoso Ponce e para 2º e 3º vices, José da Silva Rondon e Pedro Celestino Corrêa da Costa, respectivamente. (CORRÊA, 1995 : 75)

<sup>103</sup> A pressão sobre Larangeira, todavia, já se fazia sentir antes mesmo da queda de Maria Coelho. Antonio Corrêa da Costa, político ligado a Joaquim Murtinho, foi indicado para exercer o cargo de secretário de governo do General Maria Coelho. Aproveitando-se do cargo, Antonio Corrêa passa a fazer pressão contra Larangeira, alegando ser o contrato de 1890 “nocivo aos interesses coletivos” (CORRÊA FILHO, 1925 : 21), já que outros pretendentes começavam a aparecer com melhores ofertas pelo arrendamento. Dessa forma, o secretário de governo redigiu um memorando expondo suas reais preocupações. Segundo Antonio Corrêa (REACÇÃO, 1903, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 : 23-24), à época, Maria Coelho o procurou solicitando seu apoio ao amigo Larangeira que, segundo o general, era “(...) um cavalheiro, distinto, um homem honrado e empreendedor, a quem Matto Grosso deve a iniciativa da exploração do Matte. A sua empresa é digna de proteção do Governo e eu desejo protegê-la”. O secretário respondeu-lhe que, pessoalmente, não tinha nada contra o concessionário, apenas que o contrato firmado com esse cidadão era prejudicial aos interesses do Estado. Maria Coelho solicitou, então, que Antônio Corrêa apresentasse as alterações necessárias, o que de pronto atendeu o secretário. Apresentou ele duas modificações : uma em relação ao prazo que achava longo demais, outra “resalvando (sic) o direito do estado de rescindir o contracto, dadas **certas circunstâncias**” (grifo nosso) (COSTA, 1903). Larangeira, segundo ele, teria aceitado sem problemas a primeira modificação, no entanto, não teria conseguido convencê-lo em aceitar a segunda. Assim, é de se supor que Larangeira já estivesse sentindo pressão de grupos contrários à sua concessão, mesmo antes de o General Maria Coelho ser substituído no poder.

de Larangeira a concessão passa a ser contestada. Nesse momento, o que se verifica é a ascensão cada vez maior do grupo de Murtinho em relação ao grupo que controlava o comércio. Assim, livre para indicar seus representantes, o grupo de Murtinho passa a se beneficiar diretamente das gordas concessões de Mato Grosso.<sup>104</sup>

Dessa maneira, fica demonstrado porque Larangeira perdia seus privilégios tendo que compor com os Murtinho. Ou seja, é através dessa nova correlação de forças que podemos compreender a transferência do monopólio.

As relações do Estado com os concessionários ficam claramente evidenciadas nesse caso. É preciso destacar que o Estado do qual falamos é o Estado burguês, privatizado e controlado pela classe que mantinha pleno domínio da situação econômica. A política fundiária é um exemplo disto, isto é, as terras controladas pelo Estado passam a ser mercantilizadas e arrendadas em benefício de indivíduos ligados ao poder. É preciso considerar, no entanto, que embora o grupo de Murtinho estivesse em ascensão, o que pode ser evidenciado nos direitos às concessões, ao mesmo tempo sofria forte oposição do grupo contrário, que representava os comerciantes e que se aliara aos imigrantes gaúchos que ocupavam a região e contestavam os direitos da Companhia, como se verificou na disputa política travada com a chamada “questão do mate”. Embora o Estado aparecesse para garantir juridicamente as posses e concessões, favorecendo os grandes monopólios como a Matte, é preciso considerar que ele refletia, também, as contradições evidenciadas na luta entre as frações da classe burguesa que, em alguns momentos, interferiam na política de concessão de terras.

É por isso que a expressão “Estado dentro do Estado” para designar o poder e controle exercido pela Matte na região da fronteira mato-grossense, incorporada pela maior parte da historiografia, exceto por Bianchini(1994 : 118), é indevida, mesmo considerando as funções que ela possa ter assumido. A Matte não era um Estado dentro do Estado, mas sim, expressão do Estado, isto é, ela manifestava a correlação de forças que é comum na sociedade e que se reflete no Estado.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Além das concessões dos ervais em nome do Banco Rio e Mato Grosso elas se estenderam também em estradas de ferro (Rio de Janeiro), em exploração de minérios e borracha.

<sup>105</sup> Estado não é só coerção, mas também consenso. (GRAMSCI, 1991 :149) Ou seja, ele representa as forças contraditórias da sociedade; uma junção de sociedade política – organismos estatais, burocráticos – e sociedade civil – aparelhos privados de hegemonia representados pelos sindicatos, partidos políticos, escola, igreja etc. É nesse espaço – da sociedade civil – que as classes se movimentam, buscando aliados para lutar politicamente e conquistar a hegemonia.

Sem apoio, resolve então Larangeira vender a sua concessão. Por ser a concessão intransferível<sup>106</sup> e, sendo assim, impossível sua venda, é plausível que Larangeira tivesse criado a Companhia em 1891, incorporando o direito de concessão à empresa para, num momento posterior, realizar o negócio, vendendo-a dentro dos termos da lei (autorizado pelo Decreto nº. 436-C). O decreto de 1890, em vigor, permitia ao concessionário representar-se através de firma constituída :

*É livre ao concessionario representar-se por si, por firma social ou por companhia que organizar, devendo porém, registrar na Secretaria do mesmo Estado, sem prejuízo de outras disposições legais o teor do contracto que celebrar com terceiro ou os estatutos da referida companhia, e ficando esta sujeita às prescripções da legislação vigente(cláusula VIII, decreto no. 520, 1890 apud ARRUDA, 1986 : 280).*

Dessa maneira, o direito de concessão pertencia à Companhia e a quem dela fosse proprietário. Todavia, para Antônio Corrêa essa transferência tratava-se de uma artimanha que visava a beneficiar os Murtinho. Nessa época, Antônio Corrêa rompe com Murtinho e se alia com Generoso Ponce na “revolução” de 1899. Começa então, a atacar seu antigo aliado e os negócios nos quais se envolvera, através de artigos publicados no jornal A Reação, editado no Paraguai. Num deles, teria feito acusações à forma pela qual a Companhia foi formada, denominando-a de “pseudo Companhia”:

*Foi sob a garantia desta nova concessão (de 1890) que elle [Larangeira ], talvez não muito confiado na estabilidade de seus negócios, dirigiu-se ao Banco, propondo transferir-lhe o seu direito. Surgiu, porém, um embaraço. A lei vedava a transferencia de concessões para a exploração da herva-matte. Era, pois, preciso illudil-a, e dahi originou-se a organização da supposta Companhia Matte Larangeira, da qual o Banco tomou quasi todas as acções(...) (A REACÇÃO, 1902 apud CORRÊA FILHO, 1925 : 27).*

Já, Odaléa Bianchini (1994 : 103) discorda de Antonio Corrêa e da historiografia que repete essa mesma versão, já que a Companhia teria sido criada de fato e de direito pelo Decreto já citado anteriormente.

Segundo Antônio Corrêa da Costa, após a venda, ficou assim constituída a Companhia em 1892 :

<sup>106</sup> “Essa concessão é intransferível nos termos do decreto no. 376 de 5 de maio do corrente anno. ( Decreto nº. 520 de 23 de Junho de 1890, apud ARRUDA, 1986 : 280 )

	Acções de 100\$ c.
Banco Rio e Matto Grosso.....	14.540
Dr. Joaquim Murтинho.....	100
Thomaz Larangeira.....	110
Casimiro Menezes.....	10
Dr. Francisco Murтинho.....	50
Dr. Francisco Marques Pinheiro (Director do Banco).....	10
João Nunes de Carvalho (Contador do Banco).....	10
Lucidio Martins (Director da Companhia ).....	50
Dr. Manoel Martins Torres (Director do Banco).....	20
Manoel Moreira da Fonseca ( Director do Banco ).....	100
	15.000

Fonte: A Reacção, de 30 de Julho de 1902 (*apud* CORRÊA FILHO, 1925 : 28)

De qualquer forma, o que importa é verificarmos que a entrada da família Murтинho e de seu grupo nos negócios do mate demonstram o poder e a influência cada vez maior dessa fração da burguesia em Mato Grosso, que tinha pleno apoio na capital federal, através das influências de Joaquim Murтинho. A discussão sobre a legalidade, nesse caso, torna-se secundária; o que importa nesse momento é verificar a entrada desse poderoso grupo nos negócios das concessões em Mato Grosso. A legalidade, nesses termos, era “criada” e “recriada” conforme os interesses momentâneos do grupo que detinha o poder.

Murтинho, como já foi observado, era ligado ao grupo que representava os interesses do capital financeiro no Brasil e que se estendia em Mato Grosso. Segundo Gilberto Luiz Alves (1984 : 31), a entrada do Banco nos negócios do Estado pode ser interpretada como clara interferência do capital financeiro na região. Os dados de que dispomos podem reafirmar a constatação do autor.

Surgido graças às facilidades oferecidas pela política econômica de Rui Barbosa, denominada de encilhamento, o Banco Rio e Mato Grosso foi criado em dezembro de 1890, com sede no Rio de Janeiro e sucursais em Mato Grosso<sup>107</sup>, com

<sup>107</sup> Decreto no. 1.149 de 06/12/1890. Concede autorização a Francisco Moreira da Fonseca e outros para fundarem um Estabelecimento de Crédito sob a Denominação de Banco Rio e Matto Grosso ( FARIA, 1993 : 213 )

o capital inicial de Rs 20.000:000\$000, tendo como incorporadores o Conselheiro Francisco de Paula Mayrinck, Francisco Murtinho e Francisco Moreira da Fonseca (FARIA, 1993 : 214 –215). É importante observar a ligação que tinha um de seus fundadores, o banqueiro Mayrinck, com os negócios da Capital Federal e com o capital financeiro. Mayrinck foi um dos principais articuladores do grupo financeiro que pressionava a política financeira do ministro Rui Barbosa<sup>108</sup>. Fundador do Banco Constructor do Brazil (FARIA, 1993 : 215) e diretor do Banco dos Estados Unidos do Brasil passou a controlar grande número de indústrias (CARONE, 1978 : 107). Compra ainda, em 1890, o jornal *O Paiz* ligando-se, mais uma vez, a uma série de outras empresas (CARONE, 1978 : 108). Seus negócios se estendem, também, através de uma sociedade realizada com o engenheiro Francisco Murtinho, a uma concessão que integrava o “Sistema de Viação Geral, visando ligar por uma estrada de ferro e por vias navegáveis as cidades goianas de Catalão e Goiás a Cuiabá e Cáceres, terminando na fronteira com a Bolívia (FARIA, 1993 : 211).

Além da Companhia, outros negócios envolveram o Banco em Mato Grosso. E tiveram, também, relação com a exploração da erva-mate. Em 1893, vence o Banco Rio e Mato Grosso concorrência pública<sup>109</sup> para arrendar ervais ao sul do rio Iguatemy, área praticamente inexplorada à época. Também através do Decreto nº. 528 de 28 de Junho de 1890, teria o Banco obtido uma concessão para fundar dez núcleos agrícolas na região de Porto Murtinho, de 50 mil hectares cada um para o estabelecimento de imigrantes. Segundo Antonio Corrêa, não podendo cumprir com o contrato de colonização, foi este rescindido e o Banco indenizado pelos gastos com a demarcação e medição do núcleo de Porto Murtinho, com 50.000 ha de terras margeando o rio Paraguai (COSTA, 1902, *apud* CORRÊA FILHO, 1925 : 24).<sup>110</sup>

Coube ao próprio Antonio Corrêa, à época, a escolha das terras para o estabelecimento da colônia agrícola, bem como proceder ao estudo sobre o

---

<sup>108</sup> Segundo Edgard Carone ( 1978 : 104 ) foi Mayrinck quem convenceu o ministro a substituir o lastro ouro por apólices. Rui, ainda de acordo com Carone, estava “(...)estritamente preso a Mayrinck e a um grupo de banqueiros do Rio de Janeiro” ( 1978 : 105 ).

<sup>109</sup> Lei no. 26 de 11 de Novembro de 1892. Contrato celebrado em 26/03/1893. A referida região arrendada não estava incluída no último contrato de arrendamento ( 1890 ). Daí por que se apressou o Banco para arrendá-las, antes que aparecessem interessados. A partir do contrato de 1894, fez-se a união das áreas de ambas as concessões.

<sup>110</sup> Consultando as atas de reunião do Banco, Fernando Faria descobre que era intenção dessa Instituição construir uma estrada de ferro na região referida a fim de valorizar a área dos núcleos agrícolas, calculando que as mesmas poderiam render no mínimo a quantia de Rs. 10.000:000\$000. Não sabemos, no entanto, se a estrada de ferro referida, era a mesma que foi instalada num trecho de 22 Km para facilitar o transporte da erva. (FARIA, 1993 : 217).

empreendimento de Larangeira e o estabelecimento de um porto para exportação da erva-mate. Funda então um porto na antiga fazenda Três Barras ao qual, “(...) em homenagem ao seu mestre e amigo, deu o nome de Porto Murtinho” (CORRÊA FILHO, 1925 : 27). O correligionário de Murtinho se encarrega também de transferir a sede da empresa, antes situada em Concepción (Paraguai), e de dar início à construção de uma estrada de ferro de 22 Km no local. A estrada de ferro viria a solucionar o transporte da erva em trechos pantanosos que as carretas não conseguiam ultrapassar (SEREJO, 1986 : 120).

No ano de 1894 e 1895, sob o governo de Manoel Murtinho, são ampliadas as concessões e firmados novos contratos com a Companhia, representada naquele momento por Francisco Murtinho, sendo, à época, seu irmão Joaquim Murtinho, o diretor-presidente do Banco Rio e Matto Grosso. É o auge da influência da família Murtinho no poder em Mato Grosso. Com as novas concessões, a Companhia goza do direito de explorar mais de 5 milhões de hectares de terras, estabelecendo, a partir de então, o monopólio nos ervais de Mato Grosso.<sup>111</sup> A lei ainda garantia a posse exclusiva da região à empresa, vedando, aos demais moradores que subsistiam da exploração erva-mate, se estabelecerem no local ou continuarem produzindo sem autorização da Companhia<sup>112</sup>.

A Companhia, então formada e estruturada, começa a se expandir e a monopolizar o setor ervateiro não só em Mato Grosso como, também, na região do Prata, transformando-se em uma potência do mate.

Os lucros obtidos pela Matte, desde sua constituição até o ano de 1899, totalizaram Rs. 14.000:000\$000 e as despesas ficaram em Rs. 5.000:000\$000, restando de lucros líquidos a quantia de Rs. 9.000:000\$00 (FARIA, 1993 : 225) que, segundo Generoso Ponce, não teria sido distribuída aos acionistas do Banco<sup>113</sup>.

No entanto, utilizando-se dos relatórios apresentados aos acionistas da empresa, Fernando Faria (1993) comprova que os lucros da Companhia foram investidos em duas principais frentes: a da produção, buscando inovações técnicas no

<sup>111</sup> “(...) desde a cabeceira do ribeirão das Onças, na serra do Amambahy, pelo ribeirão S.João e rios Dourados, Brilhante e Santa Maria até a Serra do Amambahy e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças” ( RESOLUÇÃO Nº. 102 DE 15/07/1895, *apud* ARRUDA, 1989 : 62 ).

<sup>112</sup> “A concessionária fica obrigada a zelar e a fazer zelar por seus prepostos as mattas e herveaes, de modo que sejam conservados no melhor possível, não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem a sua autorização”( RESOLUÇÃO Nº. 76 de 13/07/1894, artigo 1º cláusula 5ª *apud*. ARRUDA, 1986 : 285 )

<sup>113</sup> Em discurso proferido na sessão de 30 de Outubro de 1902 (CORRÊA FILHO, 1925 : 41-42 ).

processo de beneficiamento, e a da associação e compra de várias empresas, tanto na Argentina quanto no Paraguai. Na Argentina, a Matte compra uma fábrica de beneficiamento de propriedade de Francisco Mendes & Companhia, antigo associado de Larangeira e, no Paraguai, em Assunção, adquire uma empresa de propriedade de Ricardo Mendes e outra empresa ervateira de Fernandes Hermanos em Vila de São Pedro. Investiu a Companhia, ainda, em compra de terras e na diversificação de suas atividades na área agropastoril. O restante dos lucros foram investidos na compra de ações da própria Companhia e do Banco, cujo preço se encontrava artificialmente desvalorizado (FARIA, 1993 : 226- 229). No ano de 1902 o Banco entra em liquidação, provavelmente devido à política do “foanding loan”(GUILLEN, 1991 : 22). Segundo Faria (1993 : 229-230), o argumento utilizado pelo Banco para justificar sua falência teria sido um fracasso numa empreitada que visava à exploração da borracha, mais outro privilégio que envolveu o Banco nas concessões do Estado. Ainda de acordo com Faria (1993: 212), a família Murtinho gozou de concessões para exploração de minério em Cáceres e de vias férreas no Rio de Janeiro.

Após a liquidação do Banco, Larangeira ficou com o ativo deste pela quantia de Rs 2.250.000\$000, “sendo também a companhia Matte Larangeira vendida a um sindicato organizado em Buenos Aires por Francisco Mendes & Comp., por 3.000 contos”(A REACÇÃO, 1903 *apud* CORRÊA FILHO, 1925 : 43).

Essa mudança, ou seja, a transferência a Francisco Mendes, seria, como afirma Corrêa Filho, “apenas de fachada”, já que monopolizada pelo mesmo grupo de capitalistas.<sup>114</sup>

Em 1917 modifica novamente sua razão social para Empresa Matte Larangeira, da qual faziam parte os mesmos sócios de outrora, continuando a estender seus negócios.<sup>115</sup> Segundo Horácio Nazar (s/d), em 1884, Francisco Mendes Gonçalves foi incorporador, juntamente com outros comerciantes estrangeiros, do Banco de Comércio, situado na Argentina, associado ao capital inglês proveniente do

---

<sup>114</sup> De acordo com o opúsculo “Panegírico de D. Francisco Mendes Gonçalves” (1941)escrito por seus diretores em 1941, forma-se nesse período a “Larangeira Mendes & Companhia no Brasil, da qual passaram a fazer parte como acionistas a firma Francisco Mendes e Cia de Buenos Aires, os Comendadores Francisco Mendes Gonçalves e Tomás Larangeira, os Murtinho e várias pessoas mais” (APE/MS acervo da Companhia Matte Larangeira, doc.no. 69). Faria ( 1993 : 230 ) acredita que os Murtinho tivessem ainda participação na empresa, já que existem, segundo ele, fontes que comprovam a ligação destes com essa associação internacional.

London Bank of México and South América. Francisco Mendes foi, também, vice-presidente do Banco de la Provincia de Buenos Aires, desde 1906 até 1930, ano de sua morte. Vê-se, pois, que se tratava de trustee do mate na região do Prata, ligado ao capital financeiro.

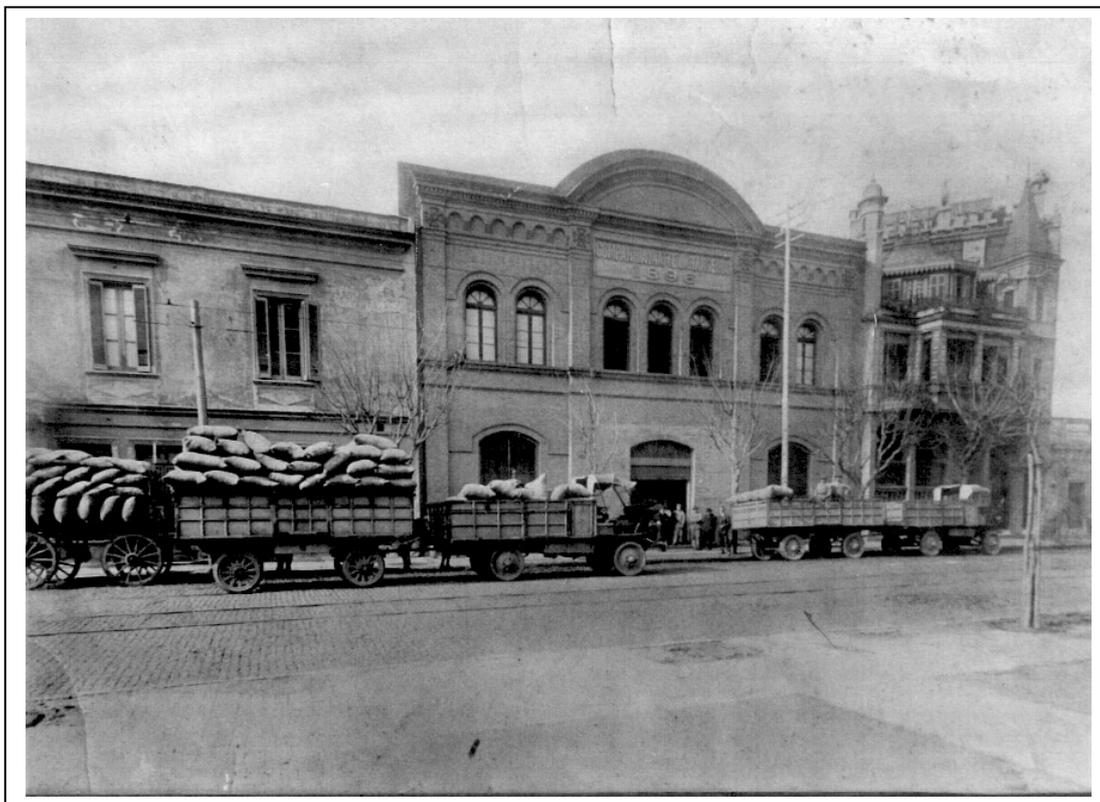


FIGURA 14 – Sede da Companhia Matte da Larangeira – Buenos Aires, Argentina.  
FONTE: Arquivo Público Estadual/MS.

Em 1929, ocorre uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil, constituindo-se a Companhia Matte Larangeira, com sede no Rio de Janeiro. No entanto, a maioria das ações eram ainda de posse da empresa argentina. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, procuram seus sócios nacionalizar a empresa.

A economia do mate crescia demasiado em Mato Grosso, constituindo-se, durante muito tempo, a principal fonte de arrecadação do Estado, sobretudo após a formação da Companhia.<sup>116</sup>

<sup>115</sup> “(...) dona [empresa Matte] de todos os bens existentes tanto na Argentina como no Brasil e Paraguai e da qual faziam parte os mesmos elementos da Larangeira Mendes e Companhia, no Brasil e na Argentina” ( PANEGÍRICO de D. Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra, 1941 ).

<sup>116</sup> De um total de Rs. 16:854\$150 arrecadado em 1885, foi elevado para a quantia de 200:000\$000 em 1893, subindo gradativamente, com algumas variações, até o ano de 1907 a 250.000\$000. Nos

Em escala nacional, embora contribuísse com pouco mais de 1% chegando a 2,9% na primeira década deste século, e tendo como mercado consumidor os países platinos, o mate aparecia como um dos principais produtos agrícolas de exportação, como se verifica no quadro seguinte :

TABELA 8 - Brasil: índices dos principais produtos de exportação.

Anos	Café	Borracha	Açúcar	Cacau	Algodão	Couros e peles	Fumo	Mate
1821-1830	18,4	0,1	30,1	0,5	20,6	13,6	2,5	-
1831-1840	43,8	0,3	24,0	0,6	10,8	7,9	1,9	0,5
1841-1850	41,4	0,4	26,7	1,0	7,5	8,5	1,8	0,9
1851-1860	48,8	2,3	21,2	1,0	6,2	7,2	2,6	1,6
1861-1870	45,5	3,1	12,3	0,9	18,3	6,0	3,0	1,2
1871-1880	56,6	5,5	11,8	1,2	9,5	5,6	3,4	1,5
1881-1890	61,5	8,0	9,9	1,6	4,2	3,2	2,7	1,2
1891-1900	64,5	15,0	6,0	1,5	2,7	2,4	2,2	1,3
1901-1910	51,3	28,2	1,2	2,8	2,1	4,3	2,4	2,9

(PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO, Maria Helena Rolim 1997 :299 )

Embora a produção mato-grossense fosse significativa, o Paraná em muito a superava, chegando a produzir, por exemplo, no ano de 1910, 39.774.114 Kg., enquanto a produção de Mato Grosso teria atingido, no mesmo período, a quantidade de 5.681.745 Kg<sup>117</sup> .

Deve-se levar em consideração, porém, que a produção mato-grossense deve ter alcançado patamares maiores que o da estimativa oficial, dado que o contrabando era uma prática muito comum na região da fronteira.<sup>118</sup>

anos seguintes de 1908 a 1921 oscilou na marca de 290.000\$000 a 393.932\$961. A erva-mate só foi superada pela borracha, a partir do ano de 1904 numa escala progressiva até os anos 1910, período em que esta última entrou em crise nacional.

<sup>117</sup> Assim como Mato Grosso, o Paraná voltou-se para o mercado externo, e durante muito tempo o mate foi a base da economia deste Estado. Em menor escala que o Paraná os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul também se projetaram no mercado do mate, embora a produção deste último tenha sido mais voltada para o mercado interno (FIGUEIREDO, 1967 : 322 – 343).

<sup>118</sup> Os postos fiscais eram insuficientes para controlar a imensa fronteira sul que chegava a medir cerca de 190 léguas (CORRÊA FILHO, 1957 : 49). A própria Matte Larangeira era acusada de contrabandear produtos em troca de erva-mate, como afirma Corrêa Filho: “Cumprira [Empresa Matte] as obrigações contratuais, que lhe fossem convenientes. Simultaneamente, porém, exercia atividades, que as autoridades não percebiam. Certo, as suas embarcações continuavam a mostrar-se em Porto Murtinho, para o transporte de cargas. Mas também, sulcavam, em território paraguaio, o Jejuí, até o pôrto de Panadero, onde as carretas, provenientes de Amambai, lhe entregavam a erva cancheada, e

A Companhia Matte Larangeira, a maior do ramo ervateiro, foi uma verdadeira potência dentro e fora do país, tanto política quanto economicamente. Em levantamento realizado, em 1907, pelo Centro Industrial do Brasil, sobre as cem maiores firmas manufactureiras, figura a Companhia como a 42ª colocada, com uma produção de Rs 2.000.000\$000, capital de 4.000.000\$000, utilizando 100 cavalos a vapor.<sup>119</sup> Construiu ela toda a infra-estrutura capaz de atender o escoamento da produção, tendo, para tanto, que fundar portos, construir estradas, serrarias para a construção de carretas, comprar estâncias criando gado para atender o transporte e a alimentação de seus empregados, etc. De sua grandiosidade econômica em Mato Grosso também podemos apontar as cidades de Campanário, sede da Matte e a de Guaíra no Paraná. Na década de 1920, sua renda bruta chegou a ultrapassar em seis vezes a renda obtida pelo Estado. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ela ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para se beneficiar das decisões parlamentares. Os Murtinho, como já se viu, estavam diretamente ligados ao poder e procuravam estabelecer alianças a fim beneficiar a empresa.

Atingindo interesses contrários, o poderio do mate em Mato Grosso provocou “revoluções”, revoltas, derrubou presidentes e ajudou a provocar a semente do separatismo. A idéia do separatismo foi aparecendo de forma embrionária, já no final do século passado, para mais tarde se fortalecer em decorrência da perda cada vez maior da hegemonia econômica do norte em relação ao sul (CORRÊA, 1995 – 90-91). Para os coronéis sulistas, o separatismo surgiria como meio para se efetivar o controle econômico da região sul que apresentava o mate como um dos principais produtos de exportação de Mato Grosso.

Nos anos 1920, a Companhia continua mantendo sua força<sup>120</sup> e, o que é mais significativo, no período do governo de Mário Corrêa da Costa, torna-se credora do Estado, concedendo dois empréstimos de 3.000 contos de réis e de 2.000 contos de

---

recebiam vinho, arroz, sal, bebidas e vários outros artigos de importação (CORRÊA FILHO, 1957 : 61). Em viagem realizada para o sul de Mato Grosso em 1912, o presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques teria constatado : “n’essa fronteira toda livre até Ipehuma, o contrabando só da erva mate, posto já reduzido, ainda ascende a mais de 140 mil arrobas castelhanas, ou sejam 1.440.000 kilogrammas (...) a erva contrabandeada segue em carretas para a villa Concepcion do Paraguay, que dista de Ponta Porã umas 70 léguas”( MATO GROSSO 1913).

<sup>119</sup> É preciso ressaltar, no entanto, que os responsáveis pelo censo industrial de 1907 alertavam que, devido a problemas diversos, não teria sido possível recensear todas as firmas brasileiras. De qualquer maneira, a colocação da empresa junto a importantes indústrias da época demonstra seu poderio.

<sup>120</sup> Segundo Pedro Celestino, a receita bruta da empresa calculada em 30 mil contos de réis era seis vezes superior a do Estado, orçada em 5 mil contos ( MATO GROSSO, 1924 ).

réis, nos anos de 1926 e de 1928, respectivamente. Nesse período, como foi verificado, arrendava uma área de quase 1.900.000 hectares.

Através dessas informações podemos constatar que o capital empregado nos ervais nunca foi nacional nem argentino, como afirma a historiografia. Essas afirmações podem levar ao entendimento de que, sendo o capital argentino, não haveria interesses em desenvolver a indústria do mate (beneficiamento) em Mato Grosso. O capital, nessa época, poderia estar centralizado num determinado país mas, devido às constantes associações de empresas com capitais oriundos de diversas localidades, era cada vez mais impossível apontar sua origem. Nesse sentido, a lógica que se coloca para o capital não é a de privilegiar determinadas nações e sim a de obter lucro.

Assim, foi através do monopólio exercido por um truste do mate que se conseguiu estabelecer um controle efetivo sobre as terras na região ervateira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte conclusiva deste trabalho procura retomar a discussão sobre as quatro questões destacadas na parte I, a partir da investigação realizada ao longo dos capítulos posteriores. Embora, em alguns momentos, algumas questões possam ter sido esclarecidas, no desenvolvimento do trabalho, julgamos que a retomada de cada uma delas pode ajudar a sistematizar melhor a investigação.

### A ) O saber-fazer do trabalhador paraguaio

Não há como negar a importância e a dependência que se tinha do conhecimento do trabalhador ervateiro no processo de trabalho. Pudemos demonstrar que a organização desse trabalho a exigia e que, portanto, só a mão-de-obra especializada que passasse por uma etapa de aprendizagem, tradicional em sua origem, poderia realizá-la. Vimos, também, que a historiografia não nega esse fato. Todavia, muitas vezes se confunde, como faz Arruda que reconhece o saber paraguaio mas, ao abordar a questão da não adaptação de trabalhadores nacionais aos ervais, acaba atribuindo ao custo da mão-de-obra a opção pelo trabalhador paraguaio. Sabemos que o custo da mão-de-obra nos ervais era baixo e que, se fosse de outra maneira, comprometeria o lucro e o processo de acumulação do sistema.

O erro parece se originar do ecletismo do autor que busca diferentes referenciais teóricos para explicar o trabalho nos ervais. Isto fica evidente quando Arruda recorre a Marx e a outros autores para tratar da organização do trabalho. Por esse motivo confunde o sistema implantado nos ervais ora denominando-o de sistema manufatureiro ora de sistema de fábrica que segundo ele significa: “a reunião de vários trabalhadores num mesmo local de trabalho trabalhando simultaneamente e para um mesmo capitalista (...)” (ARRUDA, 1989 : 121). Exemplo da origem desse erro pode ser identificada em interpretações problemáticas sobre a introdução da divisão do trabalho no sistema capitalista, que Arruda acaba incorporando de outros autores :

*A divisão capitalista do trabalho(...) foi adotada não por causa da sua superioridade tecnológica, mas porque ela garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção : o de coordenador que combinando os esforços separados dos seus operários, obtém um produto mercantil(MARGLIN, s/d apud ARRUDA, 1989 : 120) (grifos do autor).*

Assim, Arruda vai comprometendo sua análise ao se utilizar de autores que têm uma interpretação equivocada do funcionamento do modo de produção capitalista, uma interpretação ligada a uma tendência dentro do marxismo, já referida no início desse estudo, denominada de materialismo vulgar de que derivam interpretações *mecanicistas, economicistas e conspiracionistas* da história. É ainda influenciado por essa tendência que Arruda tenta interpretar o sistema adotado no trabalho dos ervais. Para ele, a organização do trabalho nos ervais, que ele denomina também de sistema de fábrica, deveria ser entendido “(...) antes como uma forma de organização do trabalho do que uma questão tecnológica”. Guillen (1991 : 100) também compromete o entendimento cometendo o mesmo erro de Arruda, afirmando que o rancho ervateiro funcionava como um “sistema fabril”. Ambos acreditam que o sistema de trabalho nos ervais dispensava tecnologia, tendo sido adotado apenas para efeito de organização.

Pudemos apontar que o sistema utilizado no trabalho dos ervais se organizava nos moldes da manufatura e que esta estaria marcada pela especialização. As manufaturas foram adotadas não só para efeito de organização mas, sobretudo, por necessidade técnica, de aprimoramento do trabalho. O trabalhador especialista desenvolve mais rapidamente seu trabalho e, ao especializar-se somente nele, o faz mais rapidamente e com maior eficácia. Embora essa técnica fosse parcial era, ainda, de fundamental importância naquele sistema. Assim, torna-se problemático afirmar que não haveria técnica ou trabalho especializado nos ervais.

O sistema de fábrica, apontado pelos autores como sistema adotado nos ranchos ervateiros, não tem nenhuma relação com aquele sistema. Embora o sistema de fábrica se origine das manufaturas, do aperfeiçoamento de suas ferramentas que, pouco a pouco, se transformam em máquinas, se diferencia essencialmente por introduzir automação no trabalho e por se constituir num processo mais objetivo que não depende da habilidade do trabalhador. Ora, só seria possível falar em sistema de fábrica se houvesse introdução de maquinaria, isto é, de um processo que tirasse do trabalhador o conhecimento. No sistema de fábrica, o trabalhador fica atrelado à máquina e não utiliza mais seu conhecimento para trabalhar. É a máquina que dá o ritmo ao sistema de fábrica.

## B) As alterações no processo de trabalho

Antes dos anos 1930, duas alterações ocorreram no processo de elaboração da erva-mate. Como foi visto na parte I, os autores que observam as modificações no processo de trabalho são Arruda e Guillen. Bianchini apenas cita o moinho dentado. Todavia, tanto Arruda como Guillen interpretam essas alterações de forma questionável. Em razão da incorporação de fontes ligadas ao materialismo vulgar, ambos se deixam influenciar pela história *conspiracionista*. Arruda parece querer acusar a Companhia de estar com intenções de expropriar o trabalhador. Para ele, a introdução desses equipamentos teriam:

*(...) um significado específico, o aumento de controle sobre o processo de trabalho por parte dos capitalistas ( ...) mais uma tentativa dos 'patrons' de aumentar a disciplina e o controle sobre o processo de trabalho, do que uma necessidade técnica de aumento da produção*(ARRUDA, 1989 : 121)

A interpretação de Arruda parece agora originar-se de uma fonte que ele incorpora em seu estudo :

*Embora pudessem ser encontradas máquinas nas primeiras fábricas, muito raramente essas máquinas chegaram a se constituir na razão do surgimento das fábricas. Enfim, o surgimento do sistema de fábrica parece ter sido ditado por uma necessidade muito mais organizativa do que técnica e essa nova organização teve como resultado, para o trabalhador, toda uma nova ordem de disciplina durante todo o transcorrer do processo de trabalho*(DECCA, 1985 : 25 apud ARRUDA, 1989:121)(grifos do autor).

A forma como Guillen aborda essa questão também é problemática:

*( ...)através da introdução da tambôra e do moinho, a Companhia procurava se apropriar do conhecimento do processo produtivo, expropriando o trabalhador de seu saber fazer, ao mesmo tempo em que o especializava em determinadas funções*(GUILLEN, 1991 : 109).

Quando uma empresa capitalista introduz maquinaria, não o faz, exclusiva e premeditadamente, para obter maior controle sobre o trabalhador, como afirmam os autores. Ela o faz pela necessidade de aumentar a produção da mais-valia, que só é

possível com o aumento da produtividade do trabalho. Por sua vez, a produtividade depende da melhoria da técnica utilizada.

Contudo, é preciso deixar claro que tanto a tambora quanto o moinho não são máquinas e sim instrumentos que ainda contavam com a habilidade do trabalhador.

Já tivemos a oportunidade de apontar que ambos os instrumentos implantados em alguns ranchos visavam, sobretudo, melhorar a qualidade da erva e aumentar a produção. Vimos, por exemplo, que a introdução da tambora tinha por objetivo evitar a destruição da erva, permitindo, assim, uma poda mais racional da planta para que, no futuro, as colheitas pudessem ser anuais. Podemos afirmar que estas mudanças ocorreram devido a necessidades técnicas, exigidas pelo próprio sistema de manufatura que tem por base a especialização.

Assim, a introdução desses instrumentos foram importantes para o aumento da produtividade, mas não chegaram a afetar profundamente a organização do trabalho, ou seja, ainda não tiveram como consequência a expropriação do saber do trabalhador. Como foi visto, tanto a tambora quanto o moinho por não serem máquinas e por dependerem da habilidade do trabalhador, não se constituíram em alterações significativas no trabalho ervateiro. Assim, enganam-se Arruda e Guillen que vêem expropriação do saber, devido à introdução desse tipo de instrumento. Uma análise mais mediatizada, menos mecânica permite verificar que esses instrumentos não alteraram a organização do trabalho e que, conseqüentemente, a expropriação do saber não foi extensa e nem sequer atingiu o sistema de manufatura.

### **C ) A adoção do sistema de dívidas e as possíveis modificações ocorridas nas relações de trabalho nos ervais.**

Na primeira parte do trabalho, verificamos que são dois os autores que procuram explicar os motivos que justificariam a adoção do sistema de dívidas nos ervais. Citando Boserup, Bianchini afirma que a “servidão” por dívidas foi adotada,

*Onde a população é esparsa e a terra fértil é abundante e livre, uma hierarquia social só pode ser mantida através do controle direto pessoal, sobre os membros das classes mais baixas. Nessas comunidades as populações subjogadas(...) são mantidas em estado de servidão(Boserup, apud Bianchini, 1994: 30 ).*

Contudo, esse é um equívoco da autora que procura justificar um regime observando leis gerais sem atentar para suas transformações. Ou seja, Bianchini parece esquecer que o processo de acumulação das terras na região estava se efetivando e que é impossível falar em terras livres numa região praticamente dominada por grandes latifúndios ou grandes arrendamentos como a Matte.

Guillen, apesar de ainda duvidar de que o controle sobre as terras era total, não nega que esse processo já estava se instalando. Mas o controle sobre as terras explica a dependência dos trabalhadores em relação à Matte não o contrário. Se, por um lado, Guillen pode ter razão quando afirma que o controle sobre as terras não era total, daí a existência do contrabando, por outro, a autora não consegue chegar à raiz do problema. Segundo ela, o motivo que levou empresas como a Matte a adotar o sistema de dívidas se deveu a uma dificuldade de manter a mão-de-obra paraguaia e não a uma pretensa escassez. Para a autora a particularidade dessa cultura que tendia à negação ao trabalho explica a adoção desse regime.

Mas como foi demonstrado, a adoção do regime de endividamento foi adotado pela Matte devido a uma escassez de mão-de-obra. Empresas como a Matte dependiam da mão-de-obra especializada do trabalhador paraguaio e esta só poderia ser buscada fora. O sistema de dívidas foi adotado devido a necessidade de uma mão-de-obra já especializada que o sistema manufatureiro exigia.

Outro dado que se retoma aqui é sobre as possíveis modificações nas relações de trabalho. Corrêa Filho (1925), numa tentativa de escamotear as relações de trabalho, afirma que houve uma mudança no tratamento dispensado aos trabalhadores ervateiros, a partir da década de 1920. Todavia ele não fornece maiores evidências sobre o assunto. Também há algumas indicações por parte de Arruda e Guillen de que houve uma tentativa de humanizar as relações de trabalho nos ervais e de que o sistema de contratação de trabalhadores poderia estar se modificando.

Segundo Guillen (1991: 96) e Arruda (1989 : 158), devido às constantes fugas empreendidas pelos trabalhadores, apareceu, na década de 1920, um administrador que tentou estabelecer novos códigos de relações de trabalho nos ervais. Esse administrador teria tomado medidas no sentido de evitar a evasão de pessoal como : manter uma disciplina rígida mas não extremada; melhorar o salário do trabalhador; estabelecer uma relação justa e de máximo respeito entre os trabalhadores e a administração; possibilitar ao trabalhador o acesso à sua conta, permitindo-lhe o direito ao esclarecimento de qualquer dúvida; o direito a meio período de folga aos

domingos; atendimento aos acidentes de trabalho, cuidados quanto à saúde e higiene do trabalhador, etc. (ARRUDA, 1989 : 158-161). Arruda acredita que a atitude desse administrador não deve ter sido isolada, pois essa administração era diretamente ligada à Companhia. Mas não ficamos sabendo ao certo se essa “humanização” teria se efetivado e se fora estendida às demais administrações.

Os poucos mas significativos relatos de época sobre a condição do trabalhador evateiro, após a década de 1920, podem nos ajudar na elucidação de nossa dúvida. O relato do Tenente J. Nunes de Carvalho, participante da coluna tenentista comandada por Isidoro Dias Lopes, quando da sua passagem por Guaíra, pode ser esclarecedor, já que teria testemunhado pessoalmente as condições de trabalho naquela região, ainda no ano de 1924:

*Nessa longínqua cidade despatriada [Guaíra], instalou os seus armazéns e escritórios comerciais a poderosa Cia. Mate-Laranjeira, que explora os ervatais que cobrem grande extensão do Alto Paraná, como também alguns trabalhadores que, escravizados aos preços impostos pelos administradores, labutam a vida inteira para obter o indispensável para a sua subsistência.*

*E essa companhia tem mais poderes que os governos estaduais do Brasil – cunha e adota um tipo singular de moeda para o pagamento de salário aos seus trabalhadores, que ficam obrigados a se abastecer nos armazéns da Companhia onde sua prata é aceita e reconhecida (CARVALHO, s/d apud. Basbaum, 1986 : 156).*

Guillen (1991 : 96) traz, também, algumas informações sobre o trabalho na década de 1920, através dos relatos do tenente Cabanas e de seus companheiros, participantes da Coluna Prestes, que teriam presenciado cenas deprimentes das condições dos trabalhadores e do regime empregado na Companhia. Alguns deles, feitos prisioneiros, foram levados aos ervais e mantidos sob trabalho forçado. Lá teriam, ainda, presenciado o assassinato de um paraguaio que havia tentado fugir.

É raro encontrarmos, a partir da década de 1920, um testemunho de época sobre o trabalho nos ervais, como os dos tenentes, acima descritos. Dos relatórios oficiais consultados não há qualquer menção ao regime empregado. Também não encontramos sequer alguma denúncia dos opositores da Companhia a esse respeito. Mesmo havendo alguma denúncia ou relato de exploração de trabalhadores em contos ou histórias sobre a erva-mate, estes não especificam muito bem a que

período se referem, ou atribuem –no a uma época passada.<sup>121</sup> Todavia, após os anos 1930, os relatos das autoridades, pouco a pouco, começam a aparecer.

Em declaração para um jornal de Campo Grande, o interventor Artur Antunes Maciel, ao defender a Companhia, elogiando o trabalho desenvolvido por ela na região, numa tentativa de responder às críticas sobre o regime de trabalho adotado nos ervais, afirmava que ela não era a única que estabelecia o “trabalho rude” no campo (Maciel, 1931).

Autoridades como Pinheiro Machado, Diretor do Departamento de Imigração e Colonização Federal, em inspetoria realizada na Companhia nos anos 1940, teria constatado que os trabalhadores se encontravam em “estado semi-selvagem, sem noção de família, em **verdadeira escravidão**, sem higiene e sujeito aos **feitores**” (MACHADO, 1941 : 71 *apud* Guillen, 1991 : 153) (grifos nossos).

Como se viu, pela descrição acima, não conseguimos perceber mudanças que pudessem indicar novas relações no trabalho dos ervais. As tentativas empregadas, nos ervais, de “humanização” nas relações do trabalho podem estar associadas com as tendências à racionalização do trabalho, já empreendidas pela administração de Heitor M. Gonçalves. Teria essa “humanização” efetivamente se concretizado, melhorado as condições de vida do trabalhador, alterado os salários ou, ainda, abolido o sistema de dívida ? Os depoimentos de autores, nos anos pós 1920, respondem a essa questão.

Guillen (1991 : 92) afirma que parecia haver, também, algumas mudanças no sistema de *conchavo*. Wachowicz, segundo a autora, já falava de “uma época” em que os trabalhadores se dirigiam às agências de *conchavo* e se ofereciam para o trabalho, aceitando o *antecipo* (GUILLEN, 1991 : 92). Possivelmente, diz a autora, devido à crescente dificuldade de se obter terras que pudessem garantir a sobrevivência.

Seria possível estabelecermos uma relação desse aumento de oferta de mão-de-obra com as tendências à racionalização do trabalho nos ervais, dos anos pós 1920. Ou, então, essa maior procura por trabalho registrada pela autora poderia estar atrelada a uma dispensa momentânea de empresas, como a Industrial Paraguaia por exemplo, em alguma crise de retração de mercado.

Contudo, verificamos que, apesar de se tornar “menos obrigatório”, o sistema ainda permanecia e para contar com esse trabalhador era preciso, ainda, oferecer o *antecipo*, ou seja, ainda ficava o trabalhador preso ao sistema de dívidas. Vê-se, pois,

---

<sup>121</sup> Com designações como “antigamente” ou “em épocas remotas”, etc.

que ainda era preciso assegurar a mão-de-obra através desse sistema e que o trabalho especializado do paraguaio ainda era de fundamental importância nos ervais.

Ao que tudo indica, o sistema de contratação, de endividamento, bem como o tratamento dispensado aos trabalhadores não apresentaram modificações dignas de nota. Continuava o trabalhador sujeito ao penoso trabalho dos ervais, como nos tempos antigos, deixando muitas vezes de parecer pertencer a raça humana, tais eram as suas condições de vida : “Com esta erva deixam os paraguaios de ser homens, quando outros com ela se fazem homens”(D. Manuel Antonio, bispo do Paraguai , 1761 *apud* Corrêa Filho,1957 : 3).

#### **D) A relação entre diversidade cultural e trabalho**

Dentre os autores abordados na primeira parte desse trabalho, Mello e Silva ( 1989) é o que mais destaca a questão da diversidade cultural. A todo momento esse autor aponta a cultura como responsável pelo atraso na região da fronteira. Para Silva, a cultura guarani parecia não ser a mais adequada para instalar o progresso capitalista na região.

Mello e Silva não está preocupado em entender as razões das manifestações culturais. Ele está preocupado com a resistência do trabalhador da fronteira ao trabalho disciplinado.

Silva representa a ideologia dos anos pós 1930, que tem origens na crise mundial de acumulação, marcada por forte tendência nacionalista que, em sua linha mais radical, pensava em eliminar qualquer cultura que se considerasse diferente do modelo “branco ideal”.

O autor indica a necessidade de mudança nos hábitos do trabalhador da fronteira : “os hábitos contraídos em seu trabalho é que precisam ser integralmente modificados.”

Todavia, Mello e Silva se equivoca ao não perceber que era essa cultura, pelo seu saber-fazer, que sustentava a indústria da erva-mate e que somente através dela – com todos os seus “vícios” – é que foi possível esse trabalho.

Arruda e Guillen, ainda que tentem demonstrar que as manifestações da cultura aparecem como mecanismos de resistência às mudanças no processo de trabalho, em alguns momentos as autonomizam. Atribuem a resistência e a negação

do trabalho à cultura paraguaia. Para Guillen, a inconstância no trabalho se devia à particularidade da cultura paraguaia :

*este é um ponto crucial, pois estamos diante de uma cultura que não se identifica no e pelo trabalho. O trabalhador paraguaio da fronteira ervateira nega sistematicamente que o homem se realiza no e através do trabalho(GUILLEN, 1991 : 89).*

Ao contrário do que afirma Guillen, podemos dizer que essa cultura se destacava por ser identificada com esse trabalho. Conseqüentemente, a cultura paraguaia por ter domínio sobre esse trabalho não poderia negá-lo. Ou seja, as manifestações culturais aparecem por ter o paraguaio controle sobre seu trabalho e por estar ligado essencialmente a ele.

Arruda incorre no mesmo erro de Guillen, quando aborda a questão da diversidade cultural, ao se referir à maneira de encarar o trabalho entre os trabalhadores da fronteira que, para ele, tinham uma diferente concepção e utilização de tempo de trabalho: “o critério de separação entre dias úteis e não úteis, quando se deve trabalhar ou folgar, parecia não fazer sentido para os trabalhadores paraguaios” (1989 : 182). O critério definido por Arruda traduz uma resistência do trabalhador que só era afluída por estar essa cultura ligada a um tipo de trabalho que permitia essa “diferente concepção”. Esta maneira de encarar o trabalho não era imanente, isto é, não era uma característica apenas dessa cultura. Como já observamos, a resistência do trabalhador é dada pelo caráter do sistema manufatureiro, que ainda depende do conhecimento dele.

Marx, ao discutir o problema que o domínio do trabalhador no sistema manufatureiro acarretava ao capitalista na questão disciplinar, traz um significativo depoimento de Ure que comprova esse fato :

*Em virtude da natureza humana ocorre que quando mais destro o trabalhador mais voluntarioso é ele, mais difícil de ser tratado e sem dúvida menos apto para participar de um mecanismo coletivo ao qual pode causar grande dano(Ure, apud MARX, 1982 : 421).*

As manifestações da cultura paraguaia na região da fronteira como as rodas de tereré, as danças, bailes, dias santos, língua, etc, bem como a luta para manter a tradição, são expressões singulares de um processo universal.

## GLOSSÁRIO

Aporreador: facões de madeira.

Arrasta : braçada de folhas; o corte que vai para o sapêco.

Arrias : tropa de animais empregados no transporte do mate.

Ataqueio : ato de ensacar o mate.

Barbaquá : forno de madeira de forma côncava utilizado para a secagem da erva.

Barrete: gorro de pano.

Burrinho: tronco de madeira.

Cancheamento : processo que consistia na trituração da erva-mate até torná-la mais fina.

Cancheador : nome dado ao trabalhador encarregado da trituração da erva.

Erveiras : pés de ervas.

Guaino : o que está aprendendo com o mais experiente.

Guapo: forte

Huayno : o mesmo que guaino.

Juruacuá: segundo corte de folhas do dia.

Machete: facão

Mboi-xini : cobra cascavel

Mbureio : grito do ervateiro. Meio utilizado entre os ervateiros para se comunicarem dentro da mata.

Mineiro : trabalhador responsável pelo corte, sapêco e carregamento de fardos de erva-mate.

Mitã-I : menino

Mitãrusu : rapazote.

Monteador : profissional responsável pela procura das ERVEIRAS.

Overêo: chamuscamento da folha de erva

Piyá : Pedaco de pano ou couro que o mineiro utiliza à cintura.

Plantilha: sapato grosseiro feito de borracha

Raído: carga de folhas que o trabalhador traz às costas.

Ranchada : agrupamento de ranchos no erval.

Sapeco: o mesmo que overêo.

Sereno: vigia.

Tape-hacienda: caminho principal do erval.

Tiní: primeiro corte de folhas do dia.

Torotembó : nome “pornográfico”.

Tunguear : descansar.

Tiru : operação de subir no pé de erva-mate até a altura de 6 metros.

Uru : trabalhador encarregado da secagem da erva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio: Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso ( 1888-1930 )*. Cuiabá: Ed da UFMT, 1995.
- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas, 1998. Tese (pós-doutoramento em História e Filosofia da Educação). Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação. UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, p.5-61, 2<sup>o</sup> sem. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional*. Trabalho apresentado no I Encontro de Pesquisadores da UFMS sobre questões latino-americanas. Campo Grande, 1995.
- AQUINO, Rubens. Tereré. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História)- Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.
- BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil ( dois séculos de história )*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1973.
- BARBOSA, Emilio Garcia. *Panorama do Sul de Mato Grosso*. Campo Grande : Correio do Estado, 1963.

\_\_\_\_\_. *Reminiscência*. Campo Grande: Pindorama, 1965.

BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da República ( de 1889 a 1930 )*. 5.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso ( 1880 – 1940 )*. No prelo.

BONALUME NETO, Ricardo. Novas lições do Paraguai. *Folha de São Paulo*. 9 nov. 1997.

BRAGANÇA, Pedro de Orleans e. *Conceitos externados pelo Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em sua visita á Campanário*. Campanário, 1926. Livro de assignaturas e impressões de visitantes. E.M.L. S.A Campanário. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul

BRANDÃO, Jesus da Silva. *História da navegação em Mato Grosso*. Cuiabá : Livro Mato-grossense, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei no. 8799, de 9 de dezembro de 1882. Concedo permissão a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na Província de Mato Grosso.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. *Memória justificativa dos trabalhos que foi encarregado á Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de Maio de 1879*. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*.\_Edição Histórica: Campo Grande: [s.n.], 1991.

CARONE, Edgar. *A República Velha I ( instituições e classes sociais )*. São Paulo : Difel, 1978.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na História Regional- o sul de Mato Grosso ( 1870-1920)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1997.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889 – 1943)*. Campo Grande : UFMS, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso: estudos regionais*. Corumbá : Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1980.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Á sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1925.

\_\_\_\_\_. *Ervais do Brasil e ervateiros*. Documentário da vida rural, nº 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/ serviço de informação agrícola, 1957

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. Edição da Fundação Julio Campos. Várzea Grande: [s.n.] 1994.

\_\_\_\_\_. *Pantanaís matogrossenses (devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro.: IBGE, 1946.

DONATO, Hernâni. *Selva Trágica*. São Paulo: Edibolso, 1976.

DORATIOTO. Francisco. A construção de um mito. *Folha de São Paulo*. 9 nov. 1997.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

- FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da Re(s)pública: Negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.
- FICO, Carlos, POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos : tentativa de avaliação crítica. *Outros Olhares*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 1996.
- FIGUEIREDO, Alvanir. *A presença geoeconômica da atividade ervateira*.(com destaque da zona ervateira do de Mato Grosso tomada como referência). Presidente Prudente, 1968. Tese (doutoramento em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1968.
- GOMES, Otávio Gonçalves Gomes. Dom Thomaz. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Instituto Eivaldo Lodi, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira*.(Mato Grosso : 1890 –1945) Campinas,1991. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História do Instituto do IFCH. UNICAMP, 1991.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História dos municípios*. [Campo Grande]: [s.n], 1992. Vol. I.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios ( 1875-1914 )*. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INSTITUTO EUVALDO LODI. *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*.. Campo Grande: Gráfica Brasília, 1986.

- LAÍNO, Domingo. *Paraguay : de la Independencia a la dependencia*. Assunción : Cerro Corá, 1976.
- LENINE, V.I.. O Imperialismo, fase superior do capitalismo ( ensaio popular ). In: *Obras escolhidas : em três tomos*. São Paulo : Alfa Ômega, 1979.
- LIMA, Astúrio Monteiro. *Mato Grosso de outros tempos : pioneiros e heróis*. São Paulo: Soma, 1978.
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LISBOA, Miguel Ribeiro Arrojado. *Oeste de São Paulo. Sul de Mato Grosso. Geologia, industria mineral, clima, vegetação, solo agrícola, indústria pastoril*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1909.
- EM TORNO de uma grande empresa industrial- como o Dr. Barros Maciel encara a Matte Larangeira. *Actualidade*. [ s.l.] 30 nov. 1925.
- MARQUES, A. *Matto Grosso : seus recursos naturais, seu futuro econômico*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1923.
- MARTINS, Demóstenes. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Vaner Bicego
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2.ed. São Paulo: Lech, 1981.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. ( I Feurbach ). 9.ed. São Paulo:: Hucitec, 1993
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O capital : crítica da economia política*.( livro primeiro : o processo de produção do capital ). 7.ed. São Paulo: Difel, 1982. v.1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 9. Ed. São Paulo: Difel, 1984.v.2.

MATO GROSSO. *Correspondências oficiais com o Ministério dos Negócios da Agricultura.(1886-1888)*. Cuyabá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Livro 367.(manuscrito).

\_\_\_\_\_. *Falla com que o Exm. Snr. General Barão de Batovy abriu a sessão da 25<sup>a</sup> Legislatura da Assembléa Provincial de Matto Grosso em 1<sup>o</sup> de Outubro de 1884*. Cuyaba : [s.n], 1884.

\_\_\_\_\_. *Falla com que o Exm.Sr. Vice Presidente tenente-Coronel José Leite Galvão abriu a 2<sup>a</sup> sessão da 23<sup>a</sup> Legislatura d'Assembléa desta Provincia seguida do relatorio com queo Exm. Sr. General Barão de Maracajú, Ex-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, pretendia abrir a mesma sessão da respectiva Assmbléa no dia 3 de Maio de 1881*. Cuyabá : J.J.Calháo, 1881.

\_\_\_\_\_. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do ao installar-se a 2<sup>a</sup> sessão da 11<sup>a</sup> Legislatura em 7 de Setembro de 1919 pelo presidente do Estado de Matto Grosso, D. Francisco de Aquino Corrêa*. Cuyabá : Typ. Official, 1919.

\_\_\_\_\_.*Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa Presidente do de Matto Grosso*. Cuyabá : Typ. Official, 1924.

\_\_\_\_\_.*Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1<sup>o</sup> Vice-Presidente do em exercicio á Assembléa Legislativa ao installar-se a 1<sup>a</sup> sessão da 8<sup>a</sup> legislatura em 13 de maio de 1909*. Cuyabá : Typografia Official, 1909.

\_\_\_\_\_.*Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1<sup>o</sup> Vice-Presidente do em exercicio á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2<sup>a</sup> sessão da 8<sup>a</sup> legislatura em 13 de Maio de 1910*. Cuyabá : Typografia Official, 1910

\_\_\_\_\_.*Mensagem dirigida pelo exm. Sr. Dr. Joaquim da Costa Marques. Presidente do á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2<sup>a</sup> sessão ordinaria da 9<sup>a</sup> legislatura em 13 de Maio de 1913.* Cuyabá : Typ. Official, 1913.

\_\_\_\_\_.*Mensagem do Presidente do de Matto-Grosso Coronel Antonio Paes de Barros á Assembléa Legislativa na Segunda sessão ordinaria de sua Sexta legislatura installada a 3 de Março de 1904.* Cuyabá : Typographia Official, 1904.

\_\_\_\_\_.*Mensagem do Presidente do de Matto-Grosso Coronel Antonio Pedro Alves de Barros á Assembléa Legislativa na 3<sup>a</sup> sessão annual da sua 5<sup>a</sup> legislatura a 3 de fevereiro de 1902.* Cuyaba, 1902. ( manuscrito ).

\_\_\_\_\_.*Mensagem do presidente do de Matto-Grosso Dr. Manoel José Murtinho á Assembléa Legislativa em sua 2<sup>a</sup> sessão ordinaria aberta em 13 de Maio de 1893.* Cuyabá : Typographia do , 1893.

\_\_\_\_\_.*Mensagem do presidente do de Matto-Grosso Dr. Manoel José Murtinho á Assembléa Legislativa em sua 1<sup>a</sup> sessão ordinaria da 2<sup>a</sup> legislatura em 13 de Maio de 1894.* Cuyabá : Typografia da Gazeta Official, 1894.

\_\_\_\_\_.*Mensagem do presidente do de Matto grosso Dr. Manoel José Murtinho á Assembléa Legislativa em sua 2<sup>a</sup> sessão ordinaria aberta em 13 de maio de 1895.* Cuyabá : Typographia do , 1895.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor Joaquim Galdino Pimentel no dia 12 de Julho de 1886.* Cuyabá : [s.n.], 1886.

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado á Presidencia do Estado de Matto Grosso pela Directoria de Terras, Minas e Colonisação pelo diretor interino José leite Pereira Gomes Filho em 1899.* Cuyabá, 1899 ( manuscrito ).

\_\_\_\_\_.*Relatório apres. ao Exmo. Revmo.Sñr.D. Aquino Correa M.D. Presidente do Estado de Matto Grosso pelo Dr. Antonio Ferrari 1º Vice-presidente. Corumbá,1918 (manuscrito).*

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao exmo.Snr. Inspetor escolar do Municipio de Ponta Porã ao encerrar-se o anno lectivo de 1916 pelo professor da Escola da Povoação de Lagunita. Lagunita, 1916. (manuscrito)*

\_\_\_\_\_.*Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente da República, pelo Governador D. José Alves de Albuquerque. 1944-1945-1946 – Território Federal de Ponta Porã ( Extinto ). [ s.l.s.n. ] [ 194-].*

\_\_\_\_\_.*Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Provincia , abriu a 27ª sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso em 20 de outubro de 1888. Cuyabá : [s.n.], 1888.*

\_\_\_\_\_.*Relatório com que ao Exm. Sr. Vice-Presidente tenente Coronel José Leite Galvão passou a administração da Provincia de Matto-Grosso o Exm. Sr.Coronel José Maria de Alencastro no dia 13 de Março de 1883. Cuyabá : J.J.R. Calhão, 1883.*

\_\_\_\_\_.*Relatório com que o General Barão de Maracajú Presidente da Provincia de Matto Grosso abriu a sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de Outubro de 1880. Cuyaba: [ s.n.], 1880.*

\_\_\_\_\_.*Relatório da Repartição de Terras , Minas e Colonização do Estado de Matto Grosso pelo Diretor interino Evaristo Josetti em 1901. Cuyabá, 1901.(manuscrito)*

\_\_\_\_\_.*Relatório do exercício de 1939 do município de Ponta Porã, apresentado ao Exmo.Bel. Julio Strubing Müller, Interventor federal neste Estado, pelo Prefeito Sr. Pedro Manvailer.Ponta Porã: [s.n.], 1940.*

\_\_\_\_\_. *Relatório geral da Instrução em Cuyabá em 5 de abril de 1882* [ Dr. Dormevil José dos Santos Malhado]. Cuyabá : [s.n.],1882

\_\_\_\_\_. *Relatório que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura, no dia...de Setembro de 1887.* Cuyabá: [s.n.], 1887.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Niterói: Typ.Salesiana, 1919. v.1 v.2.

MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*, 4.ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1982.

NAZAR, Horácio. *Francisco Mendes Gonçalves : pioneiro de la cuenca del Plata*. [s.l.:s.n.]. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pasta 19.

O PROGRESSO. Ponta Porã, 1924.

OLIVEIRA, Ramão Orris Lopes de. *Entrevista*. Campo Grande. 15 abr. 2000.

*PANEGÍRICO de Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra : a Matte Larangeira*. Por sua diretoria. Rio de Janeiro, 1941.

PELA fronteira sul. *A Cidade*. Corumbá, 15 dez. 1925.

PLÁ, Josephina. *Hermano negro : la esclavitud en el Paraguay*. Madrid : Paraninfo, 1972.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai : a grande tragédia rioplatense*. São Paulo : Global, 1980

PRADO, Maria Lúcia C, CAPELATO, Maria Helena R. A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: História Geral da Civilização Brasileira. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.p.287-307.

PUIGGARI. Umberto. *Nas fronteiras de Mato Grosso : terra abandonada...* São Paulo : Casa Mayença, 1933.

QUESTÃO DO MATTE. Cuiabá: Avelino de Siqueira, 1912.

REBER, Vera Blinn. *The demographics of Paraguay : a reinterpretation of the great war*. [s.l.] : [s.n], [198-].

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. 2.ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

\_\_\_\_\_. *Isto é Mato Grosso do Sul*. [Campo Grande]: [ s.n. ],1978.

ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande : Ruy Barbosa, 1962.

SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SEREJO, Hélio. Caraí. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986

\_\_\_\_\_. *Carai ervateiro*. [ s.l : s.n ]. [ 197-].

\_\_\_\_\_. *Entrevista*. Presidente Venceslau. 18 nov. 1999.

\_\_\_\_\_. *Homens de aço : a luta nos ervais de Mato Grosso*. São Paulo : Cupolo, 1946.

\_\_\_\_\_. *Pialando...no mas*. Tupi Paulista : Versiprosa, 1989.

\_\_\_\_\_. *7 contos e uma potoca...* Presidente Venceslau.: Vaner Bicego, 1978.

\_\_\_\_\_. *Vida de erval.* [ Presidente Venceslau ]. : Vaner Bicego, [ 197 -].

SILVA, José de Mello e. *Canaã do oeste* ( Sul de Mato Grosso) Campo Grande: [s.n.],1989.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras guaranis.* ( com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñe-ê ). São Paulo: Imprensa Metodista., 1939

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras* : modernidade e educação pública em Mato Grosso ( 1870-1889 ). Cuiabá, 1999. Tese ( Doutorado em História da Educação ). Instituto de Educação. UFMT, 1999.

SOUZA, João Baptista de. *Evolução histórica sul Mato Grosso.* São Paulo : Revista dos Tribunais, 1949.

TRÍAS, Vivian. *El Paraguay de Francia el supremo a la guerra de la triple alianza.* Buenos Aires: Crisis, 1975.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. Por uma antropologia de alcance universal. *Caderno Cedes*, São Paulo, anoXVIII,n.43,p.58-74,dez 1997.